UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

TALLYTA ROSANE BEZERRA DE GUSMÃO

ASPECTOS ECONÔMICOS DA UNIFICAÇÃO DA ALEMANHA 1990-2000

São Paulo

2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

TALLYTA ROSANE BEZERRA DE GUSMÃO

ASPECTOS ECONÔMICOS DA UNIFICAÇÃO DA ALEMANHA 1990-2000

Dissertação apresentada como cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em História Econômica pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Versão Corrigida

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR EVERALDO DE OLIVEIRA ANDRADE

De acordo: _____

Data:___/___/_____

São Paulo

2017

RESUMO

A unificação Alemã, ocorrida ao longo dos anos 1980, culminou na derrubada do muro de Berlim em 1989, foi o resultado do processo de ruptura e desagregação advindo da derrota do Eixo na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), associado à fragmentação gerada da partilha do território alemão entre os aliados (particularmente entre Estados Unidos e União soviética, e dos movimentos geopolíticos da Guerra Fria). O colapso da Guerra Fria unificou a Alemanha dividida, e esta é resultado da Guerra Fria. Esta dissertação busca captar e perceber um momento de reconstituição do território alemão em um contexto em que este é não apenas estrategicamente relevante para o desenvolvimento do Capitalismo em sua fase de expansão globalista, mas também para o posicionamento estratégico dos diferentes territórios na miríade da União Europeia. A Alemanha se unificou, em 1990, assim, não apenas pelo interesse dos alemães, mas pelo interesse dos Europeus e do próprio Capital. Este é um estudo sobre os aspectos histórico-econômicos das características, condições e impactos do processo de reintegração territorial da Alemanha, ocorrida ao longo dos últimos decênios do século XXI.

Palavras Chaves: Alemanha, unificação, República Democrática da Alemanha, República Federal da Alemanha, Guerra Fria.

ABSTRACT

The process of German unification during the 1980s, culminating in the overthrow of the Berlin wall in 1989, was the result of the dialectical process of rupture and disintegration arising from the defeat of the Axis in World War II (1939-1945), associated with the fragmentation generated by the sharing of German territory between the allies (particularly between the United States and the Soviet Union, and the geopolitical territory, and the geopolitical movements of the Cold War). The collapse of the Cold War unified Germany divided territory, and this is a result of the Cold War. This dissertation seeks to capture and perceive a moment of reconstitution of German territory in a context in which it is not only strategically relevant for the development of Capitalism in its phase of globalist expansion but also for the strategic positioning of the different territories in the myriad of the European Union. Germany was unified in 1990, thus, not only by the interest of the Germans, but by the interest of the Eupeans and of the Capital itself. This is a study on the historical-economic aspects of the characteristics, conditions and impacts of this process of territorial reintegration of Germany, which occurred during the last decades of the 21st century.

Keywords: Germany, Unification, German Democratic Republic, German Federal Republic, Cold War.

LISTA DE SIGLAS

BENELUX	Composição dos nomes de Bélgica, Países Baixos (Nederlands) e Luxemburgo
CDU	União Democrata-Cristã
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CEI	Comunidade de Estados Independentes
COMECON	Conselho para a Assistência Econômica Mútua
CSU	União Social Cristã
DM	Deutschmark
EUA	Estados Unidos da América
FDP	Partido Liberal Alemão
FMI	Fundo Monetário Internacional
KPD	Partido Comunista da Alemanha
LPD	Partido Liberal-Democrata da Alemanha
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OECE	Organização Europeia de Cooperação Econômica
ONU	Organizações das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
OSSIS	Termo pejorativo para aquele que nascia na Alemanha Democrática
OTAN	Organização do Atlântico Norte
RDA	República Democrática da Alemanha
RFA	República Federal da Alemanha
SED	Partido Socialista Unificado da Alemanha
SPD	Partido Social-Democrata da Alemanha
UE	União Europeia
UEP	União Europeia de Pagamentos
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WESSIS	Termo Pejorativo para aquele que nascia na Alemanha Federal
ZE	Zona do Euro

RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 2.1: População da RDA e RFA, de 1980 a 1989, em milhares de indivíduos

Tabela 2.2: PIB da RDA e RFA, 1980 a 1989, em milhares de Marcos(1990)

Tabela 2.3: Taxa anual de variação do PIB, 1980 a 1989

Tabela 2.4: Taxa de variação do PIB per capita, 1980 a 1989

Tabela 2.5: Formação Bruta de Capital Fixo como porcentagem do PIB, 1980 a 1989

Tabela 2.6: Consumo público e privado como porcentagem do PIB, 1980 a 1989

Tabela 2.7: Importações e Exportações como porcentagem do PIB, 1980 a 1989

Tabela 2.8: Termos de troca, RDA e RFA 1980 a 1989

Tabela 2.9: Parceiros do Comércio exterior da RDA, de 1956 a 1985, em porcentagem do total de transações.

Tabela 2.10: Composição da Pauta de Comércio Exterior, RDA, 1985-89, em porcentagem do total

Tabela 2.11: Taxas de câmbio da RDA de diversas moedas estrangeiras, 1980-1989.

Tabela 2.12: Variação do nível de preços na RDA, de 1980 a 1989

Tabela 2.13: Variação do nível de preços, RFA, 1980 a 1989

Tabela 2.14: Nível de emprego como porcentagem da População Economicamente Ativa, anos selecionados.

Tabela 2.15: Nível de emprego na RDA por setor econômico, de 1980 a 1989, com 1950=100

Tabela 2.16: Nível de emprego na RFA por setor econômico, 1980-1989

Tabela 3.1: Países resultantes da ex-União Soviética e suas etnias

Tabela 4.1: Composição do Parlamento alemão por partido, nas eleições de 1990, 1994 e 1998.

Tabela 4.2: População em 1 de janeiro incluindo o antigo território da RDA em milhares de indivíduos, 1990 a 1999

Tabela 4.3: Produto Interno Bruto em milhares de euros, 1991 a 2000

Tabela 4.4: Taxa anual de Variação percentual do PIB, 1991 a 2000

Tabela 4.5: Taxa de variação percentual do PIB per capita, 1991 a 2000

Tabela 4.6: Formação Bruta de Capital Fixo como porcentagem do PIB, 1991 a 2000

Tabela 4.7: Consumo Público e Privado na Alemanha como porcentagem do PIB, 1991 a 2000

Tabela 4.8: Comércio Exterior Alemão como porcentagem do PIB, 1991 a 2000

Tabela 4.9: Fluxo Comercial por parceiro comercial em total de transações, anos selecionados

Tabela 4.10: Exportações alemãs por produtos em porcentagem do total de transações, 1990 a 1999

Tabela 4.11: Salários e vencimentos como porcentagem do PIB, 1991-2000

Tabela 4.12: Taxa percentual de variação anual do salários reais, 1991-1999.

Tabela 4.13: Taxa de Variação no Índice de Preços ao Consumidor , 1995 a 2000.

Tabela 4.14: Desemprego na Alemanha, total, até 25 anos, de 25 anos a 74 anos, 1991 a 2000.

Tabela 4.15: Desemprego de longa duração na Alemanha e na União Europeia, em porcentagem do total de desemprego, 1993 a 2000.
Tabela 4.16: Total de empregos na Alemanha em porcentagem da população economicamente ativa por setor, 1992 a 2000
Tabela 4.17: Contas do governo em porcentagem do PIB, 1995 a 1999
Tabela 4.18: Transferências entre os Estados do Oeste e o Leste (1991-2003)
Tabela 4.19: Despesas por categoria em porcentagem do PIB (1995 – 1999)

RELAÇÃO DE QUADROS

Quadro 1.1: As diferentes fases da construção europeia
Quadro 4.1: Da Unificação ao início dos anos 2000

RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura 3.1: Erich Honecker e Mikhail Gorbachev na celebração do 40º aniversário da RDA

RELAÇÃO DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1: Evolução das exportações da RDA por países de destino de 1956 a 1985, em porcentagem do total de transações. (Países socialistas inclui a soma de (1) e (2))
Gráfico 2.2: Evolução das importações da RDA por países de origem de 1956 a 1985, em porcentagem do total de transações. (Países socialistas inclui a soma de (1) e (2))

AGRADECIMENTOS

Não posso iniciar sem antes agradecer a oportunidade dada pelo departamento de pós-graduação em História Econômica, bem como meu orientador Professor Doutor Everaldo de Oliveira Andrade pelas horas dedicadas a elaboração dessa pesquisa.

Este trabalho é resultado de horas de dedicação e esforços de várias pessoas, citarei algumas, mas agradeço a todas que participaram direta e/ou indiretamente.

Aos meus familiares, minha mãe, Lucinalva Bezerra da Silva pelas broncas e apoio incondicional, meu pai, Fernando Esteves de Gusmão, meus irmãos Neto Gusmão e Marcírio "Potência" por sempre acreditarem em mim e a Aílton Francisco Silva.

Aos amigos, Noemi Teles de Oliveira e Fernanda Mendes Gonçalves pelo incentivo de maneiras diferentes, mas sempre acalentadora. A Cíntia Neres pelo *sprint* final e parceria constante.

Por fim, agradeço aos meus professores, parceiros, amigos Luiz Eduardo Simões de Souza e Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli pelos puxões de orelha, apoio e dedicação a mim dados por todos esses anos.

Sumário

Introdução....11

Apresentação do Tema e Justificativa Teórica/ Historiográfica....13
Delimitação do Tema e Objetivos....16
Metodologia....20
Fontes....23
Capítulo 1. Antecedentes (1945-1990)....25
1.1 Contexto Mundial....25
1.2 Conclusão....42

Capítulo 2. Ambiente Político e Econômico das Alemanhas....43
2.1 Ambiente Político e econômico da República Democrática da Alemanha (1949- 1990)....43
2.2 Ambiente Político e Econômico da República Federal da Alemanha (1949-1990)....50
2.3 Análise do Ambiente Econômico (1980-1989)....56
2.2 Conclusão....69

Capítulo 3. A unificação....72
3.1 O Processo....72
3.2 Reações Externas....86
3.3 Tratados e Acordos....88
3.4 Desdobramentos....94
3.5 Conclusão....98

Capítulo 4. A Primeira Década Após a Unificação (1990 - 2000)....101
4.1 Cenário Político e Social da República Federal da Alemanha....101
4.2 Primeiros Anos do Governo Kohl Pós-unificação (1990-1993)....104
4.3 Política Externa....107
4.4 Últimos Anos da Era Kohl (1994-1998)....109
4.5 O Retorno da Social Democracia e o Primeiro Governo Schöreder (1998-2003)....111
4.6 Ambiente Econômico (1990 - 2000)....114
4.7 Conclusão....126

Capítulo 5. Conclusão....128

Referências Bibliográficas....134

Introdução

Este é um trabalho sobre as características, condições e impactos da reintegração econômica e territorial da Alemanha, ocorrida na última década do século XXI.

Nas teorias de integração econômica, existe uma gradação. O primeiro estágio são as "zonas de livre comércio", cuja formação é composta pelos países que aceitam reduzir ou, até mesmo, eliminar as barreiras apenas para importações de produtos produzidos nessa zona livre. O segundo estágio, "união aduaneira", concepção ampliada pela quebra de barreiras, não somente para as importações de produtos confeccionados nos países membros, mas também para as importações externas ao bloco. O "mercado comum", que configura o terceiro estágio, é composto pela quebra de barreiras alfandegárias para importações como no segundo estágio e, além disso, não oferece nenhum tipo de empecilho quanto à mobilidade de capital e trabalho. O quarto estágio, denominado "União Econômica", é composto por, além do estabelecido para o mercado comum, políticas econômicas comuns entre os países membros. Já a "Integração Econômica" total, quinto e último estágio, além dos elementos anteriores, contempla uma política monetária comum, e com isso a criação de um banco central para o bloco econômico e uma moeda única.

Diante disso, a integração econômica pode ser denominada como um processo através do qual dois ou mais mercados nacionais se unem para formar um só mercado, de modo a eliminar completamente as barreiras comerciais entre si e facilitar o movimento de mercadorias, pessoas e capitais. Nesse sentido, a tese do livre-cambismo é recorrente na Economia Política desde seus primórdios, com os escritos de Cantillon e Smith, no final dos séculos XVII e XVIII, tendo marcado presença no século XIX através de David Ricardo e a Teoria das Vantagens Comparativas (1817), apologética que não deixou de render críticas como a de Friedrich Engels, que considerava o comércio desigual entre dois países (mesmo quando feito sob condições livre-cambistas) como a "guerra estilizada"[1]

Duas guerras e uma sequência de crises após, as teorias da integração econômica ganharam gradações e tipologias características. De maneira mais detalhada e destacada, são elas:

1 Engels. F. Esboço de uma crítica à Economia Política (1841).

1- A Zona de Livre Comércio consiste numa área formada por dois ou mais países que suprimem as barreiras alfandegárias e comerciais entre si. Porém, cada país mantém a sua política aduaneira própria com relação aos demais países do globo com os quais mantém relações comerciais.

2- A União Aduaneira caracteriza-se como uma área em que, além de se suprimirem as barreiras alfandegárias e comerciais entre si, os países que a integram estabelecem uma pauta aduaneira comum em relação ao comércio com terceiros países, representada pela Tarifa Externa Comum (TEC).

3- O Mercado Comum representa uma forma mais abrangente de integração econômica. Neste caso, acrescenta-se ao fim das barreiras alfandegárias e comerciais entre os países e ao estabelecimento de uma pauta aduaneira comum, a abolição das restrições aos movimentos de fatores produtivos entre os estados-membros, como o trabalho e o capital.

4- A União Econômica é uma forma mais profunda de integração, na qual à supressão das restrições aos movimentos de fatores produtivos soma-se um certo grau de harmonização das políticas econômicas dos países membros.

5- A Integração Econômica Total é a forma mais completa de integração. Nesta etapa, além de eliminação das barreiras alfandegárias e comerciais, do estabelecimento de uma pauta aduaneira comum, da abolição das restrições aos movimentos de fatores produtivos e da adoção de um certo grau de harmonização das políticas econômicas, os estados-membros unificam as suas políticas monetária, fiscal e social, bem como delegam a uma autoridade supranacional os poderes para elaborar e aplicar essas políticas.[2]Nesse processo, a Alemanha se inseriu no quinto estágio, aquele em que há a integração econômica total, uma vez que foram extinguidas todas as barreiras econômicas e monetárias, bem como houve a anexação do território da RDA as fronteiras da RFA.

A unificação Alemã, ocorrida ao longo dos anos 1980, culminando na derrubada do muro de Berlim em 1989, seria, assim, o resultado do processo de desagregação advindo da derrota do Eixo na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), associado à fragmentação gerada da partilha do território alemão entre os aliados (particularmente entre Estados Unidos e União Soviética, e dos movimentos geopolíticos da Guerra Fria). O colapso da Guerra Fria unifica a Alemanha dividida, e esta é resultado da Guerra Fria.

2 De acordo com Krugman, Paul R. ; OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional. São Paulo: Ed. Pearson. 2004

Observando a formação e transformação territorial da Alemanha desde sua origem Eurocentrista, não é difícil perceber ainda outra relação de natureza dialética que comporta os momentos – ápice de expansão do território alemão vinculados à sua imediata queda e fragmentação.

Esta dissertação busca captar e perceber um momento de reconstituição do território alemão em um contexto em que este é não apenas estrategicamente relevante para o desenvolvimento do Capitalismo em sua fase de expansão globalista, mas também para o posicionamento estratégico dos diferentes territórios na miríade da União Europeia. A Alemanha se unificou, em 1990, assim, não apenas pelo interesse dos alemães, mas pelo interesse dos Europeus e do próprio Capital.

Apresentação do Tema e Justificativa Teórica/ Historiográfica

O século XX ficou conhecido como o mais beligerante da História Contemporânea. Os principais conflitos do século passado se deram na Europa, berço da Revolução Industrial e das primeiras hegemonias mundo do Capitalismo.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi, para Hobsbawm em *A Era dos Extremos: o breve século XX*, Niall Ferguson em *The War of the World: Twentieth-Century Conflict and the Descent of the West* e Neil Heiman em *World War I, Guides to historic events of the twentieth century,* momento emblemático do século XX, pois os fatos ocorridos até 1945, foram, de certa maneira, consequências do conflito iniciado em 1914 e este colocou em xeque a alegada solidez do Capitalismo, seguido em boa parte do planeta, até ali. O que se seguiu até a metade do século foi nominado por Hobsbawm como a "era de desastre total": a maior crise do Capitalismo até então vista, e uma outra Guerra, ainda maior e mais sangrenta, entre 1939 e 1945.

O palco das principais potências do final do século XIX, a Europa, encontrava-se em escombros, nos quais levantavam-se dois blocos antagônicos, polarizados entre Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Naquele cenário, a Alemanha, derrotada na Primeira e na Segunda Guerras, apresentava uma condição estratégica como território-espaço e território-lugar-de-poder tal que motivou sua divisão entre os antigos aliados que a derrotaram, agora tornados inimigos irreconciliáveis em sua partilha.

Se o Capitalismo e o Socialismo haviam se reunido momentaneamente para derrotar o inimigo comum, qual seja, o fascismo do Eixo, agora, sobre os espólios da Europa destruída, começariam a aparecer as diferenças que resultariam na Guerra Fria.

A divisão do território alemão foi determinada na Conferência de Potsdam, ocorrida na cidade de mesmo nome, na Alemanha, entre 17 de julho e 2 de agosto de 1945. O tratado resultante daquela conferência detalhava, entre outros pontos, a divisão da Áustria e Alemanha em quatro zonas administrativas cujo controle de cada zona ficaria a cargo dos vitoriosos da Segunda Guerra Mundial. Assim, União Soviética, Reino Unido, França e EUA.

Posteriormente, em maio de 1949, as zonas administradas por Reino Unido, EUA e França seriam unificadas e, se criaria a República Federal da Alemanha (RFA) claramente alinhada ao bloco capitalista liderado pelos EUA. Em outubro do mesmo ano, a zona sob controle soviético se declararia como República Democrática Alemã (RDA), seguidora do projeto socialista e participante do Pacto de Varsóvia.

A partir daquele momento, as estratégias de desenvolvimento aplicadas às "duas Alemanhas" seguiriam por rotas distintas até o ano de 1989, quando o território passaria novamente por um processo de unificação a se consolidar no ano seguinte.

Nesse contexto, a unificação alemã, após quase cinco décadas de separação, se deu como um processo atrelado às pretensões econômicas da República Federal Alemã e aliado a um cenário europeu particular que estava caminhando para um quadro de unificação monetária. Para a concretização dos planos de efetivar a União Europeia, seria impensável deixar um ator central ao fortalecimento do capitalismo europeu – a Alemanha – fora desse esforço. A respeito da importância do país para o bloco europeu, Hobsbawm comenta , "(...) *Se a Alemanha não fosse reintegrada na economia europeia, isto é, se não se reconhecesse e aceitasse o peso econômico do país dentro dessa economia, não poderia haver estabilidade*[3]*."*

Em paralelo, a crise da URSS iniciada ainda no final da década de 1970, e acirrada em 1985 com a *Perestroika* de Gorbachev, havia criado um quadro de insustentabilidade para os participantes do Pacto de Varsóvia que se viam órfãos da ajuda soviética.

3 De acordo com Hobsbawm, E. *A era dos extremos*: o breve século XX. 1941-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

O momento não poderia ser mais propício para a queda do icônico "Muro de Berlim" e o ressurgimento de uma Alemanha unificada, claramente integrada ao bloco capitalista europeu.

Para a RFA e RDA, sua unificação significou a *"modificação geopolítica de posição marginal que ocupou durante o período da Guerra Fria*[4]*"*

A Alemanha constituída como a conhecemos seria um dos três maiores países do continente com aproximadamente 360.000 quilômetros quadrados, quase 82 milhões de habitantes e um PIB de 1.463.561,9 trilhões de dólares em 1991[5]. Para o bloco econômico europeu, o país representava a maior população, o maior PIB, e o marco alemão poderia garantir a credibilidade da moeda única que se pretendia implantar naquela mesma década para toda a comunidade.

Para os alemães, em um primeiro momento, o que se esperava era uma padronização das condições de vida e da economia dos cinco "novos" Estados, a saber: Mecklenburg-Vorpommern (capital: Schwerin), Brandenburg (Potsdam), Saxony-Anhalt (Magdeburg), Turíngia (Erfurt), e Saxônia (Dresden). Os estados orientais se uniriam aos onze estados existentes da República Federal[6]. A estratégia declarada era de nivelar os estados alemães por dentro, para superar a concorrência com os demais países europeus.

Como primeiro passo, iniciou-se o processo de privatização das empresas estatais da antiga RDA também foram realizados investimentos em infraestrutura, ampliando-se o nível de consumo via crédito, através da criação de estrutura financeira privada que garantiria o mesmo para acesso a bens proporcionados pelo novo sistema econômico implantado nos cinco Estados, o Capitalismo.

As modificações ocorridas na estrutura de desenvolvimento da ora unificada Alemanha possibilitaram uma abertura para investimentos externos. Se, a partir dos anos 1970, a RFA passou a focar-se no mercado externo para manutenção do seu crescimento econômico, agora modificava seu enfoque industrial visando transacionar principalmente com EUA e com seus vizinhos na Europa, à medida que se desenvolvia o Mercado Comum Europeu. Tal objetivo seria agora renovado com a incorporação dos Estados da RDA.

Nesse processo de reerguimento da economia alemã, o processo de unificação criou as bases da nova competitividade do país, ao abrir novas fronteiras para a expansão de seu capitalismo industrial e

4 Disponível em Pfetsch, F., R. A Política Externa da Alemanha após a reunificação. Rev. bras. polít. int.1997, vol.40, n.1, p. 178-192.

5 Dados originais retirados de www.eurostat.com. Acesso em 21/11/2013.

6 Disponível em http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/map.cfm?map_id=600. Acesso em 08/10/2013.

forçar a queda dos níveis salariais em ambos os lados da antiga fronteira. Acredita-se, como defende por exemplo Theotônio dos Santos, que a economia da RFA teve um ciclo econômico onde se apresentou uma fase de expansão no período de 1950-1973 e uma fase recessiva entre os anos de 1973 e 1993[7]. Este período de recessão coincidiu com os governos de Helmut Schmidt (1974-1982) e grande parte do governo de Helmut Kohl (1982-1998). "(...) N*a década de 1990, a economia alemã se apresentava como uma economia em decadência, incapaz de garantir sua competitividade internacional*[8]*."* Iniciaram-se então os governos de Gerhard Schröder (SPD) 1998-2005 e Angela Merkel (CDU) de 2005 em diante.

Ao final do século XX, segundo Previdelli[9],

> A unificação da Alemanha, (...) teve um impacto econômico profundo não apenas no país, mas também no restante da CEE. O processo deu origem a uma forte expansão no orçamento alemão, com o objetivo de apoiar os investimentos privados na RDA durante o período de ajustamento. (…) Na Alemanha já unificada, a expansão no orçamento causada diretamente pela junção da RDA e RFA absorveu o excedente da poupança interna anterior, e o balanço de transações correntes se alterou de um excedente de 5 % do PIB em 1989 para um défice superior a 1% em 1991. Em termos de poder político, a Alemanha unificada não teve grandes mudanças no seu peso de decisão nos organismos da CEE. (...) No entanto, seu poder econômico se faz sentir quando se observa o peso que seu PIB tem no da União Europeia (cerca de 25%), ou da Zona do Euro (32%)[10].

Delimitação do Tema e Objetivos

Na década de 1980, a tensão que se estabeleceu nas economias da RDA e da RFA coincidiu com os acontecimentos mundiais da década anterior e que abalaram a economia mundial, como as crises do petróleo (1973 e 1979), a crise da dívida externa e ainda a crise fiscal enfrentada pelas maiores economias do mundo. Iniciou-se então um período turbulento para ambos os países que vinham se reestruturando. No caso da RFA, tal processo vinha se intensificando desde a década de

7 Guimarães, A. O capitalismo coordenado alemão: do boom do pós-guerra à agenda 2010. Lua Nova [online]. 2006, p. 247

8 Guimarães, A. O capitalismo coordenado alemão: do boom do pós-guerra à agenda 2010. Lua Nova [online]. 2006, p 252

9 Previdelli, M.F.S.C. Expansão e Crise da União Europeia: um olhar para a economia da Zona do Euro, 2000-2010. Disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponíveis/8/8137/tde-11062015-141653/, Acesso em 26-09-2015, p.77

10 Ibidem.

1960, visando ocupar lugar de destaque na economia europeia e no comércio mundial. À época, estava prestes a ocorrer a eleição parlamentar que derrubaria a social democracia (Helmut Schmidt) e levaria ao poder um dos políticos que mais tempo passou no cargo de chanceler, Helmut Kohl. Este governou a República Federal da Alemanha por 16 anos, entre 1982 e 1998, sendo o responsável pela unificação com a República Democrática Alemã, em 1990.

O modo como Kohl conduziu seu governo para representar, em suma, os interesses da burguesia alemã industrial, o favoreceu no início do mandato de modo que alguns indicadores se comportaram de maneira distinta do que vinha ocorrendo no governo do Chanceler anterior.

Concomitantemente, no período que compreende o quinquênio de 1981-1985, a RDA se encontrava sob o governo de Erich Honecker. Nascido em Sarre, era comunista de linha ortodoxa e fiel a Moscou. No instante em que assumiu o poder, abandonou o Sistema Econômico Socialista do seu antecessor e priorizou a produção de bens de consumo, além de procurar melhorias nas condições de vida da população. Adicionalmente, o país se concentrou em outro problema, manter a Balança Comercial em níveis que suprissem a necessidade básica da sua população frente ao declínio do equilíbrio estabelecido pelo Pacto de Varsóvia e consequente aumento do endividamento da economia da RDA para com a RFA[11].

Ao longo dos anos de separação entre os dois Estados Alemães, uma das principais preocupações dos governantes socialistas era de conter o êxodo populacional que havia do lado Oriental para o Ocidental. Tal êxodo beneficiava a RFA, pois:

> (...) a República Federal ganhou, portanto 7.500 médicos, 1.200 dentistas, um terço dos acadêmicos da RDA e centenas de milhares de trabalhadores especializados, o que economizou para a RFA, segundo se calcula, cerca de 30 bilhões de Deutschmarks em educação e treinamento[12].

A falta de petróleo foi outro problema que dificultava o êxito do projeto da RDA. Em 1981, grande quantidade dessa matéria-prima foi enviada para a RFA pelos soviéticos, diminuindo a quota do que seria enviado à República Democrática Alemã, aumentando seu endividamento e prejudicando a produção industrial que dependia do combustível.

---

11 KITCHEN, M. *A História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje.* Cultrix, São Paulo, 2013

12 Kitchen, M. A História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje, São Paulo, Cultrix, 2013. p. 438

Gorbachev, com os seus próprios problemas econômicos na URSS, deu maior autonomia aos países socialistas para que conduzissem da melhor maneira os respectivos governos. O início das reformas no governo da União Soviética (*Glasnost e Perestroika*) enfraqueceram o poder de barganha de Honecker e incitaram o descontentamento do partido. Começaram as manifestações populares[13] e para lidar com a situação, Honecker deu ordens de atirar contra a população revoltosa:

> Camaradas: de agora em diante se trata de uma guerra de classes [sociais]. Hoje [9.10.1989] tudo será decidido: ou eles ou nós. A vigilância de classe é essencial. Se os cassetetes não são suficientes, usem as armas de fogo. [Se vocês encontrarem crianças], isso é ruim para eles. Nós temos as armas, e não as temos em vão![14]

As autoridades soviéticas se posicionaram contra tal solução para conter os revoltosos, enfraquecendo ainda mais o governo local. O êxodo da população, os protestos, o surgimento de grupos políticos oposicionistas e os preparativos para o quadragésimo aniversário da RDA, colocaram Honecker e o partido numa delicada encruzilhada com três opções. Segundo Ávila, estas eram:

(1) Negociar com a oposição, procurando-se uma saída democrática;

(2) reprimir a oposição e/ou

(3) Derrubar Honecker com golpe palaciano para impor programa de reformas nos moldes de Gobachev.[15]

Em 17 de outubro de 1987, foi anunciada a renúncia de Honecker por questões de saúde e coube a Egon Krenz, como então chefe de Estado da Câmara do Povo (parlamento da RDA), decretar a liberdade de ir e vir por entre as fronteiras germânicas e aceitar a queda do muro.[16]

Dez meses depois, foi elaborado o tratado "2 + 4", assinado em 12 de setembro de 1990, abrindo o caminho para o reconhecimento oficial da Alemanha unificada.

O tratado foi assinado pelos estados alemães, República Federal da Alemanha e República Democrática Alemã, pela República Francesa, pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Reino

13 Ávila, C. F. D. *A Queda do Muro de Berlim: visões brasileiras.* Revista sociologia Política, Curitiba, v 18, n-37, p. 97, out. 2010.

14 Kramer, apud ÁVILA, 2013, p.97.

15 Ávila, C. F. D. *A Queda do Muro de Berlim: visões brasileiras.* Revista sociologia Política, Curitiba, v 18, n-37, p. 96, out. 2010.

16 Muro que dividia a cidade de Berlim em ocidental e oriental, cada parte pertencendo a um dos Estados, a Berlim Ocidental fazia parte da geografia da RFA e a Berlim Oriental fazia parte da RDA.

Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América. Este tratado objetivava, por fim, a "benção" dos estados vencedores da Segunda Guerra quanto à unificação.

Definindo questões como fronteiras geográficas, meios de utilização de suas armas, negando o direito de produção de quaisquer armas fossem elas do tipo nuclear, biológicas e/ou químicas, bem como a diminuição do contingente das forças armadas, como e em que prazo as tropas de outros países se retirariam do seu território entre outras questões. O tratado foi assinado e a Alemanha assumiu o compromisso de preservar a paz no continente europeu.

A ideia inicial da "unidade alemã" repousava sobre a estratégia de financiar a infraestrutura dos novos estados alemães com o valor arrecadado com as privatizações das empresas estatais. Porém, ao invés de um superávit de 600 bilhões de marcos previstos, a privatização registrou um déficit de 230 bilhões de marcos.[17]

Em 1990 foi criada a *Trust Agency* para organizar a privatização das empresas da antiga RDA. Inúmeros golpes foram registrados, onde as empresas da RDA foram vendidas abaixo do preço de mercado, sendo adquiridas por alemães da RFA que, recebiam os subsídios para reestruturar as mesmas e, logo em seguida decretavam sua falência.

Para Anderson, "*(...) a implantação do Capitalismo no Oriente foi sentido mais como uma colonização do que uma incorporação*."[18] Esse argumento se justifica, pois uma pesquisa realizada no verão de 1990 demonstrou que 75% dos alemães da RDA se consideravam cidadãos de segunda classe e cinco anos após a reunificação, dois terços afirmavam que tinham orgulho da vida que tinham na antiga República Democrática. O muro físico havia sido derrubado, porém o muro no psicológico dos alemães estava cada vez mais fortalecido.[19]

Ainda assim, ao longo da década de 1990, a Alemanha se posicionou como uma potência econômica dentro do bloco de países europeus. O poder econômico determinou seu papel à frente das instituições como o Banco Central Europeu, a Comissão Econômica e Financeira, e o Parlamento Europeu. No início do século XXI, tal liderança se tornou ainda mais aparente e definitiva. O processo que levou a essa posição é o que se procura estudar neste trabalho.

17 Disponível em http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=176. Acesso em 21/11/2013.
18 Anderson,P. *A New Germany?*. New Left Review, Londres, 57, 5-40, 20 de Abril de 2009
19 Kitchen, M. *A História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje*. Cultrix, São Paulo, 2013.

Objetivo Geral

Objetiva-se pesquisar como o processo de unificação do país contribuiu para o aumento do poder econômico da Alemanha no período de 1990 a 2000. Nesse sentido, precisa-se compreender como a Alemanha fora utilizada como espaço geográfico de manobra para a expansão capitalista e diminuição dos direitos sociais a partir da década de 1990.

Objetivos Específicos

Para atender o objetivo acima, formula-se o seguinte quadro de hipóteses:

1) A unificação da RFA e RDA foi um processo de anexação da segunda pela primeira.
2) Ao absorver os estados da antiga RDA, a RFA agiu para adquirir vantagens econômicas e políticas.
3) Após a anexação, a RFA pôde eliminar benefícios e direitos trabalhistas que lhe garantiriam diminuir custos de produção e aumentar a competitividade de seus produtos nos mercados internacionais.

Metodologia

O estudo da História Econômica envolve, portanto, a incorporação de elementos de teorias econômicas e/ou métodos quantitativos às ferramentas de análise de que dispõe o historiador, com a construção de uma metodologia própria, a partir das questões e problemas que venham a surgir em área de domínio autônomo. A metodologia do Sistema de Contas Nacionais (SNA – System of National Accounts), desenvolvida e adotada pela ONU durante a década de 1940, é considerada uma ferramenta de análise primária[20] para grande parte dos economistas, e para historiadores econômicos[21]. Tal

20 Ver KULA, W. (2001), pp. 146 – 165.

21 Segundo Fernand Braudel: "(...) Uma história totalizadora, globalizadora, seria possível se conseguíssemos incorporar ao campo da economia do passado os métodos modernos de certa contabilidade nacional, de certa macroeconomia. Seguir a evolução da renda nacional e da renda nacional per capita, (...), tratar de medir a distância - diferente segundo as épocas - entre produto bruto e produto líquido seguindo os conselhos de Simon Kuznets, cujas hipóteses a respeito me parecem fundamentais para compreender o desenvolvimento moderno - tais são as tarefas que desejaria propor aos jovens historiadores. Em meus livros abre-se de quando em quando uma janela a esses panoramas que unicamente se adivinham; mas uma janela não é suficiente. Seria indispensável realizarem então uma investigação, senão coletiva ao menos coordenada." (BRAUDEL, 1992: pp. 125-126). É importante notar que Braudel, ao admitir a utilidade e

metodologia segue os princípios de um padrão básico dos chamados "fundamentos macroeconômicos" de seus países-membros.

De maneira simplificada, tem-se a renda, ou o produto gerado e disponibilizado por um dado país (representado pela letra "Y"). Partindo da hipótese da validade da *Lei de Circulação* de Say[22], tem-se que a renda ofertada a um país é equivalente ao seu dispêndio. Assim: **(i) Renda de um país = Renda dispendida = Renda ofertada = Y**

Essa renda, de acordo com J. M. Keynes, em sua *Teoria Geral*, pode ser consumida ou não (o consumo é representado pela letra "C"). A parcela da renda que não é consumida no processo econômico torna-se, do lado da oferta, *investimento* (representado pela letra "I") e, do lado da demanda, *poupança* (letra "S"). Na equação (a), em uma economia em que não se diferencie o setor externo e as contas do governo[23], tem-se:

(a) **Renda de um país = Renda dispendida = Renda ofertada = Y**

(b) **Renda dispendida = Y = consumo + poupança = C + S**

(c) **Renda ofertada = Y = consumo + investimento = C + I**

(d) **Y = C + S = C + I**

Seriam estes alguns dos chamados *agregados macroeconômicos*, indicadores que permitem à análise econômica, o uso dos modelos estáticos e dinâmicos de suas relações de produção, distribuição e circulação de riqueza.[24]

É assim, tarefa desta pequisa observar de que forma os indicadores econômicos da Alemanha variaram nos anos após a unificação de RDA e RFA permitirá a verificação – ou não – das hipóteses de trabalho.

Torna-se necessário, no entanto, chamar a atenção para o fato de que a metodologia do SNA (System of National Accounts) para os dados constantes nas bases de dados não contemplam todas as

---

necessidade do uso de instrumentos quantitativos que possibilitem uma visão retrospectiva da economia – mesmo no período pré-capitalista - diferencia implicitamente o uso de ferramentas metodológicas de sua análise

22 Princípio desenvolvido pelo economista Jean-Bapiste Say (1767 – 1832), em 1803, em sua obra Tratado de Economia Política.

23 Com a ressalva de que as contas desses dois setores da contabilidade nacional podem ser entendidas como Consumo, Investimento e Poupança.

24 Souza, L. *Contas Nacionais.* São Paulo: LCTE, 2007.

variáveis no caso da RDA. O uso de estimativas feitas a posterior, bem como o uso de números índice, impossibilita a comparação direta de alguns dados da RDA e RFA. No caso de dados estimados, quando do seu uso, será informada a situação dos mesmos. Esse problema desaparece nas análises relativas aos anos pós 1990, quando as contas nacionais se tornam padronizadas, seja nas bases de dados do Banco Central Alemão, Banco Mundial, portal de estatísticas oficiais da União Europeia – EuroStat, Fundo Monetário Internacional, OCDE, Nações Unidas, etc.

Adicionalmente, destaca-se a leitura e o fichamento da bibliografia apresentadas que serão essenciais para a elaboração e organização da análise dos resultados obtidos com a investigação, assim como fornecerão as bases necessárias para discussões acadêmicas pertinentes ao tema e a preparação de relatórios e artigos científicos.

Faz-se necessário, para o real entendimento da situação econômica e os efeitos que a junção das antigas RFA e RDA teve sobre a economia do atual estado alemão observar questões políticas, territoriais, e não somente a análise fria dos dados macroeconômicos, uma vez que, o desenvolvimento econômico da Alemanha unificada se deu no mesmo sentido do desenvolvimento dos partidos políticos, sindicatos e da interação entre alemães ocidentais e orientais.

A contextualização do processo de unificação é um pré-requisito importante para se compreender o ulterior sucesso econômico da Alemanha em comparação aos seus vizinhos da Zona do Euro. A abertura de um novo espaço de acumulação de capital na parte oriental do país e a incorporação de uma grande massa de trabalhadores bem treinados podem ser fatores que explicam a criação da "máquina exportadora alemã". Estes fatores vêm acrescentar uma variável a mais na problemática da unificação.

Assim, questões como por exemplo, a troca de um *westmark* por um *deustchmark*, ou seja, relação de 1:1 no momento da conversão, no início da união monetária, afetaram desde transações bancárias até níveis salariais e aluguéis, e , portanto, torna-se importante entender qual o papel real da queda da remuneração da mão de obra foi utilizada para sustentar os ganhos de competitividade da Alemanha unificada no cenário internacional.

A verificação das mudanças ocorridas nos indicadores econômicos juntamente com a análise das políticas econômicas utilizadas nos governos que se seguiram, nesses vinte anos em que se prende a análise, permitirá perceber de que maneira a unificação agiu de forma a influenciar as políticas econômicas e monetárias do país.

É evidente que elementos não-mensuráveis ou contabilizáveis no ambiente econômico também servem como importantes informes ao historiador econômico atento. É preciso ir além dos dados, mas também não se pode ignorá-los, sob pena de sacrificar-se a consistência da pesquisa.

Fontes

Pretende-se usar como fontes:

1. Documentos oficiais, como tratados, acordos, pronunciamentos de autoridades e relatórios.
2. Dados quantitativos, como indicadores socioeconômicos e séries numéricas obtidas nos órgãos oficiais, como:

   GESIS - Leibniz-Institut für Sozialwissenschaften,
   Deutsches Institut für Wirtschaftsforschung,
   Deutsche Zentralbibliothek für Wirtschaftswissenschaften,
   Sachverständigenrat zur Begutachtung der gesamtwirtschaftlichen Entwicklung,
   Bundeswahlleiter - Statistisches Bundesamt,
   Bundesbank.

3. Dados quantitativos oficiais das bases de dados externas como:

   EUROSTAT,
   Banco Mundial,
   FMI,
   OECD,
   OMC,
   Banco Central Europeu,
   Nações Unidas.

4. Fontes de caráter secundário e terciário de autores que já tenham estudado o tema, como Eric Owen Smith, Horst Siebert, Thomas Lange, Guimarães e Costa, Hans F. Zacher e outros.
5. Jornais e revistas do período, através dos sistemas digitalizados de arquivo e memória.
6. Outros.

No contexto mundial dos anos pós 1945 a Alemanha se inseria como espaço de combate ideológico. O mundo se dividia entre Capitalismo e Socialismo, talvez mais que isso, pois haviam aqueles que eram alinhados com o Capitalismo estadunidense, aqueles que eram alinhados ao Socialismo Soviético e ainda aqueles que pregavam o "anti-comunismo" ferrenho. Esse terceiro grupo estava presente em diversos países capitalistas e em diversas camadas da sociedade burguesa local. Assim, o primeiro capítulo expõe sob quais condições estava dividido o planeta no contexto da então anunciada Guerra Fria.

Ao mesmo tempo, o segundo capítulo trata do cenário político e econômico das duas Alemanhas para o mesmo período. Esse capítulo visa contextualizar o ambiente conturbado pelo qual tanto a República Federal quanto a República Democrática passaram nos anos de reconstrução e estabilização dos seus modos internos de produção. Essa análise se dará por meio de dados quantitativos obtidos através das bases oficiais europeias.

Com a derrocada do socialismo real da União Soviética em 1989 e a queda oficial do Socialismo na República Democrática em 1991, o terceiro capítulo trata do contexto relacionado a unificação e o capítulo quatro de como se deram os acontecimentos políticos interna e externamente, bem como a economia unificada do então país. Por fim, algumas considerações resumem e encerram esta dissertação à guisa de conclusão.

Capítulo 1. Antecedentes (1945-1990)

Esse capítulo trata de expor os acontecimentos a nível mundial pós Segunda Guerra Mundial. Assim, adiciona-se importância ao processo de algumas variáveis exógenas, como o acordo de Bretton Woods e a criação da OCDE.

Com a derrota na Segunda Guerra Mundial, (1939-45), a Alemanha teve seu território repartido por entre os países aliados vencedores do conflito: França, Inglaterra, EUA e URSS. Entretanto, durante o processo de reconstrução europeia do pós-guerra, os quatro territórios aglutinaram-se em dois lados: um mais extenso com quase 250 mil quilômetros quadrados, composto pelo bloco capitalista, com domínio dos EUA, bem como França e Inglaterra compondo a República Federal da Alemanha (RFA), e outro com cerca de 108 mil quilômetros quadrados, formando a República Democrática da Alemanha (RDA), a nordeste do mapa alemão. Adicionalmente, a capital, Berlim, também sofreu divisão semelhante.

Devido à sua condição estratégica na Guerra Fria, o território alemão foi objeto de disputa de poder econômico e político ao longo de aproximadamente quatro décadas e meia após o estabelecimento de tal divisão. As condições em que se daria a convivência dos blocos capitalista e socialista seria determinada pela dinâmica das forças de EUA e URSS, assim, não é fora de propósito afirmar que, mesmo o fim da divisão da Alemanha foi de maneira bastante direta, determinado por tais forças exógenas.

1.1 Contexto Mundial

Os anos após o final da Segunda Guerra Mundial foram de extrema tensão mundial, seja pela devastação material e humana diretamente ocasionada pelo conflito, e consequente processo de reconstrução dos países atingidos, seja pela guerra de influência que se iniciou entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) nos anos pós-guerra. Foi o início daquela que ficaria conhecida como Guerra Fria, uma disputa de modos de produção, ideologias e influências que iriam afetar as relações econômicas internacionais pelas décadas que se seguiriam.

Nesse contexto, a Alemanha sofria os efeitos de sua derrota na guerra agravados pela divisão do país em quatro zonas de ocupação controladas pelos países vencedores, a saber: EUA, Reino Unido, França e URSS. Adicionalmente, Berlim, que se encontrava geograficamente na zona de domínio da União Soviética, foi dividida nos mesmos moldes do resto do território, em quatro áreas de controle que, resultaram em apenas duas, já que França, Inglaterra e EUA atuavam conjuntamente.

Com o armistício estipulado em junho de 1944, iniciaram-se os movimentos para evitar que o mundo passasse por uma nova crise conforme ocorrera com o fim da Primeira Guerra (1914 – 1918). O acirramento da disputa entre EUA e URSS, no entanto, alterou ainda mais a situação precária da região e, em 23 de Maio de 1949, os aliados da potência capitalista promulgaram a Lei Fundamental[25] que criava a República Federal da Alemanha (RFA). As zonas de domínio inglês, francês e estadunidense formariam o território do novo país. Em outubro do mesmo ano, os soviéticos fundaram a República Democrática da Alemanha (RDA) alinhada ao bloco socialista.

Adicionalmente a fundação da RDA, ocorreu a formação do Conselho para Assistência Econômica Mútua - COMECON, bloco econômico criado pelos soviéticos para a cooperação econômica entre seus membros, se deu no mesmo ano de fundação da RDA, também em 1949. Com suas principais instituições situadas em Moscou, sendo elas, o Banco Internacional de Cooperação Econômica e o Banco Internacional de Investimento.

As duas novas "Alemanhas" surgiram, portanto, como resultado das conversações entre os vitoriosos da Segunda Guerra Mundial nas conferências em Teerã, no Irã, em 28 de novembro de 1943, e em Yalta, na Crimeia, em fevereiro de 1945.

Adicionalmente, em julho/agosto de 1945, ocorreu a Conferência em Potsdam, na Alemanha, com a assinatura do acordo final entre os aliados sobre como se dividiria o território europeu a partir dali[26].

Nessas três conferências haviam a presença dos chamados "Três Grandes", EUA, URSS e Inglaterra.

A conferência de Yalta serviu para acordar entre EUA e URSS, quais seriam suas zonas de influência, o uso da corrida armamentista como meio de manutenção do poder, e as bases da chamada

25 A denominação "Lei Fundamental" sublinhava seu caráter provisório, pois somente depois que o país voltasse a ser uma unidade deveria ser ratificada uma Constituição definitiva.

26 Nessa conferência também houve a apresentação, por parte do presidente dos EUA, aos então presentes, da bomba nuclear.

Política de Contenção que visava evitar a expansão dos territórios sob o regime socialista[27]. Nesse sentido, as principais discussões se deram sobre as fronteiras entre URSS e Polônia, bem como as exigências de que os países que fizessem fronteiras com a União Soviética não poderiam ter governos contrários ao socialismo soviético. Foi em Yalta também que se descartaram os postulados do Plano Morgenthau[28]. Ademais, ficou acordado que os soviéticos entrariam juntamente com os EUA na Guerra contra o Japão, a partir de agosto.

Em Potsdam, as discussões foram mais acaloradas do que em Yalta. Os três grandes, EUA, Inglaterra e URSS, já não mais tinham o mesmo entendimento que haviam demonstrado na conferência anterior. Agora, o representante estadunidense era Truman, não mais Roosevelt como em Yalta, e assim como Churchill, Truman adotou uma postura mais dura e intransigente ante as exigências dos soviéticos, esse fato foi motivo de discordância que permeou todo o encontro.

A bomba atômica, marco principal dos EUA na II Guerra, demonstrou a todos, principalmente aos estadunidenses, que eles poderiam comandar o mundo pós-guerra mesmo com a oposição da URSS, pois se os soviéticos tinham o exército vermelho, os estadunidenses agora tinham a arma mais poderosa já criada pelo homem. Para garantir o objetivo principal das conferências, a saber, garantir que a Alemanha não ameaçasse novamente o equilíbrio mundial, esta foi divida em Zonas de Ocupação, conforme citado anteriormente.[29]

A divisão bipolar que se iniciava com o fim da II Guerra duraria 45 anos, até o fim da União Soviética e a unificação da Alemanha em 1991. Para Hobsbawm:

> A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial. A Guerra Fria entre URSS e EUA, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século XX. (…) Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade.[30]

27 Segundo VASCONCELLOS, C. E., MANSANI, R., S. As Conferências Internacionais de Yalta e Potsdam e sua Contribuição à Construção da Hegemonia econômica Internacional Norte Americana no Capitalismo do após 2a Guerra Mundial. 2013 p. 42

28 Criado pelo secretário do Tesouro estadunidense e apresentado em 2 de setembro de 1944, o Plano era composto por 14 pontos para a Alemanha no pós-guerra. Os principais pontos tratavam de desmilitarizar completamente o país, destruir o parque industrial e reforço numa divisão da Alemanha em dois países, norte e sul, além de propor uma reforma agrária priorizando o pequeno e médio produtor. Informações disponíveis em http://www.dw.com/pt/1944-programa-morgenthau-para-a-alemanha-p%C3%B3s-guerra/a-319276, acessado em 30-07-2016.

29 KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Tradução de Waltensir Dutra. 17.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

30 HOBSBAWM, E. A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 224

Durante esse período, o território europeu se encontrava, de certo modo, bem definido. Os países do Leste da Europa estavam alinhados com a URSS[31].

O Plano Marshall e a formação da OECD

Na primeira década do pós guerra, em 6 de junho de 1947, foi lançado na Universidade de Harvard, nos EUA, o Plano Marshall. Este foi concebido como "doação" e não uma forma de empréstimo, que tem como princípio cobrança de juros, pois, assim como declara o próprio Marshall:

> A verdade da questão é que as necessidades da Europa para os próximos três ou quatro anos, em termos de comida estrangeira e outros produtos essenciais, principalmente da América, são muito superiores à sua capacidade atual de pagar por eles, e ela deve ter ajuda adicional substancial ou enfrentar a deterioração econômica, social e política de um caráter muito grave [32]

Assim, o Plano tinha por objetivo efetuar aportes de dinheiro aos governos dos países que aderissem ao mesmo, com fins de reconstrução e aquisição de produtos básicos, em sua grande maioria produzidos nos próprios EUA, necessários à população dos países da Europa Ocidental cuja estrutura produtiva havia sido arrasada pela Guerra. Adicionalmente, visava facilitar a retomada do crescimento econômico e aumento no comércio entre os países europeus[33].

31 Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Romênia, Bulgária e Albânia, assim como parte do território da Alemanha, correspondente à República Democrática da Alemanha.

32 Disponível em http://historia1imagen.cl/2007/06/04/guerra-fria-el-plan-marshall-6-de-junio-de-1947/ La verdad de la cuestión es que las necesidades de Europa para los próximos tres o cuatro años en alimentos y otros productos esenciales procedentes del exterior, principalmente de América, son tan superiores a su presente capacidad de pago que tienen que recibir una ayuda adicional sustancial o enfrentarse con un deterioro económico, social y político de un carácter muy grave(...) (tradução da autora)

33 Um elemento oneroso nas contas de todos os países envolvidos com conflitos bélicos são as chamadas "reparações de Guerra". Um estudo denominado de "Iniciativa de Bremen", que tinha por objetivo quantificar quão oneroso teria sido para cada Estado alemão essa despesa. Segundo o Estudo, o fardo deveria ter sido suportado de igual forma pelos dois Estados, o que não ocorreu. De acordo com o documento, a Agência Interaliada de reparações (IARA) quantificou as reparações pagas pelas três zonas de ocupação na RFA em US$ 517 milhões, contabilizados ao câmbio de 1938. Esse valor, corresponderia 2,16 bilhões de DM pelo câmbio de 31 de Dezembro de 1957, data em que se encerraram oficialmente os pagamentos. Em contrapartida, segundo cálculo do Ministério do Interior da RFA, as reparações pagas pela RDA foi de 66,4 bilhões de *Reichmarks* de 1944, correspondendo a 99,14 bilhões de DM de 1953, ou seja, 97,94% do total. O valor total pago pelas 4 zonas de ocupação foi de 101,223 bilhões de DM, se esse valor tivesse sido dividido pelo total da população, com o total de 67,8 milhões de habitantes nas 4 zonas, o valor per capita teria sido de DM 1.944,96. Por comportar uma população de 49,8 milhões de habitantes em 1953, o valor correspondido a RFA seria em torno de 74,4 bilhões de DM, desses ela de fato pagou 2,16 bilhões. Dessa diferença é obtida o valor pago pela RDA, em 31-12-1953, 72.228.375.856 DM. Ainda de acordo com o Deutschbank, o valor de 72,2 bilhões de DM de 1953 corrigidos para o câmbio de 1989, corresponderia a 211,4 bilhões de DM, tendo como base o custo de vida. Se a base

Entre 1948-1951, o governo dos EUA liberou recursos na casa de 12,5 bilhões de dólares para a Europa[34] seguindo o Programa de Recuperação Europeu, como também foi nominado o Plano Marshall. Posteriormente, em setembro de 1947, os países europeus elaboraram o chamado "Informe de Paris", que continha os objetivos gerais a ser alcançados pelas nações que recebessem a ajuda do plano:

> (1) aumento da produtividade agrícola e industrial até alcançar os níveis de antes da guerra;
> (2) estabilidade financeira;
> (3) cooperação econômica entre países participantes; e
> (4) solução do problema do deficit em dólar através da expansão das exportações.[35]

Entre 1948 e 1952, 16 países foram beneficiados pelo Programa de Recuperação Europeu, a saber: Alemanha Ocidental, Áustria, Bélgica e Luxemburgo, Dinamarca, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália e Trieste, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia.

Desta forma, com a implementação do Plano Marshall, os países europeus alvos de sua ajuda financeira se viram diante de uma relação que representava simultaneamente uma parceria, uma submissão e também o início oficial da "Guerra Fria" entre os blocos socialista e capitalista.[36]

Nesse contexto, um novo acordo foi concluído em 1950, estabelecendo a União Europeia de Pagamentos (UEP), configurando um sistema centralizado de compensação multilateral das transações entre países os europeus do bloco ocidental, que oferecia facilidades automáticas de crédito a curto prazo – parte em ouro, parte em dólar -, para ajudar os países devedores a superar desequilíbrios no seu Balanço de Pagamentos. A UEP foi substituída pelo Acordo Monetário Europeu (AME) em 1958.

No início da década seguinte, foi criada a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD em inglês), órgão fiscalizador da ajuda financeira proveniente do Plano Marshall.

---

fosse a construção civil, esse valor subiria para 482,3 bilhões de DM. Ainda de outra forma, considerando-se apenas a taxa de juros do Bundesbank, de 6,625% cobrada à RDA pelos empréstimos de 1983 a 1988, a cifra de 1953 ter-se-ia transformado em 727.165.791.041 DM ao final de 1989. E isso sem considerar a inflação. Disponível em Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 46, p. 31-49, jul./dez. 2009 , p. 38.

34 Conforme PREVIDELLI, M.F.S.C. Expansão e Crise da União Europeia: um olhar para a economia da Zona do Euro, 2000-2010. Disponível em http://www.teses.usp.br /teses/disponíveis/8/8137/tde-11062015-141653/, acesso em 17-10-2015, p. 49

35 Disponível em http://historia1imagen.cl/2013/03/12/plan-marshall-analisis-del-programa-de-recuperacion-economica-de-pos-segunda-guerra-mundial-conocido-como-plan-marshall-6-de-junio-1947/ acesso em 17-10-2015.

36 Segundo PREVIDELLI, M.F.S.C. Expansão e Crise da União Europeia: um olhar para a economia da Zona do Euro, 2000-2010. Disponível em http://www.teses.usp.br /teses/disponíveis/8/8137/tde-11062015-141653/, acesso em 17-10-2015, p. 49

Esta organização foi a herdeira da anteriormente criada no mesmo ano em que o Plano Marshall foi implementado, a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), cujo fundamento foi o Ato Constitutivo, assinado em 1960, pelos seus 18 países membros, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Holanda, Portugal, República Federal da Alemanha, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia, a saber, os mesmo países beneficiários do Plano de Recuperação Europeia. Os EUA e o Canadá estiveram presentes apenas como estados associados[37].

O objetivo principal da OECD era o compromisso com a liberalização dos movimentos de capitais em base multilateral e não discriminatória.[38]

Mudanças na OCDE

Em fins de 1959, foi realizada uma reunião em Paris entre Konrad Adenauer (Alemanha Federal), Dweight D. Eisenhower (Estados Unidos da América), Maurice Harold MacMillian (Reino Unido) e Charles De Gaulle (França), com a finalidade de instituir um grupo que prepararia um novo estatuto para a nova organização:

> Os EUA começaram a notar o crescimento expressivo da economia europeia e que poderia vir a se tornar concorrentes diretos nos países em que eles dominavam. Assim, a equipe de Kennedy, em 1961, propôs a reestruturação da Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE) alterando seu nome para Organização Econômica para a Cooperação e Desenvolvimento (OECD), e incluindo a sua participação e do Canadá junto ao grupo. Outra forma que os EUA percebiam como facilitadora de seu acesso ao grupo europeu, era através da adesão da Grã-Bretanha, mas os franceses iriam frustrar tal adesão por toda a década.[39]

Foi elaborado um relatório onde foi constatado que deveriam ser mantidos os métodos de trabalho, bem como as decisões normativas da OECE. Assim, a OCDE foi criada como organização internacional para consolidar o modelo liberal das economias de mercado. Para Denis Pinto:

> A nova organização, ademais, preservou o empenho na manutenção de estatísticas confiáveis, sobre o quadro macroeconômico dos países-membros e um sistema sofisticado de apuração das contas nacionais. A importância da nova organização era

37 Disponível em http://funag.gov.br/loja/download/24-OCDE_-_Uma_Visao_Brasileira.pdf

38 Ibidem, p. 18.

39 Conforme PREVIDELLI, M.F.S.C. Expansão e Crise da União Europeia: um olhar para a economia da Zona do Euro, 2000-2010. Disponível em http://www.teses.usp.br /teses/disponíveis/8/8137/tde-11062015-141653/, acesso em 12-01-2016, p. 56.

> considerável, na medida em que englobava, no início dos anos (19)60, mais de dois terços da produção mundial e bens e quatro quintos do comércio internacional.[40]

O Tratado do Atlântico Norte, e o Pacto de Varsóvia

Em 1949, foi criado, pela aliança ocidental, o Tratado do Atlântico Norte (OTAN), liderado pelos EUA, por meio do Tratado de Washington. A Organização do Tratado do Atlântico Norte teve adesão da Alemanha Federal, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, França, Grécia, Países Baixos, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Reino Unido, Turquia e tinha por principal objetivo garantir a segurança militar dos países membros. Tal objetivo é evidenciado no artigo 1º, em que:

> As partes comprometem-se, de acordo com o estabelecido na Carta das Nações Unidas, a regular por meios pacíficos todas as divergências internacionais em que possam encontrar-se envolvidas, de forma que não façam perigar a paz e a segurança internacionais, assim como a justiça, e a não recorrer, nas relações internacionais, a ameaças ou a emprego de força de qualquer forma incompatível com os fins das Nações Unidas.[41]

Adicionalmente, no artigo 13º, foi formulada a validade do Tratado que deveria ter duração de pelo menos 20 anos e, após o término desse prazo, qualquer parte poderia por fim ao mesmo, mas, somente, após uma ano da comunicação oficial desse país ao governo dos Estados Unidos.

Seis anos após a criação da OTAN, a URSS, promoveu o Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua, conhecido como Pacto de Varsóvia, assinado em 17 de maio de 1955. Esse Tratado foi uma aliança formada pelos países do Leste europeu, alinhados com a URSS, para, principalmente, mas não somente, proteção mútua em caso de agressão militar a qualquer um dos países membros. O acordo visava fazer frente à OTAN. Seus membros eram, além da URSS, que encabeçava o pacto, República Democrática da Alemanha, Bulgária, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Albânia e Romênia.

Diferentemente do Tratado que instituiu a OTAN, o Pacto foi um acordo em que os países membros estavam:

40 Disponível em http://funag.gov.br/loja/download/24-OCDE_-_Uma_Visao_Brasileira.pdf acessado em 17-10-2015.

41 Disponível em http://www.cedin.com.br/wp-content/uploads/2014/05/Tratado-do-Atl%C3%A2ntico-Norte.pdf acesso em 17-10-2015

> Reafirmando seu desejo de organizar um sistema de segurança coletiva na Europa, com a participação de todos os estados europeus, sem levar em conta seus sistemas sociais ou estatais, o que possibilitaria a combinação de seus esforços no interesse da segurança e da paz na Europa, Considerando ao mesmo tempo a situação obtida na Europa como resultado da ratificação dos Acordos de Paris, que estabelecem a formação de grupos militares nos moldes da "União da Europa Ocidental" juntamente com a Alemanha Ocidental remilitarizada, e que visam a integração da Alemanha Ocidental no bloco do Atlântico Norte, o que aumenta o perigo de outra guerra e cria uma ameaça à segurança nacional dos estados amantes da paz.[42]

O Tratado foi assinado pelos representantes dos países, dispostos da seguinte ordem: Mehmet Shehu (Presidente do Conselho de Ministros da República Popular da Albânia), Vylko Chervenkov (Presidente do Conselho de Ministros da República Popular da Bulgária), Andras Hegedus (Presidente do Conselho de Ministros da República Popular Húngara), Otto Grotewoh (Primeiro Ministro da República Democrática da Alemanha), Joseph Cyrankiewicz (Presidente do Conselho de Ministros da República Popular da Polônia),(Gheorghe Georghiu-Dej (Presidente do Conselho de Ministros da República Popular da Romênia), Nikolai Alexandrovich Bulganin(Presidente do Conselho de Ministros da U.R.S.S., Viliam Siroky (Primeiro Ministro da República Tcheca)[43]

O Pacto de Varsóvia, em seu artigo 8º, indicava que o mesmo não estava fincado apenas e unicamente em fins militares, mas, também, tinha por objetivo a promoção do desenvolvimento de suas relações com os países membros, bem como o fortalecimento do intercambio econômico e cultural entre si, aderindo aos princípios de respeito mútuo por sua independência e soberania e de não-intervenção em seus assuntos internos.[44]

O Tratado teria vigência de 20 anos e, caso não fosse indicado o desejo de abandono do mesmo por parte de qualquer país, este valeria por mais 10 anos. Assim, este só foi encerrado, em 1991, quando a URSS deixou de existir.

Fundação da Comunidade Econômica do Carvão e do Aço

42 De acordo com http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/tratado-de-amizade-cooperacao-e-assistencia-mutua-pacto-de-varsovia/ acessado em 17-10-2015

43 Ibidem.

44 Idem.

Em 1951, por meio da assinatura do Tratado de Paris, foi criada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), que foi o primeiro passo para o bloco econômico que viria a ser conhecido como Comunidade Econômica Europeia (CEE) e posterior União Europeia (UE). Esta foi a primeira organização supranacional em âmbito europeu.

Tinha por objetivo, segundo Previdelli:

> (...)a introdução de livre circulação do carvão e do aço, bem como o livre acesso às fontes de produção. Além disso, há artigos específicos que buscam assegurar a vigilância do mercado, o respeito pelas regras da concorrência e a transparência dos preços1. Já os objetivos não declarados no documento mas propagados nos discursos a seu respeito, eram a expansão da produção industrial dos países membros como forma de aquecer a economia dos mesmos, gerar empregos e, assim, aumentar o padrão de vida e os níveis de consumo necessários à recuperação econômica europeia ocidental. As primeiras medidas após a entrada do tratado em vigor, em 1952, foram a eliminação imediata de todas as taxas de importação e exportação de ferro e carvão, bem como o fim dos subsídios nacionais de apoio a essas commodities.[45]

Em 1952, os países membros da União Aduaneira denominada BENELUX – junção dos nomes dos seus membros, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo, aderiram, juntamente com Alemanha Federal, França e Itália, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).

O Tratado teve vigência de 50 anos e, por ter sido assinado em 23 de Julho de 1952, teve sua validade expirada em 23 de Julho de 2003.[46] Esse tratado foi usado como meio de concretizar a Declaração Schuman cuja proposta fora de colocação da produção de Carvão e Aço francesa e alemã sob autoridade de um representante comum, numa organização aberta a participação de outros países. A CECA estava assim juridicamente estabelecida:

> A Alta Autoridade que regia a comunidade era um colegiado independente, que tinha por tarefa assegurar a realização do que estava proposto no Tratado. Era composto por nove membros (não podendo o número de membros com nacionalidade de um mesmo Estado ser superior a dois) designados por seis anos. Sua função era a de tomar decisões, formular recomendações e emitir pareceres. Eram assistidos por um comitê consultivo composto por representantes dos produtores, dos trabalhadores, dos utilizadores e dos comerciantes. Havia uma Assembleia composta por 78 deputados, delegados dos Parlamentos nacionais: 18 no caso da RFA, França e Itália, 10 para Bélgica e Países Baixos e 4 de Luxemburgo. Já o Conselho integrava seis representantes delegados dos Governos nacionais. A presidência do Conselho era

45 Conforme PREVIDELLI, M.F.S.C. Expansão e Crise da União Europeia: um olhar para a economia da Zona do Euro, 2000-2010. Disponível em http://www.teses.usp.br /teses/disponíveis/8/8137/tde-11062015-141653/, acesso em 20-01-2016, p. 51.

46 Disponível em http://europa.eu/ecsc/index_pt.htm, acessado em 17-10-2015

> exercida rotativamente por cada membro, por um período de três meses. O Conselho destinava-se a sincronizar a ação da Alta Autoridade e a política econômica geral dos governos participantes. O Tribunal de Justiça era composto por sete juízes nomeados, de comum acordo pelos Governos dos Estados-Membros, por seis anos.[47]

O quadro 1.1, a seguir, resume a cronologia desses eventos.

Quadro 1.1: As diferentes fases da construção europeia

5 de junho de 1947	O general Estadunidense Marshall oferece ajuda aos países europeus pedindo-lhes que unam esforços. Esse auxílio por parte do governo dos EUA levará a uma Organização Europeia para a Cooperação Econômica (OCDE).
9 de abril de 1949	Assinatura, em Washington, do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
5 de maio de 1949	Assinatura do estatuto do Conselho da Europa, onde assuntos de âmbito econômico seriam lidados pelos países da OCDE e assuntos militares seriam de responsabilidades dos países da OTAN. Este conselho tinha fins políticos.
18 de abril de 1951	Tratado de Paris cria a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, intitulada de CECA, com intenção de estabelecer um mercado comum. Inicialmente, seis países são inseridos na Comunidade, são eles: França, RFA, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos.
25 de março de 1957	Tratado de Roma foi assinado pelos países componentes do CECA. Este tratado institui um mercado comum, a Comunidade Econômica Europeia (CEE).
22 de janeiro de 1972	Primeiro alargamento da CEE (Dinamarca, Reino Unido, Irlanda e Noruega)
13 de março de 1979	União Monetária: Acordo entre os bancos centrais sobre o funcionamento do Sistema Monetário Europeu (SME).
De 1974 à 1980	Estímulos a constituição do Mercado Comum.
4 de dezembro de 1985	O Tratado de Roma é revisto e adquire o formato de Ato Único Europeu.
17 de fevereiro de 1986	Assinatura do Ato Único Europeu. A Comunidade Econômica Europeia se transforma em União Europeia.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações disponíveis em GLUCKSTEIN, D. Lutte des classes et mondialisation : le XXe siècle s'achève. França: Selio, 2000., p.232.

Tratados de Roma

Em 1957, foram assinados os Tratados de Roma, que expunham as bases para a criação das duas comunidades, a saber, Comunidade Econômica Europeia (CEE) e Comunidade Europeia da Energia Atômica (CEEA).

47 De acordo com PREVIDELLI, M.F.S.C. Expansão e Crise da União Europeia: um olhar para a economia da Zona do Euro, 2000-2010. Disponível em http://www.teses.usp.br /teses/disponíveis/8/8137/tde-11062015-141653/, 2014, p. 51.

Estes Tratados tinham por objetivo principal a promoção do Mercado Comum entre os países componentes, Alemanha Federal, Itália, França, Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, membros da CECA, e, posteriormente, Reino Unido e Dinamarca (1973), Grécia (1981) e Portugal e Espanha (1986). De acordo com seu artigo primeiro, "Com o presente Tratado, as altas partes contratantes instituem entre elas uma Comunidade Econômica Europeia ".[48]

Os objetivos são elucidados detalhadamente em seu artigo 3º:

> 1. Para alcançar os fins enunciados no artigo 2º, a ação da Comunidade implica, nos termos do disposto e segundo o calendário previsto no presente Tratado:
> a) A proibição entre os Estados-Membros, dos direitos aduaneiros e das restrições quantitativas à entrada e à saída de mercadorias, bem como de quaisquer outras medidas de efeito equivalente.
> b) Uma política comercial comum.
> c) Um mercado interno caracterizado pela abolição, entre os Estados-Membros, dos obstáculos à livre circulação de mercadorias, de pessoas, de serviços e de capitais.
> d) Medidas relativas à entrada e circulação de pessoas de acordo com o disposto no Título IV.
> e) Uma política comum no domínio da agricultura e das pescas.
> f) Uma política comum no domínio dos transportes.
> g) Um regime que garanta que a concorrência não seja falseada no mercado interno.
> h) A aproximação das legislações dos Estados-Membros na medida do necessário para o funcionamento do mercado comum.
> i) A promoção de uma coordenação entre as políticas de emprego dos Estados-Membros, com o objetivo de reforçar a sua eficácia, mediante a elaboração de uma estratégia coordenada em matéria de emprego.
> j) Uma política social que inclui um Fundo Social Europeu.
> k) O reforço da coesão econômica e social.
> l) Uma política no domínio do ambiente.
> m) O reforço da capacidade concorrencial da indústria da Comunidade.
> n) A promoção da investigação e do desenvolvimento tecnológico.
> o) O incentivo à criação e ao desenvolvimento de redes transeuropeias.
> p) Uma contribuição para a realização de um elevado nível de proteção da saúde.
> q) Uma contribuição para um ensino e uma formação de qualidade, bem como para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros.
> r) Uma política no domínio da cooperação para o desenvolvimento.
> s) A associação dos países e territórios ultramarinos tendo por objetivo incrementar as trocas comerciais e prosseguir em comum o esforço de desenvolvimento econômico e social.
> t) Uma contribuição para o reforço da defesa dos consumidores.
> u) Medidas nos domínios da energia, da proteção civil e do turismo.

48 Disponível em http://eur-lex.europa.eu/legal-content/IT/TXT/PDF/?uri=CELEX:11957E/TXT&from=PT. *con il presente Tratatto, le ALTE PARTI Contratenti istituiscono tra Loro una Comunitá Economica Europea*. (Tradução da autora)

> 2. Na realização de todas as ações previstas no presente artigo, a Comunidade terá por objetivo eliminar as desigualdades e promover a igualdade entre homens e mulheres.[49]

Para que os tratados pudessem entrar em vigor, criou-se em 1958, a Assembleia Parlamentar Europeia que em 1962, se tornaria o Parlamento Europeu. As primeiras eleições diretas e universais para tal Parlamento, no entanto, ocorreriam somente dezessete anos depois, em 1979, o que mostra a dificuldade em se colocar em prática uma medida em que soberanias nacionais teriam que se submeter, em algum grau, às decisões tomadas de modo supranacional.[50]

Acordo de Bretton Woods

Em 1944, a Aliança das Nações Unidas se reuniu em Bretton Woods com o intuito de elaborar regras e instituições capazes de ordenar a liquidez mundial num sistema monetário único e capaz de dar mais dinamismo a economia.

Até esse momento, os países estavam condicionados as limitações impostas pelo chamado Padrão-Ouro. Essas limitações iam desde reservas limitadas à disposição até a alta concentração das mesmas em países como EUA e França. Os dois personagens principais dessa conferência eram representantes dos EUA e da Inglaterra, assim:

> Os debates preparatórios da conferência giraram em torno de duas propostas, a britânica, preparada por Keynes, e a dos Estados Unidos, que levou o nome do seu autor, Harry Dexter White. Ambas as propostas eram animadas por um mesmo temor e uma mesma esperança: o temor de que o fim da guerra trouxesse consigo de volta a grande depressão dos anos 30, e a esperança de que a reconstrução das relações econômicas pudesse ser realizada de modo a coordenar esforços da comunidade internacional na busca do pleno emprego e da prosperidade continuada.[51]

A proposta que se sobressaiu foi a estadunidense e, assim, foram criadas instituições voltadas ao controle e financiamento da estabilidade macroeconômica, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

---

49 Conforme informações disponíveis no endereço http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:11997E/TXT&qid=1445126231006&from=PT, acessado em 17-10-2015.

50 Segundo PREVIDELLI, M.F.S.C. Expansão e Crise da União Europeia: um olhar para a economia da Zona do Euro, 2000-2010. Disponível em http://www.teses.usp.br /teses/disponíveis/8/8137/tde-11062015-141653/, Acesso em 26-09-2015., p. 56.

51 Disponível em http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/bretton_woods_aos_60_anos.pdf Acessado em 18-10-2015.

No que tange a atuação do FMI, cada país possui cotas de participação que foram estabelecidas previamente, sendo seus maiores cotistas os países desenvolvidos que gerenciam o fundo. Os empréstimos são concedidos a países com problemas financeiros e estes precisam fazer ajustes[52] nas suas respectivas economias para se alcançar a estabilidade proposta.

O Banco Mundial, fundado 1º de julho de 1944, foi criado originalmente com a proposta de auxiliar os países afetados pela Guerra. Esse órgão concede empréstimos que devem ser utilizados para fins de melhoramento em infraestrutura e melhorias econômicas e sociais.

O acordo acertado entres os 44 países foi de que o ouro seria mantido como padrão de transações internacionais e somente o dólar teria o seu valor atrelado diretamente ao ouro, US$ 35 por onça de ouro[53]. Todos os outros países teriam suas moedas fixadas em dólar e a paridade seria mantida fixa.

Em conformidade com o Plano Marshall, o acordo de Bretton Woods reafirmou a posição hegemônica em que se encontrava os EUA com o fim da Segunda Grande Guerra. Esses foram os dois principais objetos no que tange a recuperação Econômica da Europa e do Japão.

Acontecimentos após 1960

A década de 1960, período em que as tensões mundias entre EUA e URSS chegaram ao ápice, foi marcada, principalmente, pela conhecida Crise dos Mísseis em Cuba. Quando em 22 de outubro de 1962, o presidente dos EUA, J. F. Kennedy exigiu que os Soviéticos retirassem os mísseis de médio alcance instalados na Ilha cubana que se encontra a aproximadamente 150 km de distância da Flórida.

Com o alcance de 1.800 km de distância, os mísseis soviéticos poderiam alcançar todo a parte sudeste dos EUA, incluindo Nova Orleans, Houston, St. Louis e até Washington.[54] Essa situação entre os dois países foi o momento mais próximo de uma guerra de dimensões nucleares de toda a Guerra Fria.

52 Os ajustes macroeconômicos variam e são estipulados mediante a situação do país. Esses ajustes vão desde monitoramentos cambiais à corte nos gastos públicos.

53 Uma onça de ouro = 31,103478 gramas

54 Disponível em http://www.dw.com/de/themen/s-9077 , acessado em 28-08-2015.

A solução da crise se deu quando Kruschev acordou com Kennedy que seriam retirados os mísseis em Cuba desde que os estadunidenses retirassem seus mísseis postos na Turquia e na Itália, bem como o estabelecimento de acordo em que os EUA não invadiriam Cuba e a criação de linha direta entre Moscou e Washington D.C.[55]

Em termos econômicos, os estadunidenses que continham ¾ de toda a reserva de ouro mundial não conseguiram manter os preços quando a demanda aumentou na década de 1960. Então, em meados de 1965, a França, sob comando do General De Gaulle, passou a trocar suas reservas em dólares por ouro do Fort Knox[56] colocando pressão sobre a economia dos EUA que, a esse momento, já não mantinha a produção de moeda necessariamente de acordo com as suas reservas.

Assim, no início dos anos 1970, os EUA precisavam recuperar a competitividade da sua moeda no cenário internacional, mas isso não poderia ser feito sem que fosse quebrado o acordo de forma unilateral.

Em 15 de agosto de 1971, sucumbindo as pressões do Congresso Estadunidense, Nixon rompeu unilateralmente com o acordo, cancelou a conversão dólar-ouro e instituiu controles internos de preços e salários, além de fixar uma tarifa externa sobre todas as suas importações. A partir dessa ruptura, o Sistema Monetário Internacional passou a operar com taxas de câmbio flutuantes.

Em reação ao que ocorria nos EUA, o bloco econômico europeu se fortalecia, e a proposta de unificação monetária ganhava força, principalmente com a adesão de Reino Unido, Irlanda e Dinamarca no início da década de 1970, criando assim a Europa dos Nove.

A valorização das moedas inglesas (Libra) e da Alemanha Federal (Deutschmark) proporcionariam a esses países espaço de manobra dentro do Mercado Comum Europeu no momento da criação da nova unidade monetária. Com o fim da década de 1970 e início da década seguinte:

> EUA e Japão estavam diante de uma década de crescimento econômico e a CEE aceitaria novos membros, os países Ibéricos. Na realidade, a adesão espanhola era bem vinda para a questão agrícola, já Portugal possuía como vantagem a posição geográfica estratégica.[57]

---

55 Conforme ALLISON, G., ZELIKOW, P. Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis. 2ªed. Nova York: Longman, 1999.

56 Localidade onde estavam instaladas as reservas de ouro dos EUA.

57 Segundo PREVIDELLI, M.F.S.C. Expansão e Crise da União Europeia: um olhar para a economia da Zona do Euro, 2000-2010. Disponível em http://www.teses.usp.br /teses/disponíveis/8/8137/tde-11062015-141653/, Acesso em 26-09-2015, p. 58.

No âmbito econômico, ocorreram as duas crises do petróleo de 1973 e 1979, o final do acordo de Bretton Woods e a consequente instabilidade cambial. No âmbito político, importantes mudanças ocorriam nas duas potências dominantes.

Na URSS, Kruschev foi substituído por Brejnev que comandaria a URSS pelos 20 anos seguintes, enquanto isso, os EUA se envolviam na Guerra do Vietnam. Com o fim do acordo de Bretton Woods, houve o enfraquecimento do *status quo* estadunidense em comparação ao que havia no início de 1950. Em síntese, a década de 1970, juntamente com a tensão dos mísseis em Cuba, em 1962, pode ser definida como o marco inicial das mudanças estruturais que culminaram com o fim da URSS e de todo o bloco socialista europeu.

Na década de 1980, Ronald Reagan eleito presidente dos EUA e Margareth Thatcher, escolhida primeira ministra da Grã-Bretanha (1979-1990) assumiram os cargos de comando dos seus respectivos países e passaram à defesa dos representantes dos interesses da direita liberal. Assim, iniciaram um processo de eliminação das políticas de *Welfare State* buscando baratear custos, cortar gastos públicos e aumentar a competitividade de seus produtos nos mercados tanto internos quanto externos.[58]

Os países de industrialização tardia[59] e altamente dependentes econômica e politicamente acompanhavam, basicamente, o movimento cíclico da economia encabeçados pelas grandes potências. Esses países adquiriram suas "independências" nesse período mediante acordos entre países centrais e os governos locais.

> Assim, onde não era mais politicamente possível operar através das velhas e comprometidas administrações coloniais e impor controles mediante infiltração econômica, o imperialismo americano patrocina (ou tolera) a independência política das nações coloniais."[60]

Nesse sentido, muitos políticos locais assumiram altas posições defendendo os interesses estrangeiros. Para Baran:

---

58 (…) No fim da década de 1970, todos os Estados capitalistas avançados se haviam tornado "Estados do Bem-Estar", com seis deles gastando mais de 60% de seus orçamentos na seguridade social (Austrália, Bélgica, França, Alemanha Federal, Itália, Países Baixos). Hobsbawm, 2003, p. 279

59 A saber, países de industrialização tardia eram aqueles que não faziam parte nem do bloco Capitalista avançado como EUA, França e Inglaterra, nem do bloco Socialista como União Soviética e China.

60 Conforme BARAN, P. *A economia política do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1984.

> (…) o harmonioso movimento de capitais das nações desenvolvidas para as menos desenvolvidas – que se supunha seria orientado pelo motivo de lucro – assumiu, na realidade, a forma de acirradas lutas por áreas de investimentos, por mercados e fontes de matérias-primas. A penetração das áreas atrasadas e coloniais pelas potências ocidentais – penetração que, esperava-se, deveria levar as bênçãos da civilização ocidental aos quatro cantos do globo – significou, na realidade, impiedosa opressão e exploração das nações subjugadas.[61]

Ainda em 1979, a União Soviética se envolveu militarmente no conflito civil no Afeganistão. Esse conflito durou dez anos, entre 1979-1989, e teve seu fim no período concomitante a de outros fatos marcantes para a história mundial do século XX, como a queda do muro de Berlim e as revoluções ocorridas em vários países do bloco socialista, como Romênia e Hungria.

A Guerra do Afeganistão demandou muito empenho financeiro e militar dos soviéticos. Em termos de homens, a URSS enviou para servir em terras afegãs, cerca de 620.000, em que 520.000 eram do exército. As forças armadas sofreram uma perda de 14.453 homens, 469.685 soldados ficaram doentes e 10.751 se encontravam incapacitados ao fim do conflito.[62] A URSS lutou ao lado do governo afegão, enquanto as guerrilhas que se opunham ao governo foram financiados pelos países capitalistas, especialmente EUA e Reino Unido[63].

Acompanhando a tendência mundial de queda na produção industrial, no PNB e PIB, entre outras variáveis, todos os países capitalistas, com exceção dos que ficaram conhecidos como Tigres Asiáticos, se encontravam no momento de inversão da tendência ascendente[64], também conhecida como crise econômica. Para tanto, os países subdesenvolvidos se viram presos em enormes dívidas de diversas naturezas e a principal origem eram os petrodólares[65].

O abandono do *laissez-faire* por parte dos governos Reagan e Thatcher, característica marcante do período e que modificou consideravelmente a dinâmica econômica anglo-estadunidense, juntamente com a depressão, mais as dívidas que em alguns casos alcançavam somas maiores que o

---

61 Idem, p. 38-9

62 Conforme informações disponíveis no endereço http://www.russia-channel.com/urals/ekaterinburg/war-memorial/, acessado em 19-10-2015.

63 Disponível em http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,450997-92,00.html e http://www.independent.co.uk/news/obituaries/charlie-wilson-congressman-whose-support-for-the-mujahideen-helped-force-the-soviet-union-out-of-1898180.html acessado em 19-10-2015

64 Cardoso, C., F. & BRIGNOLI, *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, Biblioteca de História – 3º ed. 1983

65 Dólares procedentes do aumento substancial no preço dos barris de petróleo que foi responsável pelas crises de 1973 e 1979.

próprio produto do país[66], em conformidade com a gradual mecanização da produção, culminaram em concentração de renda crescente tanto nos países capitalistas de Primeiro, como de Terceiro Mundo e o aprofundamento do fosso entre países ricos e países pobres, além de enfatizar as contradições internas de cada país.

Segundo Paul Baran:

> É no mundo subdesenvolvido que o fato central e dominante de nossa época se torna visível a olho nu: o sistema capitalista, inicialmente poderoso instrumento de desenvolvimento econômico, converteu-se em não menos formidável obstáculo ao progresso humano.[67]

No caso dos países alinhados à URSS, havia uma dependência maciça do petróleo soviético e, com o aumento substancial ocorrido no preço do barril de 2,53 dólares em 1970 para 41 dólares em 1980[68], as preferências de exportação da commodity mudaram. Os soviéticos precisavam de mais divisas e passaram a vender cada vez maiores quantidades de petróleo para países não alinhados, diminuindo o fornecimento para os países do COMECON.

Quando, em 1985, assumiu o governo Mikhail Gorbachev, sua aproximação com o ocidente capitalista foi transparecendo cada vez mais que este seria o chefe de Estado que conduziria o bloco socialista ao seu fim, fato que ocorreu oficialmente em 1991.

Assim, em uma assembleia geral da ONU realizada em 7 de Dezembro de 1988, Gorbachev declarou:

> Hoje eu posso informá-los do seguinte: a União Soviética tomou uma decisão sobre a redução das suas forças armadas Nos próximos dois anos, seu contingente será reduzida em 500.000 pessoas, e o volume de armas convencionais também serão cortados consideravelmente. Estas reduções serão feitas em uma base unilateral(…). Em conformidade com os nossos aliados no Pacto de Varsóvia, nós tomamos a decisão de retirar seis divisões de tanques da RDA, Tchecoslováquia e Hungria e dissolvê-los até 1991. As Unidades de formações de pouso de ataque, e uma série de outros, incluindo as forças de ataque, com seus armamentos e equipamentos de combate, também serão retirados dos grupos de forças soviéticas situadas nesses países. Estas serão reduzidas em 50.000 pessoas, e seus armamentos em 5.000 tanques. Todos as demais divisões soviéticas no território dos nossos aliados serão reorganizados. Eles

66 Casos como Moçambique, Tanzânia, Somália, Zâmbia, Congo, Costa do Marfim, chegaram a ter uma dívida maior que o PNB. Hobsbawm, 2003, p. 412.

67 Baran, P. A economia política do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1984, p. 221.

68 Segundo Hobsbawm, Eric. Era dos Extremos: o Breve Século XX (1914-1991). São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 459.

> receberão uma estrutura diferente da atual que passará a ser inequivocamente defensiva [...][69]

1.2 Conclusão

Os acontecimentos dados entre o final da Segunda Grande Guerra e a quebra do socialismo, ocorrida no final da década de 1980, se deram em função da disputa entre Capitalismo e Socialismo, mais precisamente, da disputa entre EUA e URSS. Os acordos, Tratados e instaurações de instituições como a formação do bloco europeu e do COMECON, visavam o fortalecimento dos ideais defendidos pelos respectivos países dominantes. No centro da disputa, estava o território alemão, dividido entre os então países vencedores da Segunda Guerra.

Os acontecimentos que se deram na Alemanha para o mesmo período, a saber 1949-1990, serão analisados no capítulo 2. De antemão, é possível afirmar que as condicionantes exógenas foram determinantes na forma com que se deu a história das duas Alemanhas.

---

69 Disponível em http://astro.temple.edu/~rimmerma/gorbachev_speech_to_UN.htm, acessado em 18-10-2015. "Today I can inform you of the following: The Soviet Union has made a decision on reducing its armed forces. In the next two years, their numerical strength will be reduced by 500,000 persons, and the volume of conventional arms will also be cut considerably. By agreement with our allies in the Warsaw Pact, we have made the decision to withdraw six tank divisions from the GDR, Czechoslovakia, and Hungary, and to disband them by 1991. Assault landing formations and units, and a number of others, including assault river-crossing forces, with their armaments and combat equipment, will also be withdrawn from the groups of Soviet forces situated in those countries. The Soviet forces situated in those countries will be cut by 50,000 persons, and their arms by 5,000 tanks. All remaining Soviet divisions on the territory of our allies will be reorganized. They will be given a different structure from today's which will become unambiguously defensive […]" (Tradução da autora)

Capítulo 2. Ambiente Político e Econômico das Alemanhas

A divisão do território alemão em dois modos de produção distintos dividiu toda uma sociedade que já passara historicamente por conflitos e divisões. Assim, com a queda de Hitler, em 1949, a Alemanha se via mais uma vez no centro dos acontecimentos que influenciariam todos os países a partir daquele momento. O capítulo a seguir trata do período de reconstrução e estabilização tanto da RFA quanto da RDA como países hegemônicos em seus respectivos blocos econômicos que seguiu desde o ano de 1949 até 1990 com a realização da unificação entre os dois países.

2.1 Ambiente Político e econômico da República Democrática da Alemanha (1949- 1990)

Conforme mencionado anteriormente, a República Democrática da Alemanha foi fundada em 7 de outubro de 1949, e buscou um projeto de desenvolvimento baseado na economia planificada[70]. Assim, a sua reconstrução no pós-guerra foi amparada totalmente pela iniciativa estatal[71]. Em 30 de Junho de 1948, ainda antes da fundação do país, foi publicado o *Plano de Dois Anos,* relativo a 1949/50, em que os governantes da RDA expunham suas metas para o biênio. Entre essas metas, destaca-se (1) a desapropriação dos grandes latifúndios para divisão das terras entre a população e aumento de produtividade de bens agrícolas; (2) a reconstrução da infraestrutura afetada pela guerra; e (3) a busca pelo nivelamento do padrão de vida da população[72].

Segundo Kleßmann:

> Quando foram fundados os dois [Estados] alemães, em 1949, eles entendiam-se ambos como entidades provisórias. Cada um deles reivindicava ser a Nova Alemanha e negava legitimidade ao outro, embora cada um deles considerasse a unidade nacional um objetivo político prioritário.[73]

---

70 Recebeu o nome de economia planificada, pois as decisões econômicas em geral eram determinadas de acordo com um plano e não com as necessidades do mercado.

71 A RDA se filiou ao Pacto de Varsóvia, em 1955, este que foi um acordo de cooperação militar firmado pelos oito países que formavam o bloco do leste.

72 De acordo com DIRLMEIER, U., GESTRICH, A., HERRMANN, U., HINRICHS, E., JARAUSCH, K. J., KLEßMANN, C., REULECKE, J. *História alemã do século VI aos nossos dias.* Lisboa: Edições 70, 2014, p. 350-355

73 Ibidem, p, 380

Com o sucesso deste primeiro plano, em 17 de Junho de 1953, foi lançado o Plano Quinquenal da RDA que entre seus principais objetivos estava: (1) a expansão da indústria pesada, e (2) investimentos na produção de alimentos e bens de consumo. Ainda no primeiro ano, a produção da indústria pesada deveria aumentar entre 5,5 e 6,0%, a indústria leve tinha sua meta de crescimento em 10%, e no biênio 1954/55, a produção industrial bruta aumentaria anualmente em média 7%, com uma expansão para a produção de bens de capital e bens de consumo de 5% e 10%, respectivamente. Além disso, foram realizadas reformas agrárias com finalidade de manter ativa a agricultura no território e assentar os refugiados – os camponeses por ofício –, além de se preverem medidas em prol da apropriação de terras que até então pertenciam a antigos membros do partido nazista, num processo de extinção da propriedade privada[74].

Dentro do bloco de países alinhados à URSS, a RDA era considerada como um modelo, uma vez que era o país que mais se destacava em termos econômicos e de prosperidade do ideal socialista.

"*A lei sobre a democratização da escola alemã entrou em vigor em 22 de Maio, e em 12 de Junho de 1946 em todo o território se criou o sistema escolar único, organicamente estruturado*"[75]. Com um alto grau de especialização, o país gozava de Pleno Emprego[76]. Adicionalmente, o SED – Partido Socialista Unificado da Alemanha (*Sozialistische Einheitspartei Deutschlands*) - adotava o lema "romper com o monopólio da educação burguesa" e, para tanto agiu de modo a proporcionar a igualdade de oportunidade[77]. Os filhos daqueles que ocupavam as classes de base, como trabalhadores e camponeses, eram metodicamente encaminhados ao sistema escolar e universitário, tendo sido, já a partir de 1946, implantada a escolaridade obrigatória de oito anos para todos os cidadãos do território[78].

74 Segundo KITCHEN, M. A História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje, São Paulo: Cultrix, 2013, p. 477-480

75 Disponível em https://www.marxists.org/portugues/babo/livros/rda/13.htm#i1c13

76 Situação em que a demanda de trabalho é igual ou inferior à oferta. Isso significa que todos os que desejarem vender sua força de trabalho pelo salário corrente terão condições de obter um emprego. Em termos mais globais, pleno emprego significa o grau máximo de utilização dos recursos produtivos (materiais e humanos) de uma economia. Numa economia dinâmica é muito difícil que ocorra a eliminação total do desemprego, pois: 1) há atividades – como a agricultura – que não ocupam continuamente a mesma força de trabalho (desemprego sazonal); 2) é necessário certo tempo para que as pessoas troquem de emprego (é o chamado desemprego friccional); 3) além disso, certas pessoas podem optar por viver desempregadas. Por essa razão, considera-se haver uma situação de pleno emprego quando não mais que 3% a 4% da força de trabalho está desempregada. Disponível em SANDRONI, P. Novíssimo Dicionário de Economia. São Paulo: Editora Best Seller, 11ª edição, 2003. p. 474

77 Segundo Langguth, o objetivo propagado pelo SED era uma sociedade sem classes, na qual membros de uma sociedade socialista deveriam ter o compromisso de interpretar as ocorrências sociais a partir da perspectiva da exploração, como consequência de situações de classe e trabalhar para a sua eliminação. Disponível em LANGGUTH. G., Angela Merkel: Ascenção ao Poder. São Paulo, Editora Erfurt, 2009, p.45

78 De acordo com KLEßMANN, C. Divisão e Estabelecimento da Unidade Nacional (1945-1990). In História Alemã: do século VI aos nossos dias. Lisboa: Edições70, 2014. p. 341-410

Outro ponto importante para a formação do povo da RDA, foi o ensino Politécnico. Este era dividido em três pilares principais, a saber: (1) correspondia aos três primeiros anos; (2) o médio, que compreendia aos 4º, 5º e 6º anos; e (3) o superior, 8º e 9º anos. Tal estrutura procurava incutir na formação dos alunos, a capacidade de aprendizado homogênea, fosse no sul ou norte, bem como nos centros urbanos ou no campo. Nos 10 anos de formação politécnica, as tarefas principais eram:

> 1- incentivar no aluno a sua consciência política;
> 2- criar-lhe possibilidades de fazer um autoestudo;
> 3- desenvolver no aluno, o estímulo para que, terminada a décima classe, frequente uma escola profissional.[79]

Outro incremento da economia planificada socialista, em comparação com a economia capitalista, era a promoção da mão de obra feminina e os direitos sociais das mulheres. Assim, na RDA, a partir de 1950, a mão de obra feminina nas indústrias foi promovida pelo SED como meio de emancipação da mulher e promoção da igualdade de gêneros. Adicionalmente, para viabilizar tal medida, foram feitas melhorias nos sistema de creches e pré-escola.

Ainda no que tange à questão do trabalho feminino, no ano de 1972 foram aprovadas reformas que proporcionaram à trabalhadora, após o seu segundo filho, a possibilidade de tirar licença remunerada durante um ano sem perder o direito a sua vaga de trabalho e a licença maternidade passou a ser de 26 semanas, o equivalente a pouco mais de 5 meses[80]. "*Para muitos, inclusive para os diplomatas brasileiros lotados em Berlim Leste, a RDA era – ou parecia ser – um dos mais bem-sucedidos exemplos de socialismo realmente existente no Leste Europeu"*[81]

Em 13 de agosto de 1961, os militares começaram a cercar o Portão de Brandemburgo com arame farpado, e posteriormente, este seria substituído por concreto. Mais tarde, esse aparato divisor seria aperfeiçoado tanto em Berlim, como na fronteira entre a República Democrática e a República Federal, e o espaço passaria a ser controlado através de patrulhas, cães e equipamentos com disparo automático. A construção do Muro propriamente dito encerrou a fronteira desde o mar do Norte até à fronteira da Tchecoslováquia, fechando a última lacuna.[82]

---

79 Disponível em https://www.marxists.org/portugues/babo/livros/rda/13.htm#i1c13, acessado em 28-02-2016

80 Ibidem, p. 386.

81 ÁVILA, C. F. D. A Queda do Muro de Berlim: visões brasileiras. Revista sociologia Política, Curitiba, v 18, n-37, p. 94, out. 2010.

82 DIRLMEIER, U., GESTRICH, A., HERRMANN, U., HINRICHS, E., JARAUSCH, K. J., KLEßMANN, C., REULECKE, J. *História alemã do século VI aos nossos dias.* Lisboa: Edições 70, 2014. p, 366

A cidade de Berlim foi assim dividida por dois modos de produção antagônicos e que conviviam, até certo modo, abertamente. Com a construção do muro, o SED teve como traçar planos de ação sem considerar grandes perdas na população ativa.

> Por outro lado, hoje impõe-se a sensação de que a construção do Muro significou o início do fim da RDA, uma vez que este isolamento criou condições para prosseguir uma experiência que era inviável a longo prazo sem reformas profundas e mudanças estruturais.[83]

No final da década de 1960, com a instauração da *ostpolitik*[84] por parte dos alemães do oeste, Brejnev, que era o então líder soviético, apoiava e impulsionava a aproximação com o ocidente a fim de beneficiar a economia da URSS. Tanto economicamente quanto politicamente, a *ostpolitik* foi o início da possibilidade de unificação futura[85].

Walter Ulbricht, então Secretário Geral do SED, se opôs às aproximações entre URSS e RFA sem que a RDA auferisse algum benefício e solicitou que a URSS reconhecesse plenamente a RDA. Assim, Willi Stoph, ministro-presidente da RDA, reclamou o pagamento de 100 bilhões de marcos orientais pela União Soviética a título de indenização dos prejuízos sofridos antes da construção do muro de Berlim[86].

Mesmo com a oposição de Ulbricht, e por influência soviética, a relação entre RDA e RFA se estabelecera mediante a assinatura de um Tratado Básico (Vertrag über die Grundlagen der Beziehugen)[87], que versava sobre as relações intra-alemãs ao nível de representações simples uma vez que eram o mesmo Estado. A assinatura desse Tratado só foi possível em 1972 já no governo de Erich Honecker que substituiu Ulbricht como Secretário Geral do SED[88].

Em 3 de maio de 1971, Walter Ulbricht se demitiu do cargo de Primeiro-Secretário do SED, que teve como sucessor Erich Honecker. Em 1976, Honecker tornou-se secretário-geral do comitê

---

83 Ibidem, p. 368

84 Em Alemão significa Política do Leste. Essa política foi implementada pelo então Chanceler da RFA, Willy Brandt, com o intuito de estender as relações exteriores da Alemanha Federal aos países do Bloco Socialista, incluindo, e principalmente, a RDA.

85 Bender, P. Neue Ostpolitik. Vom Mauerbau bis zur Vereinigung. 3ª edição revista e aumentada. Munique, 1995.

86 BANDEIRA, L. A. M., A Política Econômica Externa da Alemanha (1945 a 1989 e 1989 até hoje). In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). Alemanha: visões brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão.2000. p. 138

87 Contrato sobre a base das Relações (Tradução da autora).

88 Ibidem, p. 139

central do SED e em 29 de outubro do mesmo ano foi eleito pela Câmara do Povo como Presidente do Conselho de Estado.

Com o distanciamento entre os países do bloco socialista e a URSS, a partir do início da década de 1980, apesar da manutenção das trocas com os membros do COMECON, a RDA começou a aumentar suas transações com os países capitalistas ocidentais. Com isso, segundo Bandeira:

> Seu endividamento líquido com o Ocidente alcançara, assim, o montante de US$ 11,8 bilhões (1981), o maior, depois da Polônia, entre os países do Leste. E, a partir de meados de 1982, ela não mais obteve crédito dos bancos ocidentais, assustados com o colapso financeiro do México, a evidenciar a crise das dívidas externas dos países do Terceiro Mundo.[89]

Este fator foi determinante para aproximar a RDA da RFA. A dificuldade de captação de recursos e abastecimento e sem o respaldo financeiro da União Soviética, deixava a Alemanha Democrática cada vez mais dependente dos aportes de dinheiro da RFA. Além disso, a RDA obtinha receitas de pagamentos de libertação de presos políticos, desertores[90], uso de estradas de acesso a Berlim, entre outros.

Com a economia da RDA cada vez mais atrelada à Alemanha Federal, sem o suporte de Moscou, e o modo como o líder soviético estava conduzindo a política, Hoenecker passou a ficar em uma posição cada vez mais complicada.

Gorbachev tinha mais popularidade na RFA do que no RDA, chegando a ser mais popular na RFA do que o próprio Reagan[91]. Tal popularidade crescente se devia ao fato de promover a aproximação da URSS com os países do Ocidente. Além disso, ao deixar os países do bloco socialista sob responsabilidade dos seus partidos, distanciou-se do que poderia ser considerado negativo e alçou uma posição mais favorável junto aos cidadãos dos seus aliados.

O distanciamento econômico de Moscou para com Berlim Leste e com os demais países socialistas, proposto de forma unilateral por parte do governo Soviético, não estremeceu a relação, por parte do SED, com as lideranças do PCU da União Soviética. Em uma entrevista concedida em abril de 1987, Kurt Hager, membro do Politburo, declarou que:

---

89 BANDEIRA, L. A. M. A Política Exterior da Alemanha – 1949-1999. In: GUIMARÃES, S. (org), Alemanha: visões brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 2000. p. 146.

90 Para cada alemão oriental que entrava na ocidental a RDA recebia cerca de 7 mil marcos ocidentais, aproximadamente 50 mil orientais. De acordo com GRAUBER, L., BORELLA, P., *O Muro de Berlim.* São Paulo*:* Maltese Ltda., 1990, p. 18.

91 NjøLSTAD, O. The Last Decade of Gold War: From conflict escalation to Conflict Transformation. New York: Frank Cass London and New York, 2004.

> A RDA e a União Soviética são aliados. Eles concluíram entre si um tratado de amizade, cooperação e apoio mútuo. Há amizade indestrutível entre as pessoas desses dois países, e isso se expressa nas relações diretas entre as empresas, universidade e outras instituições, bem como inúmeras reuniões pessoais. O SED e o [Partido Comunista da União Soviética] PCU são partidos irmãos, e eles compartilham regularmente as suas experiências, a fim de aprender uns com os outros. É assim que tem sido, como ele é, e como ele continuará sendo no futuro.[92]

Para Gorbachev, dada a situação de crise no Balanço de Pagamento e de abastecimento na URSS, a RFA era primordial para a sua política externa. Enquanto isso, Hoenecker se recusava a fazer reformas na RDA, seguindo o modelo soviético e como outros países vinham tentando implementar.

Haviam semelhanças e diferenças entre a situação de Hoenecker na RDA e de Kohl na RFA. Enquanto Kohl se indispunha com Reagan no caso dos mísseis, Hoenecker se indispunha com Gorbachev e grande parte do Partido Comunista Soviético quando se opunha a reformas na administração do SED. No seu próprio partido, figuras importantes como Egon Krenz, então Secretário do Comitê Central do SED e Erich Mielke, Ministro para a segurança do Estado se manifestaram por algumas vezes sobre um possível afastamento de Hoenecker[93].

Mielke arquitetou algumas manobras para forçar a retirada de Hoenecker e, para a sua concretização, o respaldo de Krenz foi fundamental. Willi Stoph, como Ministro-Presidente da RDA, propôs a substituição de Erich Hoenecker que já tinha a saúde abalada a esta altura dos acontecimentos. O movimento que faltava foi dado pelo próprio Mielke. Ele tinha em sua posse um dossiê elaborado no pós-guerra e que continha informações sobre um processo respondido por Hoenecker na ditadura de Hitler, quando havia delatado alguns companheiros do Partido Comunista à Gestapo[94]. Para Kleßmann:

> A RDA, na fase final da Era Hoenecker, ficou marcada por duas constelações de problemas para os quais o SED já não conseguiu encontrar solução: em primeiro lugar, as dificuldades a nível de política interna devido a um programa de política social sobredimensionado e impossível de financiar, e, em segundo lugar, a pressão externa no sentido da realização de reformas, o que desestabilizou o socialismo ortodoxo da RDA a partir da ascenção de Gorbachev e do surgimento dos movimentos reformistas na Polônia e na Hungria.[95]

92 Disponível em http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=1146 (Tradução da autora), acesso em 211--2015

93 BANDEIRA, L. A. M. A Política Exterior da Alemanha – 1949-1999. In: GUIMARÃES, S. (org), Alemanha: visões brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 2000, p , 158-160.

94 Ibidem, p. 159.

Sem o apoio de Moscou e de membros importantes do próprio partido, além do fato de grande parte da população estar reivindicando por mudanças, Erich Hoenecker renunciou em 18 de outubro de 1989 na reunião do Comitê Central do Partido sucumbindo a crise que afetava os países socialistas. Com isso, quem assumiu o cargo de Secretário Geral do Partido e Chefe de estado da RDA foi Egon Krenz, pupilo de Hoenecker e que ficaria nos cargos por apenas 49 dias, tempo suficiente para liberar as fronteiras entre Berlim Leste e Oeste, e decretar a derrubada do Muro que separou a fronteira por 27 anos.

Quando Krenz assumiu, ele propôs romper com a política anterior do SED[96], se dispôs a conduzir um governo mais aberto em relação ao de Hoenecker. Porém, as manifestações populares e os sindicatos já não mais apoiavam o governo e a população deixava claro seus desejos quanto à unificação, alguns manifestando seu desejo de deixar o Estado e tantos outros manifestando vontade de permanecer como RDA. Segundo Bandeira:

> (...) as massas não mais gritavam "wir sind das volk" (Nós somos o povo), mas, sim, "Wir sind ein volk" (nós somos um povo) ou "Deustchland einig Vaterland" (Alemanha pátria unida). Essa inflexão para o nacionalismo revelou, nitidamente, que os alemães orientais clamavam (...) pela reunificação da Alemanh*a*[97].

As reivindicações populares sob forma de passeatas e protesto, principalmente, a partir de outubro de 1989, demonstraram o descontentamento da população com a maneira com que os governantes se negavam a promover algumas mudanças conjunturais que estes julgavam necessárias.

Com as pressões internas, políticos sendo acusados de corrupção, a população clamando por reformas nos mesmo moldes que vinham ocorrendo na URSS e em países como Polônia e Hungria, além da pressão externa da RFA por meio da figura do seu chanceler e da União Soviética não dando o respaldo que os países precisava, não houve outra opção que ceder à unificação. Coube a Manfred Gerlach como chefe de Estado, e Lothar de Maizière como último chefe de governo da República Democrática da Alemanha, conduzir a unificação territorial, econômica e monetária oficializada em 3 de outubro de 1990 por meio da assinatura do Tratado Dois Mais Quatro[98] que dispunha dos princípios

95 DIRLMEIER, U., GESTRICH, A., HERRMANN, U., HINRICHS, E., JARAUSCH, K. J., KLEMANN, C., REULECKE, J. *História alemã do século VI aos nossos dias.* Lisboa: Edições 70, 2014. p. 402

96 Política conservadora, anti-democrática e dura quanto a participação da população nas tomadas de decisões.

97 Bandeira, 2000, p168

98 O detalhamento deste tratado será visto no capítulo seguinte.

básicos para a aceitação, por parte dos governos das quatro potências ocupantes, da incorporação do território da RDA ao da Alemanha Federal, dando início à República de Berlim.

2.2 Ambiente Político e Econômico da República Federal da Alemanha (1949-1990)

Konrad Adenauer foi o responsável pela condução da RFA a partir de 15 de setembro de 1949. A mesma havia sido fundada em 23 de maio daquele mesmo ano, mediante a união das três zonas de ocupação alinhadas ao bloco capitalista. Assumindo em 1949, sempre agiu em conformidade com os ditames da política determinada por Washington.

Nos anos que se seguiram à fundação da nova república, foi enfático em declarar o não reconhecimento da RDA como Estado soberano adotando uma política que ficaria conhecida como *Hallstein-Doktrin*[99]. Além desse não reconhecimento, o país não estabeleceu relações com os demais países pertencentes ao bloco alinhado à URSS.

A condução dessa política externa foi facilitada pelo crescimento econômico alcançado pela RFA[100]. De certo modo, os resultados positivos da economia Alemã Ocidental nos anos da *Hallstein-Doktrin*, permitiram inclusive o financiamento de projetos em alguns países da Ásia e da África[101].

Essa posição de Adenauer não tinha o apoio maciço da coligação CSU-CDU – União Democráta-Cristão (*Christlich-Demokratische Union*) e sua ramificação na Baviera: União Social-Cristã (*Christlich-Soziale Union*). Havia duas correntes dentro dos partidos: aquela que suportava a cooperação estrita com os membros da OTAN, chamada de *Atlantiker*, bem como, aquela que, assim como Adenauer, receava a perda de Berlim Ocidental e era favorável à um acerto bilateral com a França, os assim chamados *Gaullisten*.[102]

O conflito de interesses era claro. A maioria dos associados ao FDP – Partido Democrático Liberal (*Freie Demokratische Partei*) eram os industriais e os empresários que haviam enriquecido

---

99 A *Hallstein-Doktrin* consubstanciou então dois princípios fundamentais, que pautaram as relações exteriores da RFA, ou seja, a política de não-reconhecimento da RDA (*Nichtanerkennungspolitik*) e o direito de representação exclusiva (*Alleinvertretungsanspruch*) do povo alemão. De acordo com BANDEIRA, L. A. M. A Política Exterior da Alemanha – 1949-1999. In: GUIMARÃES, S. (org), Alemanha: visões brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 2000. p. 117 - 219

100 Ibidem, p. 122.

101 Egito, Síria, índia e Afeganistão, além do Brasil receberam somas de dinheiro como forma de investimento no país pela RFA. Em 1956, o Brasil foi o país em que a RFA mais investiu, com cerca de 22% do total de investimentos fora das fronteiras da Alemanha Federal. De acordo com Bandeira, 2000, p. 126.

102 Idem, p. 134.

durante a era de ouro do pós-guerra na RFA e, com isso, pressionavam para uma abertura da RFA junto aos países membros do COMECON, bem como junto daqueles que não faziam parte do bloco mas que adotava os ideias socialistas, a fim de aumentar o mercado para os seus produtos. Assim, somente parte da coligação CSU-CDU se mantinha fiel à *Hallstein-Doktrin*.

A Alemanha Ocidental apresentou nas décadas seguintes a 1949 um desempenho econômico satisfatório com uma taxa de crescimento anual média de 8,2% entre 1950 e 1960 e de 4,4% entre 1960 e 1973. A produtividade também se mostrou crescente com uma média de 5,9% ao ano entre 1950 e 1973.[103]

A década de 1950 registrou o chamado milagre econômico que proporcionou a reeleição de Adenauer para o Parlamento Federal no ano de 1957. As taxas de crescimento constantes proporcionaram ao governo da RFA uma política social com respostas, de certa forma, rápidas. Entre 1950-1955 foram construídas 1,8 milhões de habitações e as pensões foram indexadas à evolução dos salários.

A Alemanha Federal teve sua autonomia reconhecida em 1955, apenas aparentemente, pois ainda dependia fortemente dos três países que a dominavam[104]. Sua adesão aos pactos que vieram a formar a União Europeia foram cruciais para o seu desenvolvimento econômico. Serviram de segurança para os alemães ocidentais frente à chamada Alemanha socialista, e, ao mesmo tempo, forneciam também um senso de segurança para as potências europeias que já haviam enfrentado a Alemanha em duas guerras mundiais.

Em 1961, Kennedy iniciou conversações com o líder soviético Kruchev, e Adenauer temeu que os estadunidenses, em meio a uma política de flexibilização, acabassem cedendo Berlim Oeste para a RDA. Como reação imediata à aproximação EUA-URSS, a RFA inciou uma tentativa de aproximação com a França do General De Gaulle. A perspectiva de uma aliança entre os dois países com a intenção de tornar a Europa independente dos EUA foi sentida quando ambos passaram a fazer visitas oficiais aos respectivos países[105].

---

103 GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). Alemanha: visões brasileiras. Brasília:Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 2000. p.11-116.

104 Essa dependência era tanto econômico quanto política.

105 Bandeira, 2000, p. 130.

A situação Franco-Alemã só voltou a estar em conformidade, em parte, com os interesses dos EUA quando do episódio da crise dos mísseis em Cuba. A essa altura, as relações entre estadunidenses e soviéticos mudaram de rumo[106].

Em 1963, Adenauer propôs uma reformulação[107] na política externa a ser efetuada por Hallstein que deveria assumir a pasta. O nome não foi aceito e sob pressões dos EUA, dos partidos que formavam o governo junto com o CSU-CDU, SPD e FDP, bem como de membros do próprio partido, Konrade Adenauer, então com 88 anos, renunciou ao cargo.

O seu sucessor, Ludwig Erhard, não tinha o mesmo prestigio e conduziu o governo de modo que não estava abertamente nem de acordo total com os EUA e nem com a França. Assim, abandonou a política externa de Adenauer, e entre 1963 e 1964, firmou parceria comercial com Bulgária, Polônia, Hungria e Romênia[108]. Essa mudança se deu graças ao decrescimento do apoio às políticas conduzidas por Adenauer nos últimos anos da sua chancelaria.

A RDA, nessa altura, já mantinha dois escritórios oficias em território ocidental, um em Frankfurt e um outro em Düsseldorf para fins de comércio externo, o que era visto pelo governo da RFA, como objeto de possível barganha com o lado oriental[109].

Em 1969, com a eleição de Willy Brandt - chanceler eleito como representante da Grande Coalizão e formulador da Ostpolitik[110]- , a política externa da RFA mudou. Não apenas os interesses do CSU-CDU estavam em pauta mas também do SPD – Partido Social-Democrata da Alemanha (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*) -, que tinha a maioria no parlamento. Nesse mesmo ano, a RFA reconheceu oficialmente a RDA e admitiu que ambos os Estados representavam o povo alemão[111].

> [Willy Brandt] Admitiu respeitar linhas dos Rios Oder-Neisse como fronteira da Polônia, e rececheu oficialmente os dois Estados, dentro da mesma nação, a Alemanha,

106 Disponível em http://www.dw.com/de/themen/s-9077, acessado em 28-02-3016

107 A aproximação entre França e Alemanha Federal, além das constantes indisposições com o governo estadunidense, fez com que parte da coligação CDU-CSU entrasse em conflito com Adenauer. Com a aproximação das eleições, em 1961, a coligação perdeu sua maioria no Bundestag e teve que fazer manobras políticas para a manutenção dos interesses dos partidos eleitos. O FDP ,partido basicamente industrial e de homens de negócios, desejava mais abertura com os países do Leste como forma de ampliar o mercado para seus produtos, além do SPD que se apresentava como partido forte e uma alternativa para os governos futuros.

108 Conforme BANDEIRA, L. A. M. A Política Exterior da Alemanha – 1949-1999. In: GUIMARÃES, S. (org), Alemanha: visões brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 200, p. 136.

109 Ibidem, p. 145.

110 A abertura oficial do comércio com os países do bloco socialista ficou conhecida como ostpolik.

111 Segundo KITCHEN, M. A História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje, São Paulo, Cultrix, 2013, p. 516-519.

> de modo que a RFA pudesse estabelecer relações com a RDA. Com estas concessões, negociadas pelo Secretário Geral da Chancelaria Federal, Egon Bahr, um dos artífices da *ostpolitik*, a RFA desobstruiu então o caminho para o Tratado de Moscou, firmado com a URSS, em 12 de agosto de 1970, e do Tratado de Varsóvia, em 7 de dezembro do mesmo ano.[112]

Essa abertura nas relações com países do bloco socialista abriu novas possibilidades na economia e na política da RFA. Em 1972, foi assinado um Tratado Básico de Simples Representação onde os dois Estados mutuamente se mantinham ligados. O acordo permitiu que ambos fossem aceitos em 1973 como membros das Organizações das Nações Unidas – ONU. Outra mudança advinda dessa abertura foi a dinamização das relações econômicas da RFA não somente junto ao Segundo Mundo e a RDA, mas também com o Terceiro Mundo[113] .

O governo de Brandt sofreu o golpe fatal em 6 de maio 1974 quando foi descoberto que um de seus assessores, Guther Guillaume, era funcionário da Stasi, serviço de espionagem da RDA. Seu sucessor foi Helmut Schmidt, membro do SPD que tinha apoio do FDP (Partido Liberal Alemão). Enquanto os principais parceiros econômicos do governo de Brandt eram os países do bloco europeu e os EUA, Schmidt estabeleceu fortes relações comerciais com os países da América Latina e procurou reforçar as exportações de produtos industriais[114].

Adicionalmente, procurou maior proximidade com países do Oriente Médio, responsáveis por 70% do petróleo fornecido para a indústria alemã, levando a um amortecimento do aumento de disponibilidade desse produto no mercado mundial na década de 1970. Na área nuclear, o governo Schmidt teve sua primeira desavença com os EUA quando estes entraram em desacordo com relação ao investimento da RFA na América Latina[115].

---

112 Ibidem,p. 138.

113 Os chamados Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo foram denominados assim pela primeira vez pelo autor Alfred Sauvy em 1952, contemporaneamente, essa denominação é bastante utilizada por Hobsbawm. O países do chamado Primeiro Mundo eram os Capitalistas prósperos como EUA, Inglaterra, RFA e França, os países do Segundo Mundo eram os socialista como URSS e RDA, os demais países alinhados com o Capitalismo e de baixo desenvolvimento econômico formavam o grupo dos países do Terceiro Mundo.

114 Bandeira, L. A. M. A Política Exterior da Alemanha – 1949-1999. In: GUIMARÃES, S. (org), Alemanha: visões brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 2000. , p. 141-145.

115 Ibidem, p. 145.

As discrepâncias entre a RFA e os EUA, ampliaram-se em 1980, devido ao embargo da venda de cereais à URSS e, em 1982, pela construção do gasoduto[116] ligando a Sibéria à Europa Ocidental.[117]

Nesse mesmo ano, 1982, a coligação FDP-CSU-CDU, resultou em maioria no parlamento em oposição ao SPD e Helmut Kohl foi o escolhido para governar a Alemanha. Seria o Chanceler que mais tempo permaneceria no cargo na RFA, 16 anos. Ele deu seguimento à *Ostpolitik* e estreitou ainda mais as relações com a RDA.

Kohl iniciou seu governo com uma proposta cuja principal preocupação estava relacionada com o desemprego no país. Havia a intenção de diminuir as taxas de desemprego, porém, tal não ocorreu ao longo do seu mandato. Pelo contrário, desde 1973, o desemprego havia tomado uma tendência crescente e seu pico foi atingido em 1997 com 12,7%, revelando o fracasso das medidas tomadas.[118]A principal política para combater o problema era pautada em três linhas, quais sejam:

> (1) A integração dos trabalhadores estrangeiros que viveram aqui conosco por um longo tempo e [a integração] de suas famílias;
> (2) A restrição a chegadas de mais imigrantes ao país; e
> (3) A promoção da boa vontade dos estrangeiros para voltar a seus países de origem.[119]

Além das estatísticas desfavoráveis em relação ao desemprego, o endividamento público da RFA no governo Kohl foi crescente. O modo como o Chanceler conduziu seu governo para representar, em suma, os interesses da burguesia alemã industrial, o favoreceu no início de modo que alguns indicadores[120] se comportaram de maneira diferente e positiva ao que vinha ocorrendo no governo do Chanceler anterior. Seus esforços para manter uma boa relação com a URSS, e por consequência, com Mikhail Gorbachev, viriam a lhe dar um fôlego a mais no governo quando a unificação se concretizasse[121].

---

116 O gasoduto que ligaria a Sibéria e Europa Ocidental, seria denominado de Russia nº 6 e teria 1,4 metros de diâmetro, 5000 km de extensão e viajaria a uma velocidade de 12 km/h entre as cidades de Urengoy na Sibéria e Weid-haus na Baviera, na Alemanha Federal, passando pela Tchecoslováquia. Além da Alemanha Federal, seriam beneficiários do gasoduto, França e Itália que, juntamente com a RFA, abarcariam a maior parte do gás transportado. O que sobrasse seria rateado entre Holanda, Suíça,Bélgica, Áustria e Espanha.

117 De acordo com RIBEIRO, R., N, A Geopolítica de distribuição de gás natural europeia/asiática e a Rússia como grande protagonista deste cenário. Rio de Janeiro: Setembro de 2011. p. 6.

118 Informações disponíveis em http://www.pcp.pt/avante/1301/0103h9.html. Acesso em 27/01/2014.

119 Informações disponíveis em http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=859. Tradução da autora. Acessado em 04/02/2014

120 Como o saldo superavitário da Balança Comercial e o PIB constantemente em crescimento.

121 Segundo COSTA, C. G. O modelo alemão e a "economia social de mercado" num contexto de globalização. Lisboa, Informação Internacional, 1999.

A unificação da Alemanha foi proposta pela primeira vez por Stálin em 1952. O líder soviético propôs eleições livres às outras potências ocupantes se a Alemanha Federal desistisse de ser membro da Comunidade Europeia de Defesa, e, por assim dizer, declarasse neutralidade. A proposta foi novamente feita à RFA em 1955, antes da mesma se tornar membro da OTAN.

A aproximação com o oriente teve um estremecimento quando Bonn permitiu, no início dos anos 1980, que os EUA de Reagan instalasse mísseis de médio alcance na RFA, provocando uma reação tanto em Berlim Ocidental quanto em Moscou. Somente quando a Alemanha Federal decidiu não se envolver nas questões de Reagan e exigiu a retirada dos mísseis, bem como se reaproximou da França e do bloco europeu, que as conversas sobre o processo de unificação se retomaram. Adicionalmente, o surgimento de Gorbachev no cenário político internacional iria impulsionar o processo.

Kohl estava numa situação delicada, pois não podia se dar ao luxo de enfraquecer a aliança com os EUA, mas, também, não podia se opor ao partido que não apoiava o modo como Reagan estava conduzindo a política para a Europa. A saída tomada foi a articulação com Gorbachev em prol da unificação.

A queda do muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, foi o começo do fim de um processo dado ao longo do final dos anos 1970, nos dois estados, principalmente a partir do início das crises que afetaram o regime do SED e por sua vez a RDA.

O chanceler Kohl, ao promover a unificação da República Democrática ao território da Alemanha Federal, ganhou uma sobrevida nas eleições posteriores. Com um governo que não mais prosperava como no início da década de 1980, a unificação foi fator crucial para dar uma guinada na economia alemã e lhe fornecer uma sobrevida política que só veio a ruir em 1998.

Em 25 de outubro de 1989, o Chanceler Kohl discursou em comemoração ao 40º aniversário da introdução da Economia Social de Mercado:

> Tendo em vista o sucesso da economia social de mercado, temos hoje quase esquecido como era difícil há quarenta anos para Ludwig Erhard promover suas ideias em nosso país e, em seguida, implementá-las. Portanto, deve ser enfatizado hoje: como a grande conquista política de Erhard não tem nos deixado dissuadir do seu caminho, apesar de toda hostilidade e desafios que enfrentou. Com grande coragem e confiança, ele implementou a economia social de mercado contra o zeitgeist vigente. […] Em termos concretos, isto significa:
> - A estabilidade monetária como uma prioridade

> - A solidez das finanças públicas
> - Desempenho antes de redistribuição
> - prosperidade para todos, isto é, para os empregadores e empregados, e
> - A proteção do nosso meio ambiente, que é muito mais urgente hoje do que era há quarenta anos.[122]

Já estava claro que o socialismo estava com dificuldades de se manter como havia e, nesse discurso, Helmut Kohl fez menção à prosperidade econômica alcançada pela RFA ao longo dos seus anos como Economia Social de Mercado. Já nesse momento, foi sinalizado o interesse no processo de unificação que seria direcionado para a unificação[123] da RDA ao território da Alemanha Federal e, assim, os alemães orientais teriam que se adequar àquilo que seria imposto pelo capital.

2.3 Análise do Ambiente Econômico (1980-1989)

Para uma melhor compreensão do cenário em que se dá a unificação da Alemanha no início da década de 1990, torna-se necessário analisar alguns indicadores macroeconômicos relativos ao desempenho sócio econômico dos dois territórios na década anterior. Assim, passamos a expor alguns desses dados e seu comportamento no período.

Ainda assim, os dados a seguir permitem uma visão não comparativa, ressalte-se, das economias dos dois territórios.

Destaca-se que, em virtude dos dados disponíveis estarem em duas moedas distintas, apesar de computadas as perdas de poder de compra das mesmas, buscou-se trabalhar com porcentagem do PIB, números índice e taxas de variação das variáveis apresentadas para facilitar a comparação dos dois territórios levando em consideração uma maior relatividade de suas características próprias.

População, produto e renda

Sobre a população dos dois países, a Tabela 2.1 mostra que, ao longo dos anos observados o total da mesma não variou significativamente. Ao ponto que, se for feita comparação entre os anos de 1980 e 1989, se manteve praticamente o mesmo tanto para a RFA, quanto para a RDA. Mesmo com a

122 Disponível em http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=954 , acessado em 06-11-2015 (Tradução da autora)

123 Mais sobre a percepção dos alemães orientais sobre a unificação no capítulo 3.

abertura das fronteiras em 1989, não foi observada mudança substancial no número total da população do território que formava a RDA levando a questionar se, na verdade, o desejo dos alemães orientais seria de mudar para a RFA, ou apenas ter acesso às instalações e disponibilidades lá existentes.

Com isso, pode-se aventar que a população não estava descontente em absoluto com o regime vigente. As reivindicações eram por mudanças conjunturais e não por uma ruptura total com o sistema. Algumas pesquisas realizadas no início da década de 1990 mostraram que a maioria da população achavam que o socialismo não era indesejável, o fracasso do mesmo era atribuído aos políticos do SED.[124]

Tabela 2.1: População da RDA e RFA, de 1980 a 1989, em milhares de indivíduos

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1.986	1987	1988	1989	Tx de variação
RFA	61.439	61.658	61.713	61.546	61.307	61.049	61.020	61.140	61.238	61.715	0,449%
RDA	16.740	16.740	16.706	16.702	16.701	16.660	16.640	16.640	16.661	16.675	- 0,394%

Fonte:Elaborado pela autora a partir de dados da Base de Dados das Nações Unidas, disponível em http://data.un.org/, acesso em 26-09-2015.

A análise do PIB dos dois países na tabela 2.2 permite visualizar um quadro do desempenho econômico geral de ambos no período.

Durante toda a década observada, o Produto Interno Bruto[125] dos dois países apresentou comportamento semelhante. Assim, o PIB da República Democrática se manteve crescente ao longo da década de 1980, mesmo quando já havia iminência do fim do socialismo ao contrário do que se divulgou em análises feitas a posteriori sobre a possibilidade de problemas de estagnação na capacidade produtiva da RDA. Da mesma forma, o PIB da República Federal apresentou crescimento e, em valores brutos, houve um aumento proporcionalmente menor do que se observava no início da década de 1980.

Tabela 2.2: PIB da RDA e RFA, 1980 a 1989, em milhares de Marcos(1990)(*)

	1980	1981	1982	1983	1984
RFA	1.472.040.000	1.534.970.000	1.588.090.000	1.668.540.000	1.750.890.000
RDA	227.399.851	235.531.233	245.143.340	257.025.776	272.032.546

124 Dados disponíveis em LANGGUTT, G., Em Busca de Seguridades: Los alemanes después de la reunificación. Buenos Aires, Konrad Adenauer Stifitung, 1996.

125 É a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país num determinado ano.

	1985	1986	1987	1988	1989
RFA	1.823.180.000	1.925.290.000	1.990.480.000	2.095.980.000	2.224.440.000
RDA	288.069.929	298.719.167	308.832.405	321.949.934	331.164.927

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Base de Dados das Nações Unidas, disponível em http://data.un.org/, acesso em 26-09-2015. (*) Unidade monetária pós unificação.

Para que se verifique o ritmo de crescimento do PIB, a Tabela 2.3 apresenta as taxas de variação anuais do Produto Interno Bruto.

Pode-se observar que, em termos de taxa de variação, o incremento anual da RDA foi mais significativo que o da República Federal. Isto posto, de acordo com os dados, as forças que impulsionaram a crise do socialismo na RDA e que se utilizaram de argumentos tais como (1) a baixa produtividade e que (2) a indústria era retrograda, não levaram em conta a média do decênio e a produtividade que pode ser verificada ao se analisar friamente os dados.

A baixa significativa somente é observada em 1989 quando as pressões externas, principalmente mediante os movimentos políticos do Chanceler Helmut Kohl, e as internas, referentes ao descontentamento da população em relação às atitudes do partido do governo diante da negativa quanto ao apelo por reformas, nos moldes das que vinham ocorrendo na União Soviética e nos demais países aliados, bem como a falta de respaldo econômico e político de Mikhail Gorbachev , podem ser consideradas como elementos explicativos para tal desempenho.

Tabela 2.3: Taxa anual de variação do PIB, 1980 a 1989

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Alemanha (*)	4,18%	3,54%	5,04%	5,06%	4,37%	5,34%	3,39%	5,16%	5,69%	6,76%
RFA	4,28%	3,46%	5,07%	4,94%	4,13%	5,60%	3,39%	5,30%	6,13%	9,06%
RDA	3,58%	4,08%	4,85%	5,84%	5,90%	3,70%	3,39%	4,25%	2,86%	-8,72%

Fonte:Elaborado pela autora a partir de dados da Base de Dados das Nações Unidas, disponível em http://data.un.org/, acesso em 26-09-2015. (*) Soma de RFA e RDA.

Em termos de distribuição de renda, elemento básico de uma economia planificada, usando o indicador da Renda per capita, pode-se observar a variação da mesma na Tabela 2.4.

Tabela 2.4: Taxa de variação do PIB per capita, 1980 a 1989

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1980-85	1985-89	1980-89
RFA	3,91%	3,37%	5,35%	5,35%	4,57%	5,65%	3,18%	5,13%	5,31%	7,38%	24,65%	20,69%	50,44%
RDA	3,58%	4,29%	4,87%	5,84%	6,16%	3,82%	3,39%	4,11%	2,78%	-7,39%	27,29%	14,86%	46,20%

Fonte:Elaborado pela autora a partir de dados da Base de Dados das Nações Unidas, disponível em http://data.un.org/, acesso em 26-09-2015.

Nota-se que, no início da década, até 1986, por 4 anos, a taxa de variação foi maior na RDA que na RFA. Essa constatação se atenua quando é posto em foco os modelos econômicos empregados em cada região alemã. A questão é que, numa economia planificada, em contraponto ao que se observa no Capitalismo, a distribuição de renda ocorre com mais homogeneidade enquanto que nas economias capitalistas, esse dado é meramente ilustrativo, pois sempre haverá concentração de renda, em maior ou menor proporção, por parte da burguesia local.

Investimento

Onde a planificação econômica é adotada, espera-se um investimento na capacidade produtiva (Formação Bruta de Capital Fixo[126]) que acompanhe a necessidade de aumento da mesma visando atender as necessidades da sua população. Já numa economia capitalista de mercado, o objetivo é promover a concentração e a centralização do capital[127]. Na tabela 2.5 podemos observar o comportamento dessa variável nos dois territórios ao longo da década de 1980.

Tabela 2.5: Formação Bruta de Capital Fixo como porcentagem do PIB, 1980 a 1989

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Var. % 1980-89
Alemanha(*)	23,01%	22,19%	20,95%	20,94%	20,41%	19,94%	19,92%	20,02%	20,27%	20,86%	36,33%
RFA	22,56%	21,58%	20,37%	20,43%	20,03%	19,52%	19,40%	19,38%	19,56%	20,16%	35,06%
RDA	25,90%	26,15%	24,74%	24,27%	22,85%	22,60%	23,24%	24,16%	24,88%	25,51%	43,46%

Fonte:Elaborado pela autora a partir de dados da Base de Dados das Nações Unidas, disponível em http://data.un.org/, acesso em 26-09-2015. (*) Soma de RDA e RFA.

126 A FBKF é composta por duas variáveis, investimento em bens de capital (ibk) e a variação dos estoques (ΔE). Assim, o cálculo se dá por meio da equação I=ibk+ΔE, em que, ibk=máquinas e equipamentos; imóveis, e ΔE=variação de estoques (produtos inacabados e intermediários). Disponível em VASCONCELLOS, M., A., S. Economia Micro e Macro. São Paulo, Editora Atlas, 2004, p. 208

127 Concentração e centralização do Capital são fenômenos decorrentes da acumulação de Capital.

Assim, a RDA investiu sempre mais, em termos relativos ao seu produto, do que a RFA. Em média, tal investimento superou em 5% o realizado pela RFA. Tal diferença se acentua quando, observada a variação para o total do período (1980-1989), em que a mesma registra 8,4% a mais de investimento do seu PIB em ampliação da capacidade produtiva quando comparada à RFA.

Ao se comparar os dados somados dos dois países, a variação total fica em torno da média da variação da RFA isoladamente, isso significa que, ao se unificarem os dados, a República Federal puxa a média para baixo.

A Formação Bruta de Capital Fixo era o carro chefe do sistema socialista. Esses dados comprovam que os aportes financeiros destinados à RDA na década de 1980, foram destinados à manutenção do regime com as diretrizes do socialismo[128].

Enquanto a década de 1980 registrou uma crise nas economias de terceiro mundo, como a moratória da dívida mexicana de 1982, a RDA se manteve com seus investimentos em altos níveis.

Consumo

Uma comparação dos dados relativos ao consumo público e privado dos dois territórios[129] pode ser observado na tabela 2.6, porém é importante lembrar que uma doutrina econômica visava atender uma economia de mercado com consumo incentivado para alavancar os lucros das empresas, enquanto a outra visava o consumo, principalmente do Estado, para atendimento planejado das necessidades da população.

128 Kleßmann, C. Zwei Staaten, eine Nation. Eine Geschicht des geteilten Deutschland. Berlim, 2000.

129 A variável consumo pode ser classificada e analisada de várias maneiras, para o fim desse trabalho, tomou-se como base os dados referentes ao consumo público e o consumo privado. Assim, não se tomará uma visão microeconômica dos tipos de bens consumidos, mas sim, uma visão macroeconômica, em que são levados em conta os dados acima mencionados.

Tabela 2.6: Consumo público e privado como porcentagem do PIB, 1980 a 1989

		1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Variação % 1980-89
Consumo Total	Alemanha(*)	77,22	74,12	75,70	74,55	74,04	73,95	72,88	72,80	72,00	70,89	-9,92
	RDA	77,93	75,24	75,82	75,05	74,27	72,76	73,15	72,80	73,17	74,13	9,56
	RFA	77,11	73,95	75,68	74,47	74,00	74,14	72,83	72,80	71,82	70,40	-12,35
Consumo Privado	Alemanha (*)	55,75	56,45	56,51	56,30	55,93	55,42	54,04	54,27	53,73	53,79	-2,21
	RDA	55,33	56,34	56,11	56,01	55,23	53,94	53,43	53,65	53,58	55,12	18,11
	RFA	55,82	56,46	56,57	56,34	56,04	55,66	54,14	54,37	53,75	53,59	-4,75
Consumo do governo	Alemanha(*)	20,45	20,87	20,71	20,37	20,14	20,19	20,01	20,18	19,94	19,21	-6,65
	RDA	21,80	21,72	21,72	21,72	20,94	21,02	20,88	21,63	21,67	21,78	16,61
	RFA	20,25	20,74	20,56	20,16	20,01	20,06	19,87	19,96	19,67	18,83	-9,63

Fonte:Elaborado pela autora a partir de dados da Base de Dados das Nações Unidas, disponível em http://data.un.org/, acesso em 26-09-2015. (*) Soma de RDA e RFA.

A unificação de 1990 deu um fôlego a mais para o mercado saturado na RFA que apresentava queda no seu consumo interno de 12,35%, ao longo do período analisado, para o caso do consumo das famílias e de 9,63% para o consumo do governo. Além disso, os produtos subsidiados pelo governo da RDA passaram a ser consumidos também pelos alemães do Oeste, uma vez que eram mais baratos, principalmente no que se refere aos bens de primeira necessidade.

Comércio Exterior

A análise do desempenho dos indicadores do comércio exterior pode ser vista na tabela 2.7.

Em termos de Comércio Exterior, os dados caminham de forma bem parecida entre ambas, com exceção para o saldo da Balança Comercial. O produto mais custoso para o governo da RDA era o petróleo, que em sua maioria, até a década de 1980, era importado da União Soviética.

Tabela 2.7: Importações e Exportações como porcentagem do PIB, 1980 a 1989

		1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Variação % 1980-89
RFA	Importações	27,94	27,47	26,74	28,16	29,01	24,96	23,95	24,34	26,13	26,26	46,8
	Exportações	26,44	28,74	29,87	28,75	30,63	32,51	30,15	28,97	29,57	31,53	80,3
	Saldo da Balança Comercial (*)	*(0,47)*	0,80	2,40	2,01	2,47	3,50	5,19	5,02	5,23	5,40	-
RDA	Importações	23,33	22,74	23,23	23,83	25,14	23,69	23,69	24,04	24,98	19,31	68,2
	Exportações	19,24	21,22	22,6	23,13	23,63	25,03	23,80	23,36	23,14	23,84	80,4
	Saldo da Balança Comercial (*)	*(2,38)*	*(2,11)*	*(0,14)*	*(0,09)*	*(0,21)*	*(0,11)*	0,10	*(0,33)*	*(0,90)*	1,14	-

Fonte:Elaborado pela autora a partir de dados da Base de Dados das Nações Unidas, disponível em http://data.un.org/, acesso em 26-09-2015. (*) Valores entre parênteses representam saldo deficitário da Balança Comercial.

Quando observada a variação percentual entre 1980-1989, verifica-se que as importações têm maior peso na República Democrática, em comparação com a República Federal, estas tinham um peso de cerca de 22% a mais. O encarecimento do barril do petróleo ocorrido na década de 1970, com os chamadas crises do petróleo, elevaram o déficit no início da década de 1980 para a RDA que era prioritariamente importadora de tal bem.

Uma análise dos termos de troca no período pode ser observada na tabela 2.8.

Tabela 2.8: Termos de troca(*)[130], RDA e RFA 1980 a 1989

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RFA	0,9827	1,0287	1,0874	1,0751	1,0877	1,1208	1,2079	1,2097	1,2151	1,2067
RDA	0,8899	0,9095	0,9939	0,9959	0,9913	0,9957	1,0044	0,9859	0,9626	0,9546

Fonte:Elaborado pela autora a partir de dados da Base de Dados das Nações Unidas, disponível em http://data.un.org/, acesso em 26-09-2015.
(*) Divisão do valor total das exportações pelo valor total de importações.

A análise dos Termos de Troca permite observar que tanto a RDA quanto a RFA apresentaram uma tendência de favorecimento das exportações. Tal tendência a favor das exportações, no caso da RFA, pode ser explicada pelo fato de o Capitalismo priorizar as trocas mercantis e, por consequência, seus ganhos de capital monetário em detrimento de um fluxo positivo de bens e serviços

130 Os termos de troca são expressos pela expressão TDT=VI/VE e significa: os preços das importações em relação aos das exportações, ou seja, quantos produtos importados um país pode obter com os produtos exportados. Se houver um aumento no valor das exportações o TDT diminui, do mesmo modo, o contrário também é válido, se houver uma diminuição no valor das exportações, o TDT aumenta.

à sua população. Como o objetivo não era o suprimento das necessidades – ou utilidades sociais – da população, a manutenção de um saldo positivo em que o excedente produtivo vira divisa internacional explica-se pela lógica do sistema, qual seja a acumulação de capital.

A República Democrática, em contrapartida, usou o seu Comércio Exterior como meio de abastecer o seu mercado com bens importados. O caráter mais primário – no sentido de insumos e produtos de tecnologia "simples" da RDA pode ter provocado uma leve "deterioração" dos seus termos de troca.

Em relação às parcerias comerciais, a tabela 2.9 mostra como se dava a situação de trocas para a RDA ao longo dos anos de sua criação até meados da década de 1980.

Tabela 2.9: Parceiros do Comércio exterior da RDA, de 1956 a 1985, em porcentagem do total de transações.

			1956 a 1960	1961 a 1965	1966 a 1971	1971 a 1975	1976 a 1980	1981 a 1985
Importações	**Países socialistas**	**Total (*)**	72,70	75,90	72,20	64,90	65,90	66,90
		COMECON (1)+(2)	65,40	71,70	68,40	62,10	62,80	64,10
		(1)URSS	43,60	47,50	42,30	33,90	35,20	40,40
		(2) Demais países do COMECON	21,80	24,20	26,10	28,20	27,60	23,70
	Países capitalistas industrializados		23,30	20,10	23,90	30,90	29,00	28,90
	Países em Desenvolvimento		4,00	3,90	3,90	4,00	5,10	4,20
Exportações	**Países socialistas**	**Total(*)**	75,90	76,90	74,60	72,70	72,60	64,90
		COMECON (1)+(2)	68,30	72,90	69,30	68,90	68,90	62,30
		(1)URSS	43,00	44,70	39,90	36,60	35,20	36,20
		(2)Demais países do COMECON	25,30	28,20	29,40	32,30	33,70	26,10
	Países capitalistas industrializados		20,30	18,90	20,80	23,20	21,90	29,30
	Países em Desenvolvimento		3,80	4,10	4,60	4,10	5,50	5,80

Fonte: http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=107*0.* Acesso em 06-10-2015. (*) Além da URSS, o grupo de países socialistas incluía Tchecoslováquia, Polônia, Bulgária, Hungria e Romênia.

O principal parceiro comercial da República Democrática, assim como dos demais países que formavam o bloco econômico COMECON[131], era a União Soviética. Ademais, a RDA mantinha relações comerciais prioritariamente com os membros do seu bloco econômico. No entanto, conforme mencionado na primeira parte deste capítulo, no final da década de 1970 iniciou-se um processo de queda no volume de transações entre a RDA e a URSS.

Conforme se pode observar no gráfico 2.2, ao longo do período analisado, as exportações da Alemanha Democrática aumentaram em cerca de 44% em direção aos países capitalistas e diminuíram em cerca de 15%, principalmente pela queda nas vendas para a URSS.

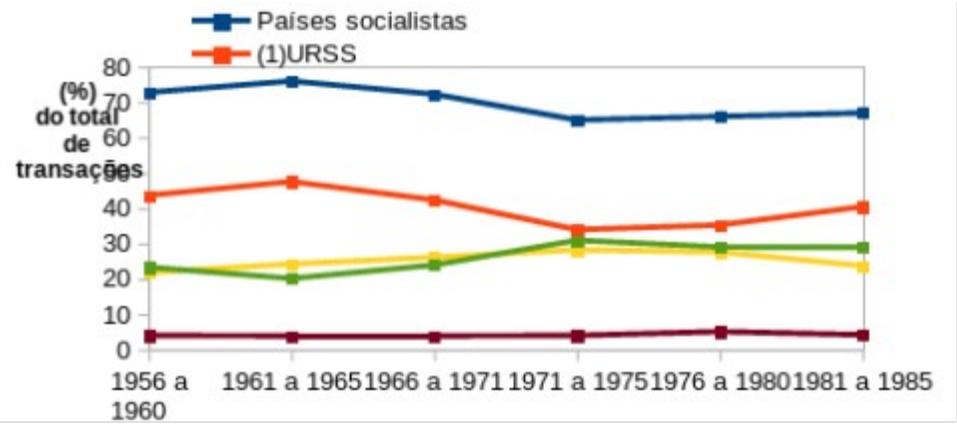

Gráfico 2.1: Evolução das exportações da RDA por países de destino de 1956 a 1985, em porcentagem do total de transações. (Países socialistas inclui a soma de (1) e (2)).
Fonte: http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=107*0*. Acesso em 06-10-2015.

A análise da evolução das relações comerciais no âmbito das importações da RDA, conforme se pode notar no Gráfico 2.2, permite constatar o crescimento das compras em países capitalistas industrializados, e diminuição do peso dos países socialistas na transação.

131 União Soviética, Alemanha Oriental,Tchecoslováquia, Polônia, Bulgária, Hungria, e Romênia. Mais tarde outros países aderiram ao bloco Mongólia (1962), Cuba (1972) e Vietnam (1978).

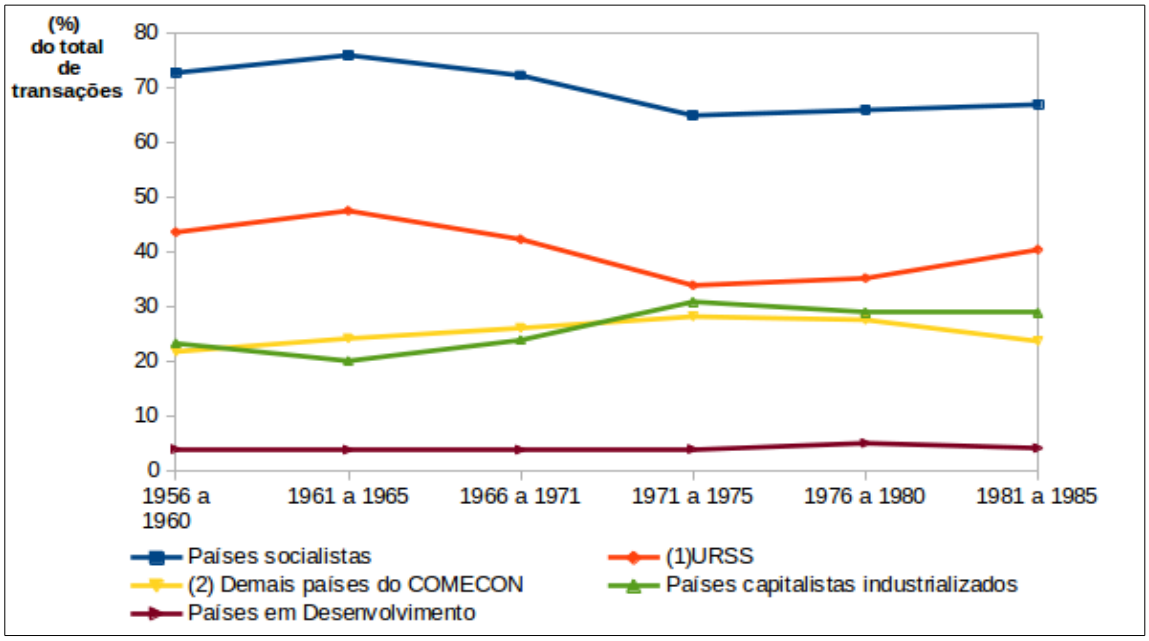

Gráfico 2.2: Evolução das importações da RDA por países de origem de 1956 a 1985, em porcentagem do total de transações. (Países socialistas inclui a soma de (1) e (2)).
Fonte: http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=107*0*. Acesso em 06-10-2015.

A composição da pauta de exportação da RDA pode ser observada na tabela 2.10, na segunda metade da década de 1980.

Tabela 2.10: Composição da Pauta de Comércio Exterior, RDA, 1985-89, em porcentagem do total

		1985	1986	1987	1988	1989
Exportações	Produtos Agrícolas	5,77%	5,70%	4,56%	4,52%	5,35%
	Combustíveis e minério	14,09%	8,83%	7,95%	6,84%	7,94%
	Industrializados	80,15%	85,47%	87,49%	88,64%	86,71%
Importações	Produtos Agrícolas	14,13%	14,76%	14,94%	18,48%	18,89%
	Combustíveis e minério	37,30%	34,87%	38,82%	38,70%	37,77%
	Industrializados	48,56%	50,37%	46,24%	42,81%	43,34%

Fonte: Elaborado pela autora com dados da base OMC disponíveis em http://stat.wto.org acessada em 06-10-2015

Câmbio e Nível de Preços

Após o final do sistema de câmbio fixo de Bretton Woods, os países europeus alinhados aos EUA intensificaram sua busca por uma unificação monetária. No caso da RDA, pode-se observar na

tabela 2.11 o desempenho da moeda local em relação às principais moedas utilizadas para suas transações externas.

Tabela 2.11: Taxas de câmbio da RDA de diversas moedas estrangeiras, 1980-1989.

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Em relação dólar	1,90	1,80	2,40	2,40	2,60	3,00	3.00	1,30	1,85	1,85
Divisas livres(*)	2,50	2,60	1,95	1,95	2,60	2,60	2,60	4,00	4,40	4,40
Comércio intra-alemão	1,90	2,20	1,90	1,90	2,60	2,60	2,60	4,00	4,00	4,00
Custo do Rublo para Marco	5,00	4,67	4,67	4,67	4,67	4,67	4,67	4,67	4,67	4,67

Fonte:Elaborado pela autora com dados de GESIS - Leibniz-Institut für Sozialwissenschaften[132]. (*) Moedas de países socialistas.

O DDRMark, moeda oficial da República Democrática, se manteve constante em relação ao Rublo soviético até o fim da década de 1980. Quanto ao dólar, houve um aumento substancial no valor em meados da década, porém, se analisarmos os extremos do período, a variação torna-se quase inexistente. Em relação ao DeutschMark da República Federal, a moeda da RDA sofre forte desvalorização ao longo do período tendo o DeutschMark mais do que dobrado seu valor.

Por ter sua economia basicamente atrelada à economia soviética, o valor do Rublo era consideravelmente maior que das outras divisas no início da década, favorecendo os soviéticos nas suas exportações de bens para a RDA. Isso também se dava com os demais países do bloco Comunista, porém a variação por todo o período é relativamente pequena e termina favorecendo a moeda local. Com isso, segue-se que o controle do comércio exterior servia como mecanismo de defesa frente ao mercado mundial.

Na tabela 2.12 apresenta-se a variação no nível de preços da RDA entre 1980 e 1989. Destaca-se que que em 1983 e 1984 ocorreu uma anormalidade na série histórica. Essa anormalidade se deu graças à crise dos grãos entre URSS e RDA e o direcionamento do petróleo advindo da União Soviética que teria como destino a República Democrática, mas foi direcionado ao mercado da Alemanha Federal. Esses valores passam à níveis até então não alcançados e indicam que a inflação tornou mais onerosa a obtenção de produtos. Esses níveis não se distanciam da média nem mesmo para

132 HESKE, Gerhard. *Bruttoinlandsprodukt, Verbrauch und Erwerbstätigkeit in Ostdeutschland 1970-2000: neue Ergebnisse einer volkswirtschaftlichen Gesamtrechnung*. In: Historical Social Research, Supplement (2005), 17, p. 140. Disponível em http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-285885, acesso em 30-09-2015

países capitalistas da época. A partir de 1985, os preços se estabilizam e até certo ponto, ocorre deflação.

Tabela 2.12: Variação do nível de preços na RDA, de 1980 a 1989

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
índices de preços	4,40%	1,81%	2,01%	8,69%	6,61%	1,30%	-0,69%	0,40%	-1,58%

Fonte:Elaborado pela autora com dados de GESIS - Leibniz-Institut für Sozialwissenschaften[133].

Os preços da República Federal também oscilaram de maneira considerável no início da década como se pode verificar na tabela 2.13. no entanto, a partir de 1984 há queda no nível de preços e o período se encerra com valores inferiores a 2%.

Tabela 2.13: Variação do nível de preços, RFA, 1980 a 1989

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
índices de preços	5,44%	6,34%	5,24%	3,29%	2,41%	2,07%	-0,13%	0,25%	1,27%

Fonte:Elaborado pela autora com dados de OECD.stat, acesso em 06-10-2015.

Emprego

O nível de emprego[134] nos dois territórios pode ser visualizado na tabela 2.14, bem como sua variação ao longo de todo o período.

Tabela 2.14: Nível de emprego como porcentagem da População Economicamente Ativa, anos selecionados.

	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1989	Variação % 1980-89
RDA	45,4	47,1	49,1	49,8	51,2	53,4	56,6	58,5	58,7	3,71%
RFA	41,8	45,8	47,3	45,7	42,9	42,4	44,5	45,1	47,3	6,29%

Fonte:Elaborado pela autora com dados de GESIS - Leibniz-Institut für Sozialwissenschaften[135].

Proporcionalmente, a quantidade de pessoas com empregos formais na RDA era maior que na RFA em todos os anos selecionados. A partir de 1970 essa diferença é atenuada e permanece em torno

133 Idem p. 147

134 (…) O mercado de trabalho também representa uma agregação de todos os tipos de trabalhos existentes na economia. Nesse mercado, determinamos a taxa salarial e o nível de emprego. Disponível em VASCONCELLOS, M., A., S. Economia Micro e Macro. São Paulo, Editora Atlas, 2004, p. 192

135 Idem p. 62

de 10% a mais de número de empregos na República Democrática. Como mencionado anteriormente no capítulo, a questão do desemprego na Alemanha Ocidental era assunto que preocupava o governo e servia de tema para promessas de campanhas eleitorais, porém não se observa mudanças eficientes que elevassem os patamares da população empregada acima dos 50% da população economicamente ativa (PEA). Já na RDA, como esperado de um país regido pelo ideal de planificação econômica, o crescimento quase constante da taxa de emprego elevou o mesmo a quase uma taxa de 60% de ocupação da PEA, mostrando que o desemprego não era um problema para o país que contava com alto investimento na formação de sua mão de obra.

Uma análise do emprego por setor da economia do país pode ser observado na tabela 2.15.

Tabela 2.15: Nível de emprego na RDA por setor econômico, de 1980 a 1989, com 1950=100

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Variação % 1980-89
Agricultura, silvicultura e pesca	41,5	41,7	42,4	43,2	43,3	43,4	43,4	43,5	43,4	42,9	3,4%
Indústria de transformação	119,9	120,5	121.0	121,2	121,7	121,6	121,5	121,4	121,4	120,0	0,1%
Construção	117,7	117,0	116,7	117,5	116,8	115,3	115,3	114,3	115,3	112,3	- 4,6%
Comércio e serviços	121,6	122,1	122,4	122,7	123,2	124,2	124,2	126,0	127,0	125,8	3,5%
Transportes e comunicações	152,0	152,2	152,9	154,1	154,4	154,8	154,6	156,2	156,9	155,8	2,5%
Serviços financeiros e imobiliários	192,9	195,8	198,1	200,7	202,3	203,2	206,2	208,2	210,3	210,3	9,0%

Fonte:Elaborado pela autora com dados de GESIS - Leibniz-Institut für Sozialwissenschaften[136].

A RDA definia-se a si própria, oficialmente, como o primeiro Estado dos Trabalhadores e Camponeses em solo alemão. Segundo a proposta do partido comunista, os trabalhadores, aliados aos camponeses e à *intelligentsia,* deveriam constituir a classe de vanguarda na construção de uma sociedade socialista[137].

Os camponeses, principalmente após 1960 passaram a aderir às organizações cooperativas de Produção Agrícola – *Landwietschaftliche Produktionsgenossenschaften* que permitiam a organização da produção de forma mais racional e proporcionavam vantagens ao camponês como em qualquer outro setor regulado pelo Estado. Porém, em relação a 1950, houve uma redução na quantidade de pessoas empregadas nesse segmento da economia. Em contrapartida, o setor de serviços contabilizou um aumento de 9% em comparação ao ano base. É possível observar que, na década de 1980, a

136 Idem p. 258

137 Segundo DIRLMEIER, U., GESTRICH, A., HERRMANN, U., HINRICHS, E., JARAUSCH, K. J., KLESSMANN, C., REULECKE, J. *História alemã do século VI aos nossos dias.* Lisboa: Edições 70, 2014. p. 381

economia da RDA seguiu a tendência mundial de elevação do setor terciário em relação aos demais setores.

Na tabela 2.16, pode-se analisar o desempenho do emprego na RFA em termos de setores produtivos.

Tabela 2.16: Nível de emprego na RFA por setor econômico, 1980-1989 (*)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Variação % 1980-89
Agricultura, silvicultura e pesca	5,3	5,2	5,0	4,9	4,8	4,6	4,4	4,2	4,0	3,8	-28,3%
Indústria de Transformação	33,2	32,6	32,1	31,4	31,0	31,0	31,0	30,7	30,3	30,2	-9,0%
Construção	8,0	7,8	7,6	7,5	7,5	7,1	6,9	6,7	6,7	6,6	-17,5%
Comércio e Serviços	17,5	17,6	17,7	17,8	18,0	18,0	18,0	18,1	18,3	18,4	5,1%
Transportes e comunicações	6,0	6,0	6,0	6,0	5,9	5,9	5,9	5,9	5,9	6,0	0 %
Serviços Financeiros e Imobiliários	30,10	30,80	31,60	32,30	32,80	33,40	33,80	34,30	34,70	35,00	16,3%

Fonte:Elaborado pela autora com dados de GESIS - Leibniz-Institut für Sozialwissenschaften[138]. (*) Em porcentagem da População Economicamente Ativa (PEA)

A população economicamente ativa e empregada da República Federal estava alocada majoritariamente nos setores da indústria de transformação e de serviços, onde cerca dos 60% dos empregos se situavam. Quando se considera o setor terciário, ou seja, as três linhas finais da tabela, a porcentagem de ocupação passa dos 50% em 1980 e fica em torno dos 59% ao final da década mostrando a tendência de crescimento desse setor.

No entanto, no período analisado, é observável que a variação mais expressiva foi no setor primário, com um decrescimento da ordem de 28%. Ao contrário, a maior variação positiva contabilizada fica por conta dos serviços financeiros e imobiliários com cerca de 16%.

2.2 Conclusão

A iminência da ruptura do socialismo soviético no ano de 1989 afetou a economia da RDA. Os conflitos que enfrentavam outros países do bloco desde 1988 e o clamor popular por reformas pressionou os governos locais que, ao contrário do que fez o governo do SED, cederam. Os dados expostos nesse capítulo demonstram que a economia da RDA apresentou valores significativamente

138 Idem p. 277

negativos apenas no ano de 1989, quando houve. Dessa forma, a economia da República Democrática, mesmo com os acontecimentos externos as suas fronteiras, se mantinha com retorno positivo.

Assim, o século XX foi marcado por uma disputa de ideologias preconizada a partir do século XIX com os escritos de Marx e Engels. A revolução Russa de 1917, assim como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial foram movimentos de mudanças estruturais, cada um a sua forma.

> A descolonização e a ascensão da empresa multinacional desde a Primeira Guerra Mundial foi o período em que o sistema imperialista começa a declinar. Evidentemente, declínio não significa morte. Mas a ascensão do socialismo, a inspiração que deu ao mundo colonial, e o agravamento das lutas de libertação nacional prenunciaram claramente uma tendência para a contração do sistema imperialista.[139]

A disputa entre Estados Unidos e União Soviética que percorreu quase todo o século passado, foi desafiadora para ambos e, enquanto ideologias opostas, conseguiram mobilizar todo o globo em torno dessa disputa. Haviam aqueles que se alinharam ao Socialismo Soviético, muitos outros que se mantiveram em conformidade com os EUA e, por assim dizer, com o Capitalismo e aqueles considerados países neutros. Vale ressaltar que, mais que países capitalistas, aqueles territórios que procuravam uma posição de neutralidade se denominavam anticomunistas e, dessa forma, anti União Soviética. Não houve território que não tenha sido afetado direta ou indiretamente pela chamada Guerra Fria:

> (…) Entre 1950 e 1973, as economias planificadas não-baseadas no mercado da Europa Central e Oriental conseguiram melhores resultados, com um crescimento médio sem precedentes do PNB *per capita* de 3,9% ao ano, o qual sobrepujou não apenas as suas taxas históricas anteriores – estimadas em 1% ao ano entre 1913 e 1950 – mas também o ritmo de crescimento das economias de mercado. Os países capitalistas centrais não-europeus, como EUA e o Canadá, tiveram um crescimento anual da ordem de 2,2% no pós-guerra, enquanto que os da Europa Ocidental, entre os quais se incluíam diversas economias mistas[140], alcançavam 3,8%[141].

A Alemanha Federal ficou reconhecida, ao longo da sua história de quase meio século, como país com grande potencial econômico, como uma economia fundamentalmente industrial e com recente desenvolvimento do setor de serviços, um influente banco Central e por um papel de destaque

139 Magdoff, H. *Imperialismo: da era Imperial ao Presente.* Rio de Janeiro, Zahar editores, 1978. p. 95

140 A saber, economias mistas são aqui tratadas como países em que operam tanto com o planejamento econômico quando com a regulação do mercado.

141 BEREND. I, (org), A Transição para a Economia de Mercado. São Paulo, Editora Hucitec, 1998, p. 18.

na União Europeia. Estes fatores foram determinantes para a estrutura territorial e econômico-governamental a qual conhecemos.

A República Democrática se destacou de modo positivo principalmente pela promoção da igualdade de gêneros ocasionado graças às políticas estatais e o incentivo a educação em todos os níveis. O Partido Comunista não satisfez as reivindicações da população, principalmente, na década de 1980 e ruiu quando, indo de encontro aos desejos do povo, não foi flexível o bastante para promover reformas de modo a manutenção do Comunismo.

A reafirmação da Alemanha como potência europeia passou pelo processo de unificação consolidado na década de 1990 e pelas consequências causadas por este. A incorporação da antiga Alemanha Democrática ao território que compreendia a República Federal Alemã adicionou elementos novos a um país cuja economia fincava suas bases principalmente no setor exportador. A última década do século passado marcou a retomada econômica e deixou clara a fragilidade social de um país separado por conflitos bélicos determinantes para o cenário político, geográfico, social e econômico mundial.

A unificação alemã não foi somente um processo de mudança interno, mas de transformação mundial das estruturas como até então estavam dadas. O Oeste absorveu o Leste de modo colonizador e as diferenças eram acentuadas e evidentes. As lembranças de outrora tornaram-se frequentemente revividas por aqueles que se sentiam "anexados" e "não parte de um todo"

Ao final do processo, observou-se uma unificação política e econômica do lado ocidental capitalista sobre o lado oriental socialista ainda não muito ciente das consequências do abandono do projeto socialista, o que se desenvolveria posteriormente. De qualquer forma, o que se pode afirmar é que a desistência da própria URSS do projeto socialista seria o elemento determinante do fim da RDA.

Os efeitos desse processo serão analisados nos próximos capítulos, mas pode-se adiantar que houve uma concorrência acirrada entre as Alemanhas em todos os sentidos até o seu momento final. A concorrência se deu por questões de legitimidade e reconhecimento de ambos os Estados como o "verdadeiro território alemão". Nesse sentido, a República Democrática não seria apenas uma alternativa viável ao Imperialismo Estadunidense na Europa, mas seria também o retorno dos ideais do socialismo científico a suas origens, a Alemanha de Marx e Engels.

Capítulo 3. A unificação

A absorção da República Democrática da Alemanha pela vizinha República Federal no início da década de 1990 do século XX, marcou o início de uma nova era para as relações dos países do velho continente, e do mundo como um todo. A queda do Muro de Berlim assinalou o início do fim da Guerra Fria e uma nova configuração do mundo dominado por apenas uma potência com o seu suposto modelo do que seria o "ideal" em termos de estrutura econômica, política e social:

> Aparentemente, de um dia para o outro, a economia da Alemanha Oriental, que havia sido administrada até então por um planejamento estatal centralizado estritamente ortodoxo (…) tornou-se parte da economia do *laissez-faire* da República Federal Alemã. Anunciou-se uma drástica reprivatização de suas unidades produtivas, e suas propriedades pré-comunistas foram legalmente restauradas. Esta foi, sem dúvida, a mais descomprometida transição para a economia de mercado da história, um tratamento de choque *par excellence.*[142]

Este capítulo busca descrever e analisar os eventos que compõem o episódio da "unificação[143]" dos dois territórios alemães, as reações provocadas interna e externamente ao território das duas Alemanhas e os tratados que formalizaram o processo de unificação de ambas.

3.1 O Processo

Com o fim do risco "socialista", os países europeus iniciaram um processo de reestruturação em direção a um ideal de "Estados Unidos da Europa", sonhado no início do século, debatido por anos e posto de lado durante um período de duas guerras sangrentas e uma crise entre elas.

---

142 De acordo com BEREND. I, (org), A Transição para a Economia de Mercado. São Paulo, Editora Hucitec, 1998, p. 69

143 Os termos "Unificação" e "Reunificação" provocam controvérsias quanto ao seu uso na descrição do processo ocorrido entre os dois territórios alemães ao final do século XX. Tal evento enquadra-se melhor numa possível "Anexação da RDA pela RFA". Isso se justifica de forma clara na medida em que a RFA manteve intactas praticamente todas as suas instituições, estruturas e, inclusive o nome. Assim, a "Alemanha Unificada" manteve o nome oficial de República Federal da Alemanha, embora seja comum o uso da abreviação "Alemanha" para designar o país. Em contra partida, a RDA perdeu todas as suas características institucionais, moeda e estrutura de organização interna, justificando a ideia de uma inserção submissa no território da RFA.

O novo cenário mitigou o receio de uma nova investida da Alemanha em direção ao controle territorial do continente por parte dos antigos rivais, e o país pode ocupar seu lugar como potência maior do jogo político e econômico internacional. Com a Alemanha e a França à frente da União Europeia, o final do século XX inaugurou a unificação monetária de onze países europeus que esqueceram suas disputas fronteiriças de centenas de anos para poder fazer frente à concorrência asiática e norte americana, objetivando voltar a desempenhar um papel hegemônico no comércio internacional.

A Alemanha, no entanto, passou a última década do século em processo de reestruturação e consolidação interna. Nesse período, uma figura continuaria como destaque à frente do país, Helmut Kohl. O autoproclamado artífice da unificação alemã ficaria no poder por mais oito anos após a queda do muro – havia assumido a função em 1982 – e seria o responsável pelas mudanças que levariam à volta da Social-democracia à chancelaria, pelas mãos de Gerhard Fritz Kurt Schröder.

- Abandono do Pacto de Varsóvia e o Projeto da Casa Comum Europeia

Após 36 anos, o Acordo de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua ou Pacto de Varsóvia, teve seu fim decretado. Ao final da década de 1980, com a declaração do Secretário Geral do Partido Comunista Soviético, Mikhail Gorbachev, de que a URSS estava abandonando oficialmente a "doutrina Brejnev"[144] e que propunha que os países do COMECON adotassem regimes democráticos, deu-se a aproximação da URSS com seus antigos rivais ideológicos, EUA, Alemanha Federal, França e Inglaterra, fazendo com que a manutenção do Pacto perdesse o sentido. Oficialmente a declaração incluiu ainda a fala: "*O partido vê como uma das tarefas fundamentais da sua política interna o aperfeiçoamento e desenvolvimento da democracia e de todo o sistema de autogestão socialista do povo"*[145].

144 Criada por Leonid Ilitch Brejnev (1906-1982), essa doutrina pregava principalmente a hegemonia soviética no mundo socialista. Para ele "Quando forças externas e internas, contrárias ao socialismo, tentam conduzir o desenvolvimento de um país socialista em direção da restauração da ordem capitalista, quando surge a ameaça à causa socialista nesse país, a ameaça à segurança atinge por inteiro a comunidade socialista, e este já não é um problema apenas para o povo daquele país, mas para todos os países socialistas." Disponível em http://365forte.blogs.sapo.pt/doutrina-de-soberania-limita-289911

145 Gorbachev APUD ALBUQUERQUE, C. A. R., Perestroika em curso: uma análise da evolução do pensamento político e econômico de Gorbachev (1984-1991). São Paulo, 2015. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-29092015-151257/en.php>. Acessado em 20-01-2015

Segundo Elmir Flach:

> No âmbito regional, a última reunião do Conselho de Ajuda Econômica Mútua (CAEM) aconteceu em 08 de janeiro de 1990. Poucos meses depois, dissolvia-se o Tratado de Varsóvia, criado em 1955, em resposta à OTAN (1949). Desintegrava-se o bloco socialista, ao mesmo tempo em que se iniciava a desagregação político territorial da própria URSS.[146]

A proposta de Gorbachev foi de transformação das estruturas socialistas soviéticas, abrindo mão da engrenagem principal do socialismo, o Partido-Estado. Essa flexibilização na direção dos países do COMECON, fez ressurgir movimentos nacionalistas e em dezembro de 1991, com a desagregação da URSS, foi criada a CEI – Comunidade de Estados Independentes, composta pelos países que criados após a dissolução da ex-URSS, conforme se pode observar pela tabela 3.1.

Tabela 3.1: Países resultantes da ex-União Soviética e suas etnias

Países	Etnias dominantes
Lituânia	Lituanos (80%), russos (9%), poloneses (8%), bielorussos (2%), outras (1%)
Letônia	Letões (52%), russos (34%), bielorussos (5%), outros (9%)
Estônia	Estonianos (62%), russos (30%), ucranianos (3%), outros (95%)
Rússia	Russos (82%) , tártaros (4%), ucranianos (3%), Tchuvachos (1%), outros (10%)
Ucrânia	Ucranianos (73%), russos (22%), outros (5%)
Bielorrússia	Bielorussos (78%), russos (13%), poloneses (4%), outros (6%)
Uzbequistão	Uzbeques (71%), russos (8%), tajiques (5%), cazaques (5%), outros (11%)
Cazaquistão	Cazaques (42%), russos (37%), alemães (5%), ucranianos (5%), outros (11%)
Geórgia	Georgianos (70%), armênios (8%), russos (6%), azeris ((6%), outros (10%
Azerbaijão	Azerbaijanos (83%), russos (6%), uzbeques (6%), outros (5%)
Moldávia	Moldávios (65%), ucranianos (14%), russos (13%), turcos (4%), outros (4%)
Quirgistão	Quirguizes (52%), russos (22%), uzbeques (13%), outros (13%)
Tarjiquistão	Tajiques (62%), uzbeques (24%), russos (8%), outros (6%)
Armênia	Armênios (93%), azeris (3%), russos (2%), outros (2%)
Turcomenistão	Turcomanos (73%), russos (10%), uzbeques (9%), outros (8%)

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis no endereço http://www.cmpa.tche.br/upload/arquivos/9%C2%BA%20Ano/ApresentacaoCEI.pdf, acessado em 20-01-2016

Em relação à RDA, o projeto de Gorbachev visava utilizar o país como moeda de troca nas tentavas de auferir vantagens econômicas à URSS. Assim,

146 De acordo com Flach. E., Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 46, p. 31-49, jul./dez. 2009, disponível no endereço <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>, p. 42, acessado em 20-02-2016.

> Segundo a avaliação soviética, as chaves do encerramento da Guerra Fria e da edificação da Casa Comum Europeia estavam em Berlim. Cabia, portanto, recolocar em discussão o status quo interalemão e extrair do subsequente processo de negociação todas as vantagens possíveis para a URSS.[147].

Desse modo, abordamos a seguir alguns dos principais acontecimentos que culminaram na queda do Muro de Berlim, símbolo da Guerra Fria, e, por fim, na unificação alemã.

- Reivindicações Populares de 1989

Até quase meados de 1989, a estabilidade governamental na República Democrática estava dada, assim como estavam sendo feitos planos para a comemoração do quadragésimo aniversário de fundação, a ser realizada nos dias 6 e 7 de outubro.

"Ainda que com uma estabilizada taxa de crescimento do produto, a realidade econômica da RDA no inicio de 1989 não parecia desesperada ou à beira do colapso"[148]. Desse modo, o que se observava era uma discussão entre professores, sociólogos e economistas do país sobre a situação das subvenções do Estado para manutenção do nível de preços[149]e não uma possível mudança de regime político.

O que se esperava, em virtude do abalado estado de saúde do Secretário Geral do SED, era a mudança no cargo máximo do Partido Socialista Unificado e do *Politburo,* após 20 anos. Porém, alguns acontecimentos internos e externos abalaram as estruturas do mundo e, principalmente, as estruturas alemãs.

No dia 2 de maio de 1989, o governo húngaro decidiu abrir suas fronteiras com a Áustria e essa noticia ecoou por todo o mundo socialista[150]. Após o anúncio, as embaixadas da RFA, principalmente em Praga e Varsóvia, receberam cada vez mais emigrantes da RDA nas semanas seguintes[151].

147 Idem.

148 Segundo Ávila, C. F. D. A Queda do Muro de Berlim: visões brasileiras. Revista Sociologia Política, Curitiba, v 18, n-37, p. 94, out. 2010. p. 94

149 Ibidem.

150 É importante frisar que ao longo dos anos, a República Federal da Alemanha se beneficiou com intensos fluxos migratórios, principalmente, de mão de obra formada e altamente qualificada vinda da RDA. Com a construção do Muro de Berlim esse êxodo populacional diminuiu, mas ainda era estimulado tanto pelas mídias capitalistas, como pelos seus líderes. Na RFA, obter a cidadania era um processo quase que automático para os cidadãos vindos da República Democrática.

151 A Alemanha Democrática fazia fronteira diretamente com Polônia e República Tcheca, sendo que esses dois países eram alinhados com a URSS. Na Polônia, além de fronteira com a RDA, ao sul havia quilômetros de fronteiras com a Eslováquia, que por sua vez fazia fronteira com a Hungria. Os emigrantes alemães que se encaminhavam em direção a RFA seguiam então o caminho: RDA, República Tcheca, Eslováquia, Hungria, Áustria e RFA. Outra opção utilizada foi a procura diretamente pelas embaixadas da RFA tanto em Praga na República Tcheca, como em Varsóvia na Polônia.

Adicionalmente, houve ainda a proposta inédita de criação de um grupo de oposição ao regime chamado de *Neues Forum.*

Em seu discurso, no aniversário de 40 anos da criação da RDA e após aproximadamente dois anos sem aparecimentos públicos, Honecker reiterou, entre outras coisas, que:

> A RDA tem pavimentado seu caminho com realizações que servem para fortalecer nosso povo no conhecimento do seu poder e do valor de todos os esforços para estabelecer uma nova, humana e completa vida. O socialismo e a paz são, e continuam a ser, palavras-chave para aquilo que temos conseguido até agora, bem como aquilo que vamos continuar a realizar. Em sua quinta década, o estado Socialista dos Trabalhadores e Camponeses em solo alemão vai continuar a provar - por meio de suas ações para o bem de seu povo e através dos seus esforços para a paz, segurança e cooperação internacional - que a sua fundação em outubro de 1949 foi um ponto de viragem na história do povo alemão e da Europa. [. . .][152]

Figura 3.1: Erich Honecker e Mikhail Gorbachev na celebração do 40º aniversário da RDA

Fonte: Disponível no endereço http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/ sub_image.cfm?image_id=3031 acesso em 20-02-2016.

152 Disponível em http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/docpage.cfm?docpage_id=3223, acessado em 22-01-2016. "*The GDR has paved its way with achievements serving to strengthen our people in the knowledge of their power and of the worth of all efforts to establish a new, humane, complete life. Socialism and peace are, and remain, key words for that which we have achieved up to now, as well as that which we will continue to accomplish. We tackle the task with vigor and confidence. In its fifth decade, the socialist workers' and peasants' state on German soil will continue to prove – through its actions for the good of its people and through its efforts for peace, security and international cooperation – that its founding in October of 1949 was a turning point in the history of the German people and of Europe. [. . .].*" (Tradução da autora)

A população, descontente com o governo de Honecker, protestava nas comemorações. As duas primeiras e mais importantes manifestações populares se deram em 7 de outubro de 1989, em Dresden e em Leipzig a 9 de outubro[153]. Simultaneamente ao êxodo populacional causado pela abertura da fronteira entre Hungria e Áustria, aumentavam as pressões externas. Em especial, tal pressão vinha dos representantes da URSS e da RFA, Gorbachev e Kohl respectivamente, provocando um clima de caos na RDA:

> Ao longo dos anos 1980, a RDA vinha implantando seu próprio modelo de reformas econômicas. No seu modelo político, entretanto, manteve a rigidez até o divórcio entre a sociedade e os dirigentes do Estado, manifestado, claramente, durante o outono de 1989. Ainda assim, está evidente que os dirigentes dos movimentos civis de oposição da RDA lutavam por reformas políticas dentro do seu próprio Estado, e não por sua liquidação[154].

Com o estado de saúde abalado e pressionado tanto interna como externamente pelos companheiros de PCUS, as ordens de Honecker foram para enfrentar a população revoltosa, com força se fosse necessário:

> Camaradas: de agora em diante se trata de uma guerra de classes [sociais]. Hoje [9.10.1989] tudo será decidido: ou eles ou nós. A vigilância de classe é essencial. Se os cassetetes não são suficientes, usem as armas de fogo. [Se vocês encontrarem crianças], isso é ruim para eles. Nós temos as armas, e não as temos em vão![155]

Essas condicionantes colocaram Honecker e o partido numa delicada encruzilhada com três) opções: *(1) Negociar com a oposição, procurando-se uma saída democrática; (2) Reprimir a oposição e/ou (3) Derrubar Honecker com golpe palaciano para impor um acelerado programa de reformas segundo o modelo Gobachevista*.[156]

Em 17 de outubro de 1989, foi anunciada a renúncia de Honecker sob argumentos de que o mesmo enfrentava questões de saúde. Coube a Egon Krenz, como então chefe de Estado da Câmara do

153 Segundo Ávila, C. F. D. *A Queda do Muro de Berlim: visões brasileiras.* Revista sociologia Política, Curitiba, v 18, n-37, p. 97, out. 2010.

154 Conforme Flach. E., Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 46, p. 31-49, jul./dez. 2009 , disponível no endereço <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>, p. 41, acesso em 20-02-2016.

155 KRAMER, apud Ávila, 2013, p.97

156 De acordo com Ávila, C. F. D. *A Queda do Muro de Berlim: visões brasileiras.* Revista sociologia Política, Curitiba, v 18, n-37, p. 96, out. 2010.

Povo (parlamento da RDA), decretar a liberdade de ir e vir por entre as fronteiras germânicas e aceitar a queda do muro. Segundo Elmir Flach:

> (...) o que liga as lideranças dos grupos de oposição – e os movimentos de massa desencadeados por meio deles – à unificação alemã é o fato de terem ocasionado a instabilidade política e a queda dos dirigentes do seu Estado, com o apoio tácito ou ativo de Moscou, e sob o aplauso ruidoso da mídia ocidental. Porém isso não esconde o fato de que, na prática, o seu movimento tenha sido politicamente usado pelos seus próprios adversários no processo político-eleitoral que se seguiu. Efetivamente, com o colapso político do regime, em outubro-novembro de 1989, abriu-se o caminho para a reconquista da RDA oportunamente percorrido pelas forças econômicas e ideológicas, assim como pelas estruturas do Estado da RFA [157].

Vale destacar que, no início de 1989, a população não esperava que, ao fim do ano, o país tivesse passado pelas transformações que ocorreriam. Quando a população saiu às ruas para protestar, o desejo era por reformas mais acentuadas e não o fim do socialismo. Entretanto, o SED, com sua extensa ala conservadora, se manteve firme contra qualquer tipo de alteração o que acirrou o clima de revolta. O assunto da Unificação só surgiu na pauta de reivindicações populares quando as pressões por parte de representantes políticos da RFA, principalmente Helmut Kohl, se tornaram constantes na mídia.

Poucos dias após a abertura das fronteiras, no começo de dezembro, Egon Krenz foi substituído por Hans Modrow como Primeiro Secretário do Partido e líder da RDA.

Entretanto, milhares de pessoas se utilizaram da abertura das fronteiras da Hungria para emigrar para a RFA. Inicialmente, se dirigiam para a embaixada da Alemanha Federal, o passo seguinte era seguirem para a República Federal.

> Em 1989, pelo menos 225.223 pessoas haviam passado da RDA para a RFA através da Hungria, Tchecoslováquia e Polônia e o êxodo não cessava. (…) Em apenas uma noite, de 8 para 9 de novembro, cerca de 8000 pessoas abandonaram a RDA.[158]

Essa fuga em massa e a crise política fizeram com que membros remanescentes do governo Honecker no Politburo abrissem mão de seus cargos. A diretiva era que as vagas deveriam ser preenchidas por políticos reformistas, da ala gorbachevista.

---

157 De acordo com Flach, E. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 46, p. 31-49, jul./dez. 2009 , disponível no endereço <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>, p. 42 acesso em 20-02-2016.

158 Conforme defende Bandeira, L. A. M., *A Política Econômica Externa da Alemanha (1945 a 1989 e 1989 até hoje)*. In:_____ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). Alemanha: visões brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão.2000. p. 161

O novo representante maior da RDA, nos dias que se seguiram à sua posse, tomou uma série de medidas, entre elas: (1) anúncio do novo gabinete de governo; (2) reestruturação das forças armadas e das agências de segurança do Estado; (3) instauração da comissão de constituição e inquérito; (4) reformas constitucionais; (5) formação de uma mesa redonda com setores da oposição[159]. Dessas, a auto proclamada, maior conquista foi a última que resultou em um acordo com a oposição para que ocorressem, em 1990, eleições livres.

Por sua vez, em 28 de novembro de 1989, Kohl lançou o seu conhecido "Programa de Dez Pontos". Ao saber da abertura das fronteiras, o chanceler comemorou o enfraquecimento do SED[160], pois, com isso, ele daria início aos seus movimentos em prol da unificação do país[161]. Kohl tinha consciência de quão complexos seriam os movimentos em função da unificação, pois esses teriam que ser orquestrados juntamento com o partido da sua coalização, a saber CDU-CSU-FDP, e com a oposição, tendo como principal expoente Oskar Lafontaine do SPD, bem como os partidos menores do seu país, o SED e a oposição da RDA.

Ainda nesse contexto, teria que negociar com os vencedores da Segunda Guerra que ainda detinham poder tanto sobre a RDA, no caso da URSS, como sobre a RFA, no caso de EUA, Inglaterra e França.

O Programa de Dez Pontos de Kohl[162] assumiu o papel direcionador dos acontecimentos posteriores em toda a Alemanha. Pela primeira vez, em novembro, em Leipzig, as manifestações reivindicavam a unificação da Alemanha com o grito de "*wir sind ein volk*[163]".

Gorbachev admitiu surpresa com o anúncio feito por Kohl e fez críticas à posição do chanceler alemão em reunião com o Ministro das Relações Exteriores Hans-Dietrich Genscher, segundo ele:

> A verdade é que ambos os Estados alemães são soberanos e independentes. Isso foi decidido pela história. A fim de permanecer realistas, devemos supor que a história vai decidir o destino e os processos que ocorrem no continente em geral, e, assim, determinar o lugar e as funções destes dois estados. Um processo pan-europeu em andamento. Queremos projetar uma nova Europa e construir uma casa comum europeia. Isso requer confiança. As relações entre os dois Estados alemães devem se

159 Segundo Ávila, C. F. D. *A Queda do Muro de Berlim: visões brasileiras.* Revista sociologia Política, Curitiba, v 18, n-37, p. 100, out. 2010.

160 Idem, p. 101.

161 Cabe salientar que Kohl se autoproclamava "herdeiro político de Adenauer" e com isso, defendia como seu antecessor, a absorção da RDA pela RFA.

162 Maiores detalhes no item 2.3, a seguir.

163 "*Nós somos um povo*" ao invés de Wir sind das volk – "*nós somos o povo*", frase usada anteriormente.

> desenvolver neste âmbito. Eles, obviamente, se tornarão mais próximos. Mas todos esses processos precisam seguir o seu curso normal. Qualquer aceleração artificial só vai complicar ou onerar as mudanças significativas que estão ocorrendo no desenvolvimento dos estados europeus, isto é, em uma área central na política global. Eu acho que qualquer tipo de aceleração artificial não seria do interesse do povo de um ou outro estado alemão. Os dois estados alemães precisam reajustar suas relações precisamente no contexto da busca da estabilidade, com base no equilíbrio e respeito mútuo. [. . .]
>
> O que está acontecendo aqui, entretanto, é o oposto. Ontem, o chanceler Kohl declarou – sem demonstrar muito tato – que o Presidente Bush apoia a ideia de uma confederação. O que isso significa? O que é uma confederação? Uma confederação pressupõe uma defesa unificada, uma política externa unificada. Onde estará a RFA – na OTAN? No Pacto de Varsóvia? Ou será neutra? Mas o que seria a OTAN sem a RFA? Como as coisas se desenvolverão? Você já pensou sobre tudo isso? E sobre os acordos que existem entre nós dois? Que tipo de política é essa?[164]

Pode-se afirmar que tal surpresa e, até certo ponto, revolta de Gorbachev em relação à atitude do chanceler alemão se justificam na medida em que, ao contrário do que almejava Gorbachev, os movimentos do chanceler da RFA minavam a sua tentativa de usar a RDA como moeda de troca:

> A política externa formulada e implementada pelos novos dirigentes do Estado Soviético em relação aos Estados alemães, principalmente a partir do segundo semestre de 1988, foi criando as condições objetivas para a unificação alemã. Os soviéticos buscaram desvincular-se consciente e progressivamente do seu principal parceiro de bloco, a República Democrática Alemã, na mesma medida em que direcionaram seus esforços diplomáticos à aproximação com a Europa Ocidental, optando pela República Federal da Alemanha como seu interlocutor privilegiado. Em troca da transição política controlada no Leste, o Estado soviético buscava ser admitido como parceiro na Europa Ocidental, no sentido de aí obter os meios para reformar a própria economia soviética. Para tanto, A URSS procurou usar o Leste europeu e especialmente a RDA como trunfo de negociação com o Ocidente.[165]

---

164 Disponível em http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/docpage.cfm?docpage_id=3234, acessado em 22-01-2016. "*The reality is that both German states are sovereign and independent. This was decided by history. In order to remain realists, we must assume that history will decide the fate and the processes that take place on the continent in general, and will thereby determine the place and the roles of these two states. A pan-European process in underway. We want to design a new Europe and build a pan-European house. This requires trust. Relations between the two German states should develop within this framework. They will obviously become closer. But all of these processes need to take their normal course. Any artificial acceleration will only complicate or encumber the significant changes that are taking place in the development of the European states, that is, in a central area in global politics. I think that any sort of artificial acceleration would not be in the interest of the people of either German state. The two German states need to readjust their relations precisely within the context of striving for stability, on the basis of equilibrium and mutual respect.*

What is actually happening, however, is just the opposite. Yesterday, Chancellor Kohl declared – without much show of tact – that President Bush supports the idea of a confederation. What is that supposed to mean? What is a confederation? A confederation presumes a unified defense, a unified foreign policy. Where will the FRG be – in NATO? In the Warsaw Pact? Or will it be neutral? But what would NATO be without the FRG? How will things develop further? Have you thought about all of this? What about the agreements that exist between us? What kind of politics is that?" (tradução da autora)

Em 19 de dezembro, Kohl visitou Dresden, uma das cidades em que vinham ocorrendo contínuas manifestações, e foi recebido pela população com status de salvador. Na ocasião declarou:

> (...) E queridos amigos, por todos nós na Republica Federal, autodeterminação também significa que nós respeitamos sua opinião. Nós não queremos - e não vamos - impor nossa vontade a ninguém. Nós respeitamos sua decisão considerando o futuro do país. [...] Nós não abandonaremos nossos compatriotas na RDA. E nós sabemos - e deixe-me dizer entre o entusiasmo que eu estou tão orgulhoso de experimentar aqui - quão difícil este caminho para o futuro será. Mas me deixe também falar para você: juntos nós vamos prosperar nesse caminho rumo à Alemanha do futuro (...)[166.]

O Chanceler Kohl, enfatizou os benefícios do Sistema Social de Mercado[167] e as condições não favoráveis, de acordo com o padrão capitalista, na Alemanha socialista para promover a unificação. Adicionalmente, contribuíram com a questão, as somas de capital enviadas da RFA para a URSS como forma de busca por apoio dos sovietes para a causa.

- A Queda do Muro de Berlim

A partir da saída de Honecker do poder em outubro de 1989, a sucessão de eventos tornou-se intensa e a cada dia tinha-se um acontecimento determinante. Com a renuncia, assumiu o pupilo e herdeiro do ex-primeiro ministro, Egonz Krenz, que não detinha muito prestígio nem com Moscou e nem com o povo que se aglomerava nas principais cidades da Alemanha Democrática:

> (...) em 4 de novembro de 1989, uma inédita manifestação de 500 000 pessoas expressou seu repúdio diante do regime comunista. Os manifestantes eram homens e

165 Flach. E., Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 46, p. 31-49, jul./dez. 2009 , online <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>, p. 41

166 Helmut Kohl, Erinnerungen 1982-1990 [Recollections, 1982-1990]. Munich, 2005, pp. 1020-28. Acessado em: http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=2889. Acesso em 04/02/2014. "*(...) Para todos os meus mais sinceros agradecimentos. (…) For that I give all of you my most heartfelt thanks. (…) And dear friends, for those of us in the Federal Republic, self-determination also means that we respect your opinion. We do not want to – and will not – impose our will on anyone else. We respect your decision regarding the future of the country. [. . .] We will not abandon our compatriots in the GDR. And we know – and let me say this amidst the enthusiasm that I am so pleased to experience here – how difficult this path to the future will be. But let me also shout out to you: Together we will succeed on this path to Germany's future. (…)"* (tradução da autora).

167 Para Anderson, "*(...) a implantação do Capitalismo no Oriente foi sentido mais como uma colonização do que uma incorporação. Esse argumento se justifica, pois uma pesquisa realizada no verão de 1990 demonstrou que 75% dos alemães da RDA se consideravam cidadãos de segunda classe e cinco anos após a reunificação, dois terços afirmavam que tinham orgulho da vida que tinham na antiga República democrática*."

> mulheres do povo, intelectuais, e até membros reformistas (ou gorbachovistas) do próprio governo, dentre outros[168].

Em uma tentativa de resposta à fuga que se dava desde a abertura das fronteiras húngaras com a RFA, o governo decidiu liberar as fronteiras da RDA com a RFA. Tal medida deveria entrar em vigor as oito horas do dia 10 de novembro. Mas, ao ser interpelado sobre quando a lei entraria em vigor, o representante do SED, Günter Schaboswski, durante uma entrevista à imprensa, respondeu, erroneamente, que pelo que sabia, a lei estava valendo imediatamente. O Muro, que impedia o livre tráfego de pessoas entre a RDA e a RFA, havia sido derrubado e esse fato antecipou alguns acontecimentos na RDA.

> Cabe observar que a ruptura súbita de 1989 foi antecedida por vários anos de elogios da mídia ocidental a Gorbachev e do estímulo indireto da própria liderança da URSS às atividades oposicionistas nos países do bloco, inclusive na RDA[169].

O muro físico foi derrubado, porém o muro no psicológico dos alemães estava cada vez mais fortalecido[170]. Alguns estereótipos tratam de manter a divisão dos Estados até hoje: 1) Duas versões diferentes nas mentes das pessoas acerca de história; 2) dois sistemas políticos distintos; e 3) duas sociedades distintas[171]. Os primeiro e o segundo estereótipos tratam do processo de interpretação da história por parte dos alemães em cada lado do país, enquanto os alemães da RDA culpabilizavam Hitler e os nazistas pela catástrofe causada pela Segunda Guerra Mundial, os alemães da RFA, condenavam o nazismo, mas, mais que isso, demonizavam o "Comunismo" da URSS e o colocava em igualdade de responsabilidade. O terceiro estereótipo engloba as distinções quanto a formação da sociedade como um todo.

A população alemã ocidental tinham uma visão deturpada e simplista de que os alemães orientais não eram nada mais que adoradores de Marx, atrasados cultural e tecnologicamente. Enquanto os alemães da RDA nutriam curiosidade acerca da vida na RFA, da cultura, da tecnologia, da economia.

---

168 Segundo Ávila, C. F. D. A Queda do Muro de Berlim: visões brasileiras. Revista sociologia Política, Curitiba, v 18, n-37, p. 93-110, out. 2010, p. 99

169 Disponível em FLACH, E., Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 46, p. 31-49, jul./dez. 2009 , no endereço <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>, p. 41, acesso em 20-02-2016.

170 Kitchen, M. A História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje. Cultrix, São Paulo, 2013.

171 Para Perry Anderson, *"(...) a implantação do Capitalismo no Oriente foi sentido mais como uma colonização do que uma incorporação. Esse argumento se justifica, pois uma pesquisa realizada no verão de 1990 demonstrou que 75% dos alemães da RDA se consideravam cidadãos de segunda classe e cinco anos após a reunificação, dois terços afirmavam que tinham orgulho da vida que tinham na antiga República democrática"*.

- Reparações da Segunda Guerra Mundial

Em fevereiro de 1990, quando o então Ministro-Presidente da RDA Hans Modrow visitou Bonn, ele foi apresentado ao estudo denominado de "Iniciativa de Bremen". A intenção era:

> (…) quantificar um dos elementos centrais que determinou, pela raiz, a diferente situação econômica de 1989 nos dois Estados alemães. A saber, a desigualdade no pagamento das indenizações depois da guerra promovida pela Großdeutschland nazista.[172]

Deve-se então abrir aspas e realizar um retrospecto a respeito das indenizações de guerra, no momento posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Com a iminência da unificação alemã, muitas hipóteses acerca das causas da falência do socialismo na RDA surgiram, principalmente de estudiosos ocidentais ressaltando a superioridade do capitalismo ante o seu antagonista. Isto posto, a Iniciativa de Bremen foi a tentativa mais próxima da realidade para expor não a superioridade do capitalismo, mas sim as diferenças no *modus operandos* no início da RDA e da RFA como estado.

O princípio básico do estudo era de que, seu território envolvido por completo na guerra, a Alemanha deveria arcar com os custos de reparações de modo equiparado. Como, chegado o final da II Guerra Mundial, a Alemanha foi dividida em quatro zonas de ocupação, os valores referentes as reparações então deveriam ser divididos em quatro partes de acordo com suas populações:

> Segundo o documento, a Agência Interaliada de Reparações (IARA) quantificou as reparações pagas pelas três zonas de ocupação ocidentais em US$ 517 milhões ao câmbio de 1938, o que corresponderia a 2,16 bilhões de DM ao câmbio de 31 de dezembro de 1953, data em que foram oficialmente encerradas. De outra parte, segundo o cálculo do próprio Ministério do Interior da RFA, em 1985, as reparações da zona de ocupação soviética teriam somado 66,4 bilhões de Reichsmark de 1944, correspondentes a 99,14 bilhões de DM de 1953 (97,94% do total).[173]

Ao partir do princípio básico, para a quantificação das reparações, o câmbio fora trazido para um ano diferente para cada estado. Para as três zonas de ocupação da RFA, ao câmbio de 1938, um ano antes da guerra começar, e para a zona de ocupação soviética, o câmbio foi trazido para 1944, ano do

172 Flach. E., Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 46, p. 31-49, jul./dez. 2009 , disponível online em <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos> , p. 38-39.

173 Ibidem.

encerramento do conflito bélico. Assim, a RDA arcou, segundo o cálculo do Ministério do Interior da RFA, com 97,94% do total.

Se os valores tivessem sido aplicados conforme o total da população:

> O total de 101,223 bilhões de DM pagos pelas quatro zonas de ocupação, uma vez distribuído aos 67,8 milhões de alemães de 1953, teria significado uma reparação de DM 1.494,86 per capita. Dessa forma, à RFA com seus 49,8 milhões de habitantes de 1953, teriam correspondido 74,4 bilhões de DM, dos quais ela pagou apenas 2,16 bilhões de DM. Dessa diferença é obtido o valor do Lastenausgleich (a equiparação devida à RDA) de 31.12.1953: exatos 72.228.375.856 DM. De acordo com os cálculos do Deutsche Bundesbank, os 72,2 bilhões de DM de 1953, corrigidos, corresponderiam a uma soma de 211,4 bilhões de DM de 1989, tendo por base o custo de vida. Convertidos pelo índice de custos da construção civil, seriam 482,3 bilhões de DM. Ainda de outra forma, considerando-se apenas a taxa de juros do Bundesbank, de 6,625% cobrada à RDA pelos empréstimos de 1983 a 1988, a cifra de 1953 ter-se-ia transformado em 727.165.791.041 DM ao final de 1989. E isso sem considerar a inflação. [174]

Esses cálculos foram considerados de modo nominal. De acordo com os autores do estudo,

> (…) caso fossem considerados outros danos à economia da RDA, causados pela retenção injustificada da equiparação, ou se fosse levado em conta o fato de que a economia da RFA se desenvolveu no pós-guerra, à custa da drenagem de mão-de-obra formada na RDA, teria de haver novos fatores de multiplicação.[175]

O estudo então propunha a criação de uma comissão interalemã para delinear todos os cálculos:

> A soma de 727,2 bilhões de DM levantada pelos autores do documento adquiria maior relevância por sua precisão quanto a diversos estudos produzidos por outros institutos de pesquisa e publicações especializadas. Note-se que, naquelas semanas, outros pesquisadores, coincidentemente, avaliavam os custos de saneamento econômico da RDA (para adequá-la ao molde ocidental) entre 500 e 900 bilhões de DM. Finalmente, o estudo serve para evitar conclusões precipitadas a respeito de "falhas inerentes" à economia da RDA e do socialismo em geral. Agrega-se o fato de que, além de pagar valor irrisório (2,06%) em reparações, como vimos, a RFA foi beneficiária do Plano Marshall, desequilibrando ainda mais os termos da equação. E a "Iniciativa de Bremen" ajuda a compreender que o desnível econômico entre os dois países tem suas raízes profundamente lançadas nessa arrancada inicial. Projetado no tempo, esse desnível revelou-se cada vez mais acentuado, combinado com a escassez de recursos naturais, econômicos e financeiros, capazes de viabilizar investimentos e produção de riquezas[176].

174 Idem.
175 Idem.
176 Ibidem.

Segundo Elmir Flach, mesmo com todos os custos que o governo da RFA pudesse vir a ter com a unificação, esses valores não se comparam às chamadas reparações de guerra, onde a República Democrática Alemã se responsabilizou quase que totalmente pelos pagamentos aos quatro vencedores.

-Ambiente Político e Institucional

O processo de unificação se acelerou quando ocorreram as eleições, em 18 de março de 1990. Nesse momento específico, os partidos políticos deram apoio maciço aos seus correspondentes no território da Alemanha Democrática. Os candidatos apoiados por Kohl ganharam e a Aliança pela Alemanha auferiu 198 acentos no Parlamento. Ainda nesse contexto, Lothar de Maizière foi eleito Primeiro Ministro, permanecendo no cargo até que a unificação se concretizasse, em 3 de outubro de 1990.

A partir do resultado das eleições, com a vitória da CDU-oriental, ficou claro que a maioria da população, induzida pelos movimentos políticos tanto nas mídias quanto nas declarações de políticos da RFA, apoiava as propostas de Kohl e desejava a unificação da RDA pela RFA. Assim, essa foi uma das variáveis desequilibradoras das discussões tanto sobre a unificação, como sobre a participação da RFA como membro da OTAN pós unificada. As conversações que, inicialmente, eram conhecidas como sendo 2+4, na prática, se tornaram 5+1[177]:

> (…) a participação da Alemanha unificada na OTAN continuou a configurar uma dificuldade não resolvida para a URSS, embora Gorbachev estivesse consciente de que mais valia consolidar um bom relacionamento com a RFA, que se tornara o principal parceiro comercial da URSS no Ocidente, conquistar-lhe a confiança política e obter sua cooperação econômica do que conservar a RDA sobre a qual perdera efetivamente o controle.[178]

Esse impasse se seguiu até julho, quando Kohl aprovou um programa de assistência econômica para a URSS, que direcionou quantias em torno de 15 a 20 bilhões de DM[179] aplacando os ânimos soviéticos.

A ideia inicial da "unidade alemã" era financiar a infraestrutura dos novos estados alemães com o valor arrecadado com as privatizações das empresas estatais. Nesse sentido, em 1990, foi criada a

177 Mais detalhes sobre essas conversações na análise do Treaty on the Final Settlement with Respect to Germany, mais conhecido como Tratado dois mais quatro, no tópico 2.3

178 Bandeira, L. A. M. A Política Exterior da Alemanha – 1949-1999. In: GUIMARÃES, S. (org), Alemanha: visões brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 2000. , p. 175.

179 Ibidem.

Trust Agency para organizar a privatização das empresas da antiga RDA. Inúmeros golpes foram registrados, em que as empresas eram vendidas abaixo do preço de mercado, alemães ocidentais adquiriam-nas, recebiam os subsídios e logo em seguida decretavam falência. Esses fatos somados à não concretização do boom econômico prometido por Kohl fizeram com que questionamentos surgissem acerca da confiabilidade e do rumo que o processo tomava.

A partir do resultado das eleições, com a vitória da CDU-oriental, ficou claro que a maioria da população induzida pelos movimentos políticos tanto nas mídias quanto nas declarações de políticos da RFA, apoiava as propostas de Kohl e desejava a unificação da RDA pela RFA, desse modo, essa foi uma das variáveis desequilibradoras das discussões tanto sobre a unificação, como sobre a participação da RFA como membro da OTAN pós unificada.

3.2 Reações Externas

Na RFA, enquanto Helmut Kohl apostava alto na unificação, o partido de oposição, o SPD, mantinha uma linha mais conservadora. Oskar Lafontaine defendia um posicionamento contrário à unificação, declarando que seria a mesma mentira de sempre, porém foi excluído das decisões e mantido sem apoio pela ala do partido que via na unificação uma chance de auferir ganhos eleitorais com a prometida eleição democrática nos cinco estados que compunham a RDA.

Entre os países do ocidente, França e Inglaterra nutriam temores diante da perspectiva de uma Alemanha grande, economicamente forte e posicionada geograficamente no centro do continente europeu. Na Inglaterra:

> Margaret Thatcher, primeira-ministra britânica, opôs-se à ideia de unificação, por medo do ressurgimento do nacionalismo alemão e uma política externa agressiva no continente. Documentos secretos que vieram a público em 2012 revelaram conversas não oficiais entre ela e Gorbatchev, onde pedia a intervenção soviética para impedir o processo. O Reino Unido só alterou a sua posição após pressão direta do governo norte-americano, e o estreitamento da relação Londres-Washington foi aceito como forma de contrabalançar o inevitável acréscimo do poderio alemão[180].

180 Conforme Previdelli, M.F.S.C. Expansão e Crise da União Europeia: um olhar para a economia da Zona do Euro, 2000-2010. Disponível em http://www.teses.usp.br /teses/disponíveis/8/8137/tde-11062015-141653/, acesso em 17-10-2015. p.66.

Os dois países tentaram, se não impedir, acompanhar de perto o processo e garantir com isso que a unificação respeitaria certas condições que possibilitassem um maior controle dos resultados.

A posição francesa era de resistência:

> O Presidente François Mitterrand não escondeu sua aversão à ideia de uma Alemanha unificada e do papel político relevante que tal país assumiria no espaço Euro-atlântico, já que isso seria sempre feito à custa do poder da França. No entanto, a maioria dos autores considera que a França somente aceitou a unificação alemã quando o governo de Kohl concordou com a União Econômica e Monetária. Desse modo, uma Alemanha forte era desejável desde que dentro da integração europeia. Para Paris, *"a única coisa pior do que a dominação pela Alemanha dentro da CEE seria a dominação alemã fora da CEE"*.[181]

O outro país capitalista vencedor da Segunda Guerra Mundial, os EUA, prometeram apoio, se e somente se, a Alemanha unificada fosse membro da OTAN, renunciando à posição de neutralidade que havia sido cogitada pelo ministro de relações exteriores Mazière. Além do interesse militar no território alemão, os estadunidenses apoiavam a unificação com interesses de reduzir os seus gastos militares na Europa.

De acordo com analistas dos eventos:

> A ocasião para o desencadeamento da campanha de unificação apresentou-se ao Chanceler da RFA, Helmut Kohl, por meio de um nonpaper soviético, perigosamente manipulado em Bonn. Em nosso estudo, procuramos elucidar de que modo esse episódio serviu como catalisador da perda de controle dos soviéticos sobre os acontecimentos. Concomitantemente, as grandes empresas e o governo da RFA desencadearam a aceleração do processo político-econômico que conduziu à unificação monetária em 30 de junho, e à posterior anexação territorial e institucional, em 03 de outubro de 1990. Deve-se compreender que a explicação plausível para a rapidez desses fenômenos é o efeito combinado dos dois principais campos de força externos à RDA que puseram em marcha a unificação e determinaram o seu ritmo: a política soviética de usar este pequeno país como moeda de troca em sua Europapolitik, combinada com a ofensiva dos políticos da RFA, com destaque para a coalizão governante CDU-FDP, sobre a RDA. Como força determinante, o principal desses vetores terá sido o "Novo Pensamento" dos dirigentes soviéticos. Como segundo vetor, as forças políticas conservadoras do Chanceler Helmut Kohl, que, diante das condições objetivas favoráveis, conseguiram fazer coincidir o seu próprio interesse eleitoral com o pretenso interesse nacional da RFA e, logo a seguir, anexaram a RDA. Em consequência, o projeto soviético de atenuação controlada da Guerra Fria, incluindo a transição política gradual no Leste europeu, resultou totalmente turvado. A Polônia e a Hungria já estavam submetidas a novos governos desde o começo de 1989, avidamente

181 Segundo afirma Previdelli Expansão e Crise da União Europeia: um olhar para a economia da Zona do Euro, 2000-2010. Disponível em http://www.teses.usp.br /teses/disponíveis/8/8137/tde-11062015-141653/, 2014, p. 67.

> pró-ocidentais. Ou, como diria Etienne de La Boétie, em plena "servidão voluntária" aos Estados Unidos[182].

Quanto aos países do Leste, alinhados até então com a URSS, envolvidos em seu próprio processo de transformação, apoiavam e faziam campanha em prol do processo, pois eles mesmos tinham interesses em se desvincular do socialismo e viam o processo que acontecia na RDA como um sinal de que era hora de mudar os rumos do pós-guerra.

3.3 Tratados e Acordos

A seguir, é feita a análise de alguns documentos relativos ao processo de unificação das Alemanhas, bem como alguns detalhes relativos ao Programa de Dez Pontos apresentado por Kohl ainda no período anterior ao processo de unificação.

- ***O Programa de Dez Pontos de Helmut Kohl***

A proposta apresentada por Kohl no dia 28 de novembro de 1989 ao *Bundestag* visava nortear o processo que incluiria os cinco estados da RDA no território da RFA. Assim seus pontos principais eram:

> (1) Auxílio médico do governo para os refugiados e turistas; (2) O governo federal vai continuar, agora como antes, a cooperar com a RDA em todas as áreas que beneficiem diretamente as pessoas de ambos os lados; (3) Apoio será dado desde que a oposição aceite as condições para um novo governo e uma nova constituição; (4) Cooperação entre os Estados "ocidentais e orientais" para o bem Alemão; (5) Governo democraticamente legitimado na RDA. (6) O desenvolvimento das relações interalemã permanece incorporado no processo pan-europeu, ou seja, no âmbito das relações Leste-Oeste; (7) A atração e a apelação da Comunidade Europeia são, e permanecerão, uma constante decisiva do desenvolvimento pan-europeu; (8) Progresso de uma instituição comum para a coordenação da cooperação econômica Oeste-Leste; (9) Superar a divisão da Europa e a divisão da Alemanha requer o desarmamento e controle de armas; (10) Reunificação - ou seja, recuperar a unidade do Estado da Alemanha - continua a ser o objetivo político do governo federal[183].

182 De acordo com Flach E., Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 46, p. 31-49, jul./dez. 2009 , disponível no endereço <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>, p. 42, acesso em 21-02-2016.

183 Disponível em Helmut Kohl, "Zehn-Punkte-ProgrammzurÜberwindung der TeilungDeutschlands und Europas" ["Ten Point Program for Overcoming the Division of Germany and Europe"] (November 28, 1989), in Bulletin des Presse- und Informationsamtes der Bundesregierung [Bulletin of the Press and Information Office of the Federal

- O Tratado de Estado entre a RFA e a RDA e a criação de uma União monetária, econômica e Social (18 de maio de 1990)

Conhecido como "União econômica, monetária e social", este tratado foi negociado pelas duas Alemanhas em maio de 1990 e suas principais características são:

1) conversão de todos os pagamentos correntes a uma taxa de câmbio de M (M / DM), mantendo-se aproximadamente o poder de compra passado;

2) conversão de todas as reivindicações e passivos monetários em aberto em 2:1, com exceção de uma quota per capita de poupança, convertido em 1: 1;

3) adoção, por parte da RDA, da Economia de Mercado, baseada na economia privada;

4) introdução de um ambiente jurídico e regulamentar comum, com base nas leis da República Federal;

5) introdução das principais características das políticas sociais da Alemanha Ocidental, incluindo a negociação coletiva livre, aposentadoria integral, seguro médico e de desemprego, e participação dos trabalhadores nos órgãos da sociedade.[184]

A união política se deu por meio de pequenas alterações nas leis vigentes da República Federal. Assim, foi consolidada através de um acordo complementar[185] lavrado com EUA, Inglaterra, França e URSS, que garantia a Alemanha como território soberano.

A Agência de Tutela[186] criada pelo governo para coordenar todo o processo de compra, venda, desapropriação e afins, seria regida pelo artigo segundo dessa lei.

Government], November 29, 1989; reprinted in Volker Gransow and Konrad Jarausch, eds., Die Deutsche Vereinigung: DokumentezuBürgerbewegung, Annäherung und Beitritt [German Reunification: Documents on the Citizens' Movement, Rapprochement, and Accession]. Cologne: VerlagWissenschaftundPolitik, 1991, pp. 101-04. Disponível no endereço http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=223. Acesso em 04-02-2014

184 Disponível em Pohl, G., Economic Consequences of German Reunification: 12 months after the Big Bang. Washington DC, Policy Research Dissemination Center, 1991. p. 10. 1) conversion of all currents payments at an exchange rate of M (M/DM), roughly maintaining past purchasing power. 2) conversion of all outstanding monetary claims and liabilities at 2:1, except for a per capita quota of saving, converted by 1:1 3) Adoption, by the GDR, of a market economy, based on private property 4) Introduction of a common legal and regulatory environment, based on the laws of the Federal Republic 5) Introduction of main features of West Germany social policies, including free collective bargaining, comprehensive retirement, medical and unemployment insurance, and worker participation in company organs. (Tradução da autora)

185 Comumente conhecido como Tratado dois mais quatro.

186 Em alemão *Treuhandanstalt* conduziu a privatização da economia dos cinco novos estados. Nos primeiros anos da unificação, especialmente até 1993, foram registrados inúmeros golpes dados no sentido da compra de empresas da RDA com incentivo do governo a preços muito aquém do nível considerado de mercado. Esses compradores decretavam falência em pouco tempo e os valores recebidos eram empregados nas empresas dos antigos estados. Disponível em ZAWILSKA-FLORCZUQ, M. CIECHANOWICZ, A. One Country, Two Societies? Germany twenty years after reunification. Koszykova, 6a, warsaw, Polonia, 35, 1-76, 2011.

-***Tratado de Unificação (1 de julho de 1990)***

O tratado de unificação foi o resultado de intensas negociações entre a RDA e a RFA. Nele, foi revista a reorganização dos distritos administrativos da RDA em cinco estados federais [Bundesländer] que iriam aderir à RFA, nos termos do artigo 23 da Lei Básica. O tratado também dirigiu uma série de questões legais e financeiras resultantes da introdução de estruturas políticas, econômicas e sociais da República Federal nos novos estados orientais[187].

> Através do Tratado de Unificação entre a República Federal e a República Democrática, sancionado em 1º de julho de 1990, o marko alemão ocidental tornou-se a moeda oficial com o abandono do *Ostmark* pela RDA. Um mercado comum alemão foi criado com a remoção de todas as barreiras ao comércio entre os dois Estados, liberando o fluxo de bens, serviços e capitais entre ambos.[188]

Além das questões relativas à unificação, foi exaltado no preambulo que a unificação dos dois estados estava "*Buscando através da unidade alemã contribuir para a unificação da Europa e para a construção de uma ordem europeia de paz na qual as fronteiras não se dividem e que garante que todos os países europeus possam viver juntos num espírito de confiança mútua"*[189]. Mediante isso, é notório a troca imposta, principalmente pelos dois grandes europeus, Inglaterra e França, entre a unificação alemã e a condução da unificação europeia. A respeito, Helmut Kohl declarou que:

> […] por um lado, a intenção de respeitar a vontade da população da RDA, qualquer que ela fosse. Por outro lado, reconheceu que uma unidade alemã só seria possível "numa casa europeia". A unidade alemã e do continente eram, portanto, dois lados de uma mesma moeda.[190]

---

187 The Unification Treaty was the result of intense negotiations between the GDR and the FRG. It provided for the reorganization of the GDR's administrative districts [Bezirke] into five federal states [Bundesländer] em ZAWILSKA-FLORCZUQ, M. CIECHANOWICZ, A. One Country, Two Societies? Germany twenty years after reunification. Koszykova, 6a, warsaw, Polonia, 35, 1-76, 2011.

The Unification Treaty was the result othat would accede to the Federal Republic of Germany under the terms of Article 23 of the Basic Law. The treaty also addressed a myriad of legal and financial issues entailed in the introduction of the Federal Republic's political, economic, and social structures in the new eastern states. (Tradução da autora). Disponível em http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=78, acessado em 22-02-2016.

188 Berend. I, (org), A Transição para a Economia de Mercado. São Paulo, Editora Hucitec, 1998, p. 112

189 "Seeking through German unity to contribute to the unification of Europe and to the building of a peaceful European order in which borders no longer divide and which ensures that all European nations can live together in a spirit of mutual trust", Ibidem. (Tradução da autora)

190 Disponível em http://www.dw.com/pt/lapso-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-derrubou-muro-de-berlim/a-4866818, acessado em 22-02-2016

O Tratado de Unificação abrangeu diversas questões, desde o estabelecimento do feriado de 3 de outubro como Dia da Unidade Alemã, a questões relativas ao Trabalho, Assistência Social, Família, Mulheres, Saúde Pública e Proteção Ambiental. Esse Tratado foi complementar ao Tratado de Estado entre a RFA e a RDA e a criação de uma União monetária, econômica e Social, assinado em maio e, basicamente, reitera àquilo que fora decidido três meses antes.

- Tratado Dois Mais Quatro (12 de setembro de 1990)

Segundo Moniz Bandeira, as negociações entre os seis países – Estados Unidos da América, União das Repúblicas Socialistas Soviética, Inglaterra, França, República Federal da Alemanha e República Democrática da Alemanha - começaram em 14 de março de 1990, 4 dias antes das primeiras eleições livres na RDA.[191]

> Os ministros das Relações Exteriores dos seis Estados reuniram-se em Bonn, com o objetivo de equacionar, sob os aspectos internacionais, a questão da Alemanha, cuja reunificação, da forma como se configurava, acarretaria a modificação de toda a arquitetura política e militar e a ruptura do equilíbrio de forças, alcançado durante a Guerra Fria, nas relações Leste-Oeste. E as dificuldades para encontrar uma solução que atendesse às conveniências da URSS e contemplasse seus interesses de segurança se afiguravam insuperáveis. A maior consistia, principalmente, em resolver o *Status* internacional da Alemanha Reunificada e seu alinhamento no quadro das relações, Leste-Oeste, dado que a RDA pertencia ao Pacto de Varsóvia e a RFA, à OTAN, e os dois Estados até então desempenhavam papéis estratégicos na Guerra Fria. Os EUA, sobretudo, somente apoiavam a reunificação sob a condição de que a Alemanha unificada continuasse como membro da OTAN e não aceitavam sequer que adotasse um *status* semelhante ao da França, que se mantinha dentro daquela aliança sem participar de sua estrutura militar.[192]

As discussões referentes à soberania alemã, por meio desse tratado de estado entre os 6, só teve seu desfecho mediante promessas de ajuda financeira dada por Kohl, conforme citado anteriormente, além da confirmação da percepção de Gorbachev de que não conseguiria auferir grandes conquistas uma vez que já havia aberto mão da condução ativa dos países do bloco soviético. Adicionalmente,

191 Conforme Bandeira, L. A. M. A Política Exterior da Alemanha – 1949-1999. In: GUIMARÃES, S. (org), Alemanha: visões brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 2000. , 2000, p. 172.

192 Ibidem, p. 172-173.

pesou a adesão da população da RDA à causa da unificação, justificando que se afirme que o tratado envolveu não dois mais quatro países, e sim cinco mais um. Em seus artigos 1º e 3º ficou acertado que:

> Artigo 1: (1) A união Alemã deve incluir o território da República Federal da Alemanha, a República Democrática da Alemanha e Berlim por inteiro. As fronteiras externas devem ser as fronteiras entre Republica Federal da Alemanha e a República Democrática Alemã e deve ser definitivo desde o dia em que o presente acordo entrar em vigor. A confirmação da definitiva natureza das fronteiras da União Alemã é um elemento essencial para a pacificação da Europa (...). Artigo 3: (1) O governo da República Federal da Alemanha e a República Democrática Alemã reafirmam sua renúncia da manufatura, posse e controle sobre as armas nucleares, químicas e biológicas. Eles declaram que a União Alemã, também, vai abdicar desses compromissos. Em particular, direitos e obrigações oriundas do tratado de não proliferação de armas nucleares de 01 de julho de 1968 continuará a ser aplicada a União Alemã (...)[193]

Nos artigos acima citados, é explicitado que, mediante o tratado assinado, a soberania alemã se daria apenas ao seu território recém ordenado, com suas novas fronteiras geográficas, porém, isso não se daria por meio de fabricação de armamento nuclear.

Adicionalmente, ficou acordado que as forças de ocupação soviéticas seriam removidas do território da RDA até o ano de 1994, bem como que a única força militar a ocupar os cinco novos estados partiria da República Federal e de nenhum outro estado.

Por fim, foi encerrado o direito acertado no fim da Segunda Guerra Mundial das potências vencedoras, EUA, Inglaterra, França e URSS, sobre o território da Alemanha unificada no artigo 7º.

- Acordo Gorbachev-Kohl (nas montanhas do Cáucaso, entre 15 e 17 de julho de 1990)

Em julho de 1990, foi realizada uma reunião entre o representante soviético, Mikhail Gorbachev e o representante da Alemanha Federal, Helmut Kohl nas montanhas do Caúcaso, onde foi sacramentado um acordo em que a Alemanha unificada se comprometia em manter relações financeiras e políticas estreitas com a URSS após a consolidação da unificação dos dois estados.

193 Disponível em http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=176. Acesso em 19/11/2015 Article 1:(1) The united Germany shall comprise the territory of the Federal Republic of Germany, the German Democratic Republic and the whole of Berlin. Its external borders shall be the borders of the Federal Republic of Germany and the German Democratic Republic and shall be definitive from the date on which the present Treaty comes into force. The confirmation of the definitive nature of the borders of the united Germany is an essential element of the peaceful order in Europe. (…)

Article 3:(1) The Governments of the Federal Republic of Germany and the German Democratic Republic reaffirm their renunciation of the manufacture and possession of and control over nuclear, biological and chemical weapons. They declare that the united Germany, too, will abide by these commitments. In particular, rights and obligations arising from the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons of 1 July 1968 will continue to apply to the united Germany. (…) (tradução da autora).

Somente quando todas as tropas soviéticas deixassem o território dos cinco novos estados, ou seja, até o final de 1994, estes seriam incluídos na OTAN e ficou acordado entre eles que, a partir desse acordo, as unidades das *Bundeswehr,* as forças armadas alemãs, poderiam se manter nos cinco novos estados como força militar.

Enquanto as tropas da URSS não fossem retiradas em seu todo do território da RDA, as tropas dos EUA, França e Inglaterra também não o seriam do território da RFA. Bem como, a Alemanha unida não poderia produzir e/ou possuir armas nucleares permanecendo como membro do Tratado de não proliferação das mesmas.

Após a consolidação do acordo junto a URSS em julho de 1990, segundo Moniz Bandeira, foi estabelecido o acordo sobre o fim da ocupação do território germano-oriental e a manutenção da Alemanha unificada dentro da OTAN, assinado em setembro de 1990 pelo então representante da Alemanha, Helmut Kohl.

- Pacto de solidariedade I (16 de março de 1993)

Em março de 1993, foi assinado pelos representantes do governo federal, bem como dos 16 Länder que compunham a Alemanha, o chamado Pacto de Solidariedade I que entraria em vigor em 1995 e permaneceria até 2004. Este pacto visava substituir o Fundo de Unidade Alemã e promover a formação de vários fundos especiais do governo federal visando impulsionar o desenvolvimento dos cinco novos estados nos moldes de uma economia de mercado.

Adicionalmente, o pacto visava uma sobretaxa de solidariedade que incidiria sobre os antigos estados e a revisão do regime de equalização fiscal do Estado. Em 2001, foi negociado o Pacto de Solidariedade II que entrou em vigor em 2005, mediante o fim do Pacto de Solidariedade I, e terá validade até 2019.

Em 1995, segundo o Pacto, o financiamento dos cinco novos estados seria garantido mediante uma transferência de 55,8 bilhões de DetschMark entre o governo Federal e os novos estados. Desses, a construção de habitações abarcaria a maior parte do montante. O crédito para essas construções seria de 30 bilhões de DetschMark. Desses, 10 bilhões seriam usados para melhorar blocos de apartamentos

pré-fabricados com uma redução da taxa de juros de três pontos percentuais; para os restantes 20 bilhões de marcos, haveria uma redução da taxa de juros de dois pontos percentuais.[194]

No tópico 9 do Pacto pode-se observar:

> 9. No que diz respeito à introdução da sobretaxa de solidariedade de 7,5% em 1 de Janeiro de 1995, há um consenso de que está prevista uma componente social para além do montante de isenção. O imposto sobre a fortuna privada será aumentada, com um ajustamento do montante isento de 70.000 a 120.000 Marks. Há um consenso de que, como resultado, o governo federal terá um adicional de 28 bilhões de marcas à sua disposição em 1995.[195]

É preciso frisar que, os novos estados entrariam com montantes respectivos a sua capacidade de autofinanciamento estatal.

3.4 Desdobramentos

O sistema administrativo dos cinco novos Estados foi reformado para se adequar a economia de mercado. A administração vigente na RDA anteriormente foi totalmente desmembrada nos níveis Municipais, Estaduais e Federal, prevalecendo o modelo da República Federal[196].

O princípio geral para a adoção da propriedade privada foi de que, sempre que possível, os bens expropriados deveriam ser restituídos aos seus proprietários anteriores. Houveram algumas exceções:

> (a) a exclusão de restituição de imóveis desapropriados pelas forças de ocupação soviéticas durante 1945 - 1949 (incluindo propriedades agrícolas, expropriação durante a 1949 "reforma" da terra); (b) a compensação, ao invés da restituição, sempre que a propriedade tiver sido substancialmente alterada (por exemplo, construiu-se), ou tinham sido adquiridos por particulares de boa fé; e (c) a compensação, ao invés da restituição, sempre que a propriedade for necessária para "investimentos essenciais" (negócios, público, habitação), como certificado pelas agências de restituição de bens.[197]

194 Disponível em http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=3105, acessado em 17-02-2016.

195 Ibidem. 9. With regard to the introduction of the solidarity surcharge of 7.5% on January 1, 1995, there is agreement that a social component over and above the exempt amount is envisaged. The private wealth tax will be increased, with an adjustment of the exempt amount from 70,000 to 120,000 Marks. There is agreement that, as a result, the federal government will have an additional 28 billion Marks at its disposal in 1995. (Tradução da autora)

196 Em consequência, nos três primeiros anos de sua ocorrência, a produção da Alemanha Oriental foi reduzida à metade do nível de 1990 e 40% dos postos de trabalho desapareceram. (…) Os alemães orientais estão desapontados…, [são] tratados como cidadãos de segunda classe … seus esforços de toda vida falharam, e a economia do país que já chegou a ser a décima primeira entre os países altamente industrializados – encontra-se em ruínas. De acordo com BEREND. I, (org), A Transição para a Economia de Mercado. São Paulo, Editora Hucitec, 1998, p. 69

Quanto às propriedades do antigo governo da RDA, estas foram destinados aos vários organismos públicos da República Federal. Os serviços postais e de telecomunicações sofreram fusão e os imóveis do Estado foram transferidos para os governos locais para uma posterior privatização. Todo o resto, passou a ser de propriedade federal (Parques, florestas e afins).

Todo o passivo do governo da RDA foi transferido para a responsabilidade do governo federal e seria amortizado com a receita proveniente das privatizações das empresas estatais. Os programas de despesas federais foram expandidos para os cinco novos estados, além disso, foram acordados uma série de programas de despesas específicas[198] para os estados que faziam parte da antiga RDA.

Em relação à moeda, houve argumentação contrária à conversão de 1 Mark para 1 Deutsch Mark, por parte dos políticos, empresas e sociedade na Alemanha Federal. O argumento era de que, em anos anteriores, as relações cambiais entre a RDA e a RFA, principalmente, a nível de empresas e famílias, era de 40 Marks para 4 Deutsch Marks. Se a conversão de 1:1 fosse efetuada, oneraria empresas com dívidas até quatro vezes o valor real das máquinas e equipamentos importados. *As empresas industriais da RDA que produziam bens para mercados externos gastaram de quatro a dez marcos orientais nos custos de produção para ganhar marco ocidental nas exportações*.[199]

Na prática então, a conversão ficou da seguinte maneira: 1) salários, pensões, alugueis e outros foram convertidos de 1:1; 2) para todas as reivindicações anteriores dos empresários, a conversão se deu de 2:1; 3) os pagamentos correntes, foram convertidos de 1,8:1.[200] Além de, as poupanças alemãs orientais que somavam cerca de 175 bilhões de marko oriental foram convertidas sob a razão de 2:1, com isso, aproximadamente, 120 bilhões de markos ocidentais foram criados da noite para o dia.[201]

Para Pohl, em seu documento para o Banco Mundial:

---

197 De acordo com Pohl, G., Economic Consequences of German Reunification: 12 months after the Big Bang. Washington DC, Policy Research Dissemination Center, 1991., p. 14 (a) exclusion of property expropriated by Soviet occupation forces during 1945-49 from restitution (including agricultural estates, expropriation during the 1949 land "reform"); (b) compensation, in lieu of restitution, whenever property had been substantially changed (e.g., built up), or had been acquired by private citizens in good faith; and (c) compensation, in lieu of restitution, whenever property is needed for "essential investments" (business, public, housing), as certified by property restitution agencies (tradução da autora)

198 O maior exemplo desses programas foram os dois Pactos de Solidariedades. O primeiro, exposto nesse capítulo, entrou em vigor em 1994 e durou até 2005, o segundo entrou em vigor em 2005 e seguirá até 2019.

199 Berend. I, (org), A Transição para a Economia de Mercado. São Paulo, Editora Hucitec, 1998, p. 117

200 Informações contidas em POHL, G., Economic Consequences of German Reunification: 12 months after the Big Bang. Washington DC, Policy Research Dissemination Center, 1991.,, p. 10

201 Berend. I, (org), A Transição para a Economia de Mercado. São Paulo, Editora Hucitec, 1998, p. 116

> (…) um subsídio temporário para todos os investimentos em equipamentos (12% em 1991, 8% em 1992), os subsídios temporários de depreciações especiais, a inclusão em programas de apoio regional para investimentos industriais e de alta tecnologia do setor de serviços (até 23% dos custos de investimento, mas limitada pela dotações orçamentais); subsídios de até 90% para os investimentos em infraestrutura do governo local em negócios; programas de crédito a juros baixos para outros investimentos em infraestrutura local; programas de crédito a baixos juros para a modernização da habitação; e financiamento para a assistência ao crescimento de empresas de pequeno e médio. [202]

Antes do Tratado de União Econômica, Monetária e Social entrar em vigor, algumas mudanças já haviam sido feitas para permitir as atividades do setor privado, como por exemplo, a privatização de pequenas e médias empresas nacionalizadas em 1972 pelo então governo da RDA e a lei que converteu as empresas estatais em entidades independentes, pertencentes ao fundo do Estado denominado *Treuhandanstalt*.

Quanto às privatizações, as controvérsias se deram em torno da discussão sobre o âmbito e os meios da privatização, assim como no que tange a restituição aos antigos proprietários. Foram vendidas cerca de 5.772 empresas do total de 12.900. As mesmas foram entregues ao setor privado, outras 1.274 foram reprivatizadas, 307 entregues aos governos locais e liquidando 2.579. No total, 950 empresas permaneceram sob a administração da *Treuhandanstalt.*[203]

Haviam questionamentos sobre a idoneidade das transações envolvendo as privatizações, nesse sentido, foi criada uma comissão de inquérito no parlamento alemão a fim de investigar casos de corrupção. Em junho de 1993, houve 447 solicitações judiciais de casos de fraude, falsificação e corrupção envolvendo a empresa gestora.[204]

Alguns cidadãos da antiga RDA se queixaram de que a maioria das empresas foram adquiridas por empresários que transformaram as empresas em meras extensões das empresas ocidentais. Algumas medidas foram tomadas para auxiliar a adaptação das empresas ao novo contexto econômico:

> As restrições quantitativas temporárias sobre as importações de produtos agrícolas; direitos de importações temporárias sobre determinados bens de consumo duráveis;

---

202 Disponível em Pohl, 1991, p. 11. A reforma monetária teve consequências dramáticas para os balanços das instituições financeiras: uma parte substancial das suas responsabilidades foi convertido em 1: 1, enquanto quase todos os ativos foram convertidas em 2: 1, deixando o patrimônio líquido em negativo. Um "fundo de compensação" foi criado para cobrir perdas de valorização decorrentes da conversão de moeda, além de quaisquer deficiências para atender às regras de adequação de capital da Alemanha Ocidental para os bancos. Esses ativos são remunerados e serão amortizados durante um período de 40 anos.

203 Informações disponíveis em BEREND. I, (org), A Transição para a Economia de Mercado. São Paulo, Editora Hucitec, 1998, p. 126-127.

204 Ibidem, p. 130

> subsídios ao investimento de 12% para o primeiro ano e 8% para o segundo ano da união econômica; e uma redução do imposto sobre o valor acrescentado pela República Federal para a importação da RDA. [205]

Os financiamentos estatais foram estimados em 2% do PIB da Alemanha Federal, sem os novos Estados, em 1991, até um ano após a união. O deficit estatal foi projetado para alcançar no total cerca de 52 bilhões de Deutsch Marks, aproximadamente 20% do PIB. Dois terços desse deficit seria financiado por transferências provenientes da República Federal, sendo que a maior parte desse financiamento deveria se originar de um Fundo de Unidade Alemã, que proveria cerca de 115 bilhões de Deutsch Marks entre 1990 e 1994, e um terço, através de financiamento dos governos dos cinco novos Estados[206].

O programa de pensões foi fundido em 1991, assim como os seguros de saúde e contra acidentes, com taxas de serviços mais baixas que as praticadas nos antigos estados da RDA. Disposições especiais foram feitas para parciais demissões e aposentadoria antecipada. Desse modo, até o final de 1991, as empresas poderiam demitir trabalhadores que, em seguida, receberiam seguro desemprego. Foram propostos, para que não houvessem muitas demissões, que houvessem férias coletivas e acordos entre novos donos de empresas e os funcionários. Em caso de demissão de funcionário acima de 55 anos, inicialmente era para acima de 57 anos seriam efetuados pagamentos de 65% dos salários líquidos por um período de até 3 anos.

Juntamente a esse Tratado foi divulgada uma lei sobre a privatização e reorganização de propriedade pública (Lei de Tutela) em 17 de junho de 1990[207]. Essa lei nada mais era do que a base legal para o governo da RFA transformar a Economia de Estado dos cinco novos estados, numa Economia de Mercado aos moldes do seu novo país.

Nos primeiros anos da década, com os primeiros resultados que não corresponderam as expectativas dos alemães orientais, ressurgiram ideias extremistas e xenófobos por toda a Alemanha unificada. Em certo ponto, foi sugerido que o plano Morghentau do pós-guerra fosse implementado para transformar os cinco novos estados em área de recreação totalmente desindustrializada[208].

---

205 Ibid, p. 12. (…) temporary quantitative restrictions on imports of agricultural products; temporary import duties on certain consumer durables; investment subsidies of 12% for the first year and 8% for the second year of the economic union; and a reduction of the value-added tax in the Federal Republic for GDR imports.

206 Idem, p. 12

207 Disponível em http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=3100, acessado em 21-02-2016

208 De acordo com Berend. I, (org), A Transição para a Economia de Mercado. São Paulo, Editora Hucitec, 1998, p. 70

3.5 Conclusão

O que se pode afirmar em relação à unificação da Alemanha é que esta foi uma imposição da República Federal Alemã em relação a República Democrática e isso se deu mediante o projeto de integração econômica europeia. A unificação foi uma troca. A RDA seria anexada à Alemanha Federal e, por conseguinte, a Alemanha teria papel determinante no processo de unificação europeu. Tal viria a ocorrer posteriormente com o Tratado de Maastricht de 1992. Assim:

> Dizer que nada é historicamente inevitável seria responder de modo simplificado à questão sobre a inevitabilidade do colapso da RDA. Objetivamente, o que caracterizava a situação dos alemães orientais era que, à diferença de poloneses ou tchecos, por exemplo, o território que habitavam era cobiçado. As forças políticas e econômicas da RFA estavam interessadas em sua anexação, o que, na realidade, implicaria transportar o arcabouço jurídico e institucional e impô-lo sobre a área e a população incorporada.
> Para encontrar as razões profundas da queda da RDA de 1989-1990, é necessário que se retorne ao ponto de partida da criação dos Estados alemães e que se compreenda o desenvolvimento histórico do conflito interalemão. Ao mesmo tempo, é preciso compreender os fatores externos à RDA. Porquanto, no período final, não bastassem as dificuldades dos demais países do sistema socialista, os quais eram justamente os destinatários de dois terços da produção exportada da RDA, a própria guinada estratégica da RFA – o seu retorno à política de força de Adenauer – induziu decisivamente a aceleração do colapso. Nesse e em muitos aspectos teve êxito a RFA. Manteve-se economicamente incólume, e saiu ainda mais fortalecida na estrutura da OTAN, privilegiada por uma conjuntura internacional favorável.
> A unificação alemã foi saudada com otimismo pela grande maioria das forças políticas alemãs e produziu muita euforia na mídia internacional. Internamente, com exceção do Partido Verde e de grupos e partidos de esquerda, poucos ousaram expressar suas preocupações em relação ao futuro e questionar o ritmo e a forma que o processo assumiu[209].

O SPD, em especial, Oskar Lafontaine, principal representante do partido, assumiu uma postura dura diante da possibilidade de unificação da Alemanha no início da década, o partido solicitava uma unificação mais gradual e lenta, em contraposição ao que pretendia o Chanceler Kohl, além de criticar publicamente e enfaticamente o uso das Forças Armadas não somente para fins de defesa. Estes fatos, além de, ao longo dos anos, o partido ter perdido sua legitimidade internacional junto aos demais partidos sociais democratas, influenciou nos índices de votos menores para o SPD em comparação com o CDU-CSU.

---

209 Dosponível em Flach, E., Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 46, p. 31-49, jul./dez. 2009 , online <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>, p. 43

A crise na RDA foi de cunho social, econômico e político. O tripé que sustentava a proposta socialista ruiu juntamente com a legitimidade do socialismo soviético mediante a condução pró capitalista de Gorbachev desde o início de seu mandato. Quando o modelo de partido único não mais satisfazia as necessidades de uma sociedade complexa como a da RDA, este passou a ser questionado pela população quando incentivados pela mídia ocidental, bem como pelos reformadores soviéticos da base Gorbachevista.

Quando Moscou implementou a *Glasnost* e a *Perestroika*, a RDA perdeu um parceiro crucial. Ao contrário do efeito positivo que exerceu na economia soviética na década de 1970, com as sucessivas crises mundiais no preço do petróleo que trouxeram retornos enormes, a segunda alta do preço do petróleo, em 1979, atingiu a economia da República Democrática na sua fonte principal. O preço da matéria-prima essencial a economia da RDA não contribuía na manutenção da estrutura industrial e, com isso, a autossuficiência em alguns produtos, bem como a escassez de alimentos básicos.

A oposição à figura de Gorbachev era tamanha na URSS que, mediante manobras internas, ele não conseguiu prolongar seu mandato além de 1990-1. A unificação da Alemanha só foi possível em 1990 porque havia o apoio dos EUA e por falta de oposição por parte de Gorbachev que tinha um alto prestigio junto aos EUA e os países capitalistas. Manter a URSS e o bloco como um todo seria demasiadamente caro para as finanças soviéticas em frangalhos, então, mesmo sem apoiar a políticas Glasnost e Perestroika de Gorbachev, o partido comunista não tinha estabilidade para manter o Estado Socialista na URSS e não gozava de legitimidade para forçar a manutenção nos outros países do bloco.

Os antigos aliados do partido comunista soviético já não mais faziam questão de apoiar os partidos comunistas de outros Estados, até a ala mais conservadora do Partido, aquela que Hoenecker considerava adequada, não apoiava o governo do SED na Alemanha, haja vista a declaração de Alexander Yakovlev[210], "esse muro não é nosso. Nós não o construímos. É uma coisa da RDA.[211]"

210 Político e historiador soviético e membro do secretariado geral dos PCUS, ficou conhecido como membro da Glasnost. Mais informações disponíveis em http://web.archive.org/web/20051020010403/ http://www.theglobeandmail.com/servlet/story/RTGAM.20051018.wyakov1018/BNStory/International/

211 Pittmann apud Bandeira.

Capítulo 4. A Primeira Década Após a Unificação (1990 - 2000)

A sociedade alemã mudou. Os *Wessis*[212] não foram aqueles que assumiram a posição de vitoriosos no processo, eles também foram, de certa maneira, induzidos pelo movimento político apresentado no item 3.2. A unificação alemã não foi somente um processo de mudança interno, mas refletiu a transformação mundial das estruturas até então como estavam dadas. O Ocidente se unificou com o Oriente e as diferenças eram acentuadas e evidentes para os padrões capitalistas. Este capítulo estuda os primeiros anos pós-unificação, especificamente de 1990 a 2000. Ao final, apresentam-se alguns indicadores econômicos e considerações relativas aos mesmos.

4.1 Cenário Político e Social da República Federal da Alemanha

A própria definição do que seria ser alemão foi determinada na forma de lei, conforme se observa no artigo 116 da Lei Fundamental:

> (1) Para os efeitos desta Lei Fundamental e salvo disposição legal em contrário, é alemão aquele que detiver a nacionalidade alemã ou quem, de descendência étnica alemã, tenha sido acolhido como refugiado ou exilado do território do Reich alemão, com as fronteiras vigentes em 31 de dezembro de 1937, ou seu cônjuge ou descendente.
> (2) Pessoas que possuíam anteriormente a nacionalidade alemã e dela foram privadas, entre os dias 30 de janeiro de 1933 e 8 de maio de 1945, por motivos políticos, raciais ou religiosos, assim como os seus descendentes, recuperarão a seu pedido a nacionalidade alemã. Será considerada inválida a sua perda da nacionalidade, desde que essas pessoas tenham estabelecido o seu domicílio na Alemanha após o dia 8 de maio de 1945 e não tenham expressado desejo em contrário.[213]

Por influência da qualidade educacional do modelo da RDA, o acesso à educação se viu facilitado, em comparação ao que havia na RFA antes da unificação, após a união das duas Alemanhas, mais jovens adentravam o ensino superior. O tempo de estudo para concluir a graduação era mais alto

212 *Wessis* e *Ossis* eram os termos utilizados que a população da RFA e da RDA se refiam uns aos outros, eram utilizados como meio de depreciar um ao outro. Wessis refe-se ao povo da RDA e Ossis refere-se ao povo da RFA.

213 Disponível em https://www.btg-bestellservice.de/pdf/80208000.pdf, acessado em 05-04-2016

que na França e na Grã-Bretanha logo, o tempo para conseguir a independência financeira também era maior. Mulheres passaram a ser inseridas com intensidade no mercado de trabalho em profissões reconhecidamente masculinas, enquanto os homens passaram a se envolver mais na educação dos filhos.

Os maiores crimes eram cometidos por grupos, e desses, percentual relativamente grande de pessoas estava vinculado com a extrema direita, ou a extrema esquerda e isso se devia ao modo como fora conduzido o aprendizado sobre o processo que havia levado aos episódios das Segunda Grande Guerra, como o o holocausto judeu, na formação escolar[214].

O país passou por várias transformações em sua configuração territorial, mas, a partir de 1991, o sistema político, a moeda e a sociedade civil passaram a ser os mesmos em todo o então novo território nacional com a prevalência dos sistemas e instituições da RFA sobre a RDA que fora absorvida durante o processo conforme detalhado no capítulo anterior.

Após tal reconfiguração, os cidadãos, segundo o princípio da subsidiariedade[215], passaram a lidar quase que exclusivamente com as repartições estaduais e com as administrações municipais, que atuam em nome dos Estados[216], configurando um organização aparentemente mais descentralizada se comparada ao modelo anterior adorado, principalmente nos Estados da antiga RDA.

A estrutura política que se consolidou nos 16 Estados federados, após a unificação dos cinco Estados que compunham a República Democrática Alemã, passou a ser composta de três instâncias de poder organizadas.

O regime político atual da RFA passou a ser a Democracia Parlamentar, com a política de governo sendo ditada pelo seu chefe de governo e seus ministros. O chefe de governo não é o chefe da nação, ou seja, o segundo cargo é exercido pelo presidente (*Bundespräsident*) enquanto o primeiro fica a cargo do primeiro-ministro (*Kanzler, ou* Chanceler).

O Poder Judiciário alemão possui como órgão supremo o Tribunal Constitucional Federal da Alemanha, análogo ao Supremo Tribunal Federal Brasileiro. Composto em sua mais alta hierarquia por juízes federais – independentes e subordinados somente à lei – eleitos em partes iguais pelo

214 De acordo com Langutt, G., Em Busca de Seguridades: Los alemanes después de la reunificación. Buenos Aires: Konrad Adenauer Stifitung, 1996.

215 Princípio segundo o qual a intervenção do Direito Penal só se justifica quando fracassam as demais formas protetoras do bem jurídico previstas em outros ramos do Direito. Disponível em http://www.jusbrasil.com.br/topicos/293113/principio-da-subsidiariedade, acessado em 04-01-2016.

216 Disponível em http://www.tatsachen-ueber-deutschland.de/pt/o-sistema-politico/main-content-04/a-federacao.html , acessado em 19-11-2015.

Parlamento Federal e pelo Conselho Federal e que não podem pertencer a nenhuma das duas instituições no âmbito federal ou em seus estados de origem[217].

Em termos de Poder Legislativo, o Parlamento Alemão (*Bundestag*), compôs-se de 598 deputados que se organizam em bancadas, onde escolhem seu presidente. O Parlamento Federal tem a tarefa de eleger o chanceler federal. Da mesma maneira que têm o poder de eleger, os parlamentares também têm o poder de destituir qualquer chanceler eleito. Diferentemente de outras Democracias Parlamentares em que o chanceler é nomeado pelo Chefe de Estado, na Alemanha este cargo é passível de eleição. O *Bundestag* está localizado no *Reichstag* em Berlim e tem como principais tarefas, além de eleger o chanceler, legislar e controlar o governo[218].

Já o Poder Executivo, como citado anteriormente, segue o regime parlamentarista onde o Presidente Federal é o representante do país como Chefe de Estado e tem como função representar a Alemanha internacionalmente, além de nomear membros do governo, juízes e os funcionários públicos. É também sua função sancionar leis e, se for o caso, exonerar o governo, além de, em casos excepcionais, como foi o caso no verão de 2005, dissolver antecipadamente o parlamento[219]. O mandato do Presidente dura cinco anos, podendo ser reeleito pela Assembleia Nacional para mais uma oportunidade.

O chanceler eleito pelo *Bundestag* tem o direito de escolher os ministros e os chefes dos órgãos públicos importantes. É-lhe atribuído o poder de decidir o número de ministros e suas respectivas pastas, além de determinar as diretrizes da política de governo.

Os Partidos Políticos têm, de acordo com a Lei Fundamental, características de formação ligada à vontade política do povo.[220] Assim, espera-se que todos os partidos políticos se declarem a favor da democracia. Tal declaração é considerada importante para eliminar temores relativos ao totalitarismo da população, já que a antiga República Democrática Alemã havia sido propagandeada ao mundo, como sendo uma ditadura do SED (Partido Socialista Unificado).

O sistema partidário no Parlamento alemão está organizado da seguinte maneira: antes da unificação, predominava um sistema de três partidos (CDU-CSU, SPD e FDP), porém, com a

217 De acordo com a Lei Fundamental, artigo 94, p. 89.

218 Disponível em http://www.tatsachen-ueber-deutschland.de/pt/o-sistema-politico/main-content-04/o-parlamento-federal.html , acessado em 19-11-2015.

219 Disponível em http://www.tatsachen-ueber-deutschland.de/pt/o-sistema-politico/main-content-04/o-presidente-federal.html , acessado em 19-11-2015.

220 Disponível em http://www.tatsachen-ueber-deutschland.de/pt/o-sistema-politico/main-content-04/os-partidos-politicos.html , acessado em 19-11-2015.

dissolução da RDA e a consolidação do Partido dos Verdes, principalmente na década de 1980, passou a se observar um sistema de cinco partidos:

> 1- CDU/CSU – Partido União Democrata Cristã (CDU – *Christlich Demokratische Union*) e, sua ramificação na Baviera, União Social Cristão (CSU – *Christlich-Soziale Union*)[221].
> 2- SPD – Partido Social Democrata da Alemanha[222] (*Socialdemokratische Partei Deutschland*);
> 3- FDP – Partido Liberal Democrata[223] (*Freie Demokratische Partei*);
> 4 – Partido Verde[224] (*Bündinies 90/ Die Grünen*); e,
> 5 – O partido conhecido como A Esquerda[225] (*Die Linke*).

Os dois partidos mais populares eram o CDU/CSU e o SPD. Há ainda alguns partidos menores que, em 2006, por exemplo, receberam cerca de 0,1% do total de votos.

4.2 Primeiros Anos do Governo Kohl Pós-unificação (1990-1993)

A Alemanha unificada, com a adesão de cinco novos estados da antiga RDA, se tornou um dos três maiores países do continente com aproximadamente 360.000 quilômetros quadrados, quase 82 milhões de habitantes e um PIB de 1.463.561,9 trilhões de dólares em 1991[226].

Helmut Kohl conseguiu aquilo que Konrad Adenauer tentou quando chanceler, ou seja, elevar a República Federal ao posto de representante única e de direito do povo alemão.

Os movimentos políticos em torno desse processo deram a sobrevida necessária tanto à economia alemã, como a Kohl que já vinha de oito anos de governo e viu na unificação da RDA, a oportunidade para marcar sua passagem na chancelaria. Para Santos:

> O primeiro ministro alemão já era o último sobrevivente da equipe neoliberal que ocupou o poder na tríade (EUA, Europa e Japão) e de quase todo o mundo nos anos 80

221 Em sua maioria, o CDU/CSU é composto por profissionais liberais, comerciantes e empresários.
222 Este partido é aquele que mais se aproxima dos sindicatos em termos de políticas partidárias.
223 Composto principalmente de membros com maior poder econômico.
224 Fazem parte dos partidos europeus voltados para assuntos de teor ecológicos e é composto por membros de alto nível intelectual e de alta renda.
225 É a força política mais recente e este partido é mais solidificado e tem seu apoio principal nos cinco estados que compunham a antiga RDA.
226 Dados originais retirados de www.eurostat.com. Acesso em 21/11/2013.

> e 90. Na verdade, Kohl havia ganhado uma sobrevida devido a incorporação das duas Alemanhas, a partir de 1989.[227]

A unificação foi considerada como uma decisão política acertada para a maioria dos alemães, mas os orientais ainda cultivavam a ideia de que o socialismo era uma boa ideia, prova disso foi o percentual considerável de votos que obteve o partido herdeiro do SED, o PDS. O fracasso desse sistema era atribuído aos políticos que não souberam conduzi-lo. Em momentos de mudanças, os alemães prezam pelo conservadorismo e optam pelo conhecido[228]. Assim, se deu a eleição de Helmut Kohl para mais um mandato de chanceler. A influência Britânica e Norte-Americana ainda era visível nas eleições e não havia predominância de um só partido. No geral, os alemães orientais e ocidentais seguiram a mesma linha de raciocínio na hora do voto, com menor ou maior proporção, eles votaram bem parecido, os partidos que ganharam a maioria dos votos foram os mesmos nos dois lados então unificados.

Oskar Lafontaine, representante do SPD, que havia adotado uma posição contrária à unificação, e, portanto, declarava que tal processo era "a mesma mentira de sempre", não obteve o apoio necessário nos cinco novos estados para assumir o papel de líder do povo. Isto posto, a unificação alemã foi um processo dispendioso, que teve sua complexidade mascarada por interesses políticos e financeiros, tanto internos como externos. *As feridas da divisão eram mais profundas do que se esperava, pelo que curá-las também exigiu mais recursos do que previsto.*[229]

O Parlamento alemão, após a eleição que compôs a sua base em 1990, se reuniu em 1991 para votar a mudança da capital do país de Bonn para Berlim. Por uma estreita maioria de votos, a proposta foi aprovada e a Alemanha passou a ter suas instituições de volta à antiga capital, dando assim início ao que ficou conhecido como a República de Berlim, em 19 de abril de 1999. Essa cronologia pode ser acompanhada na tabela 4.1 a seguir.

---

227 Segundo Guimarães, Samuel Pinheiro (org.), Santos, Theotônio dos. *Alemanha: visões brasileiras.* Disponível em http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0064.pdf. Acesso em 27-01-2016.

228 De acordo com Langutt, G., Em Busca de Seguridades: Los alemanes después de la reunificación. Buenos Aires: Konrad Adenauer Stifitung, 1996.

229 Dirlmeier, U., GESTRICH, A., HERRMANN, U., HINRICHS, E., JARAUSCH, K. J., KLEßMANN, C., REULECKE, J. História alemã do século VI aos nossos dias. Lisboa: Edições 70, 2014. p. 412

Quadro 4.1: Da Unificação ao início dos anos 2000.

1990	3 de outubro: adesão da RDA à República Federal da Alemanha. 2 de dezembro: eleições para o Parlamento federal, vitória da coligação CDU-CSU-FDP, conquistando 397 de 662 lugares. Helmut Kohl mantén-se chanceler.
1991	17 de janeiro: primeira guerra do Iraque, sem participação militar direta da Alemanha. 8 de março: aprovação do programa Reconstrução do Leste. 21 de Dezembro: dissolução da URSS, fundação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI)
1992	7 de fevereiro: assinatura do Tratado de Maastricht.
1993	13 de março: acordo sobre a criação do pacto de solidariedade para financiamento da unificação. 29 de maio: ataque incendiário a uma casa em Soligen habitada por turcos.
1994	12 de julho: aprovação de missões do exército federal alemão (*Bundeswehr)* no estrangeiro pelo Tribunal Constitucional. 17 de junho: relatório final da comissão de inquérito sobre a ditadura do SED. 16 de outubro: eleições para o Parlamento Federal, vitória, por margem curta, da coligação CDU-CSU-FDP, conquistando 341 de 672 lugares. Helmut Kohl se mantém chanceler.
1995	1 de janeiro: adesão da Áustria, Suécia e Finlândia a UE. 26 de março: liberdade de circulação fronteiriça após a entrada em vigor do acordo de Schegen. 30 de agosto: intervenção do Exército federal alemão na Bósnia-Herzegovina.
1996	1 de janeiro: privatização dos correios da Alemanha (*Bundespost).*
1998	1 de janeiro: início da atividade do Banco Central Europeu em Frankfurt. 26 de março: aprovação no Parlamento Federal do alargamento da OTAN ao Leste. 27 de setembro: eleições para o Parlamento federal, vitória da coligação SPD-Verdes, conquistando 345 dos 669 lugares. Gerhard Schröder torna-se chanceler e Joschka Fischer ministro dos Negócios Estrangeiros.
1999	24 de março: participação do Exército federal alemão na guerra da OTAN contra a Sérvia com vista à pacificação do Kosovo. 19 de abril: abertura da sede do Parlamento federal (Reichstag) e mudança do governo para Berlim.
2000	18 de janeiro: demissão de Helmut Kohl enquanto presidente honorário da CDU por causa do escândalo em torno do financiamento partidário.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas informações de DIRLMEIER, U., GESTRICH, A., HERRMANN, U., HINRICHS, E., JARAUSCH, K. J., KLEßMANN, C., REULECKE, J. História alemã do século VI aos nossos dias. Lisboa: Edições 70, 2014, pp.414-415.

Uma característica positiva da unificação, se assim pode ser vista, foi o reconhecimento dos diplomas[230] e a integração nos sistemas de seguridade social. Sem essas duas situações, a inserção do trabalhador *Ossis*, bem como a sobrevivência básica da população dos cinco novos estados não seria possível no novo modelo econômico. Em 1992, a Europa deu mais um passo rumo a sua proposta da

230 Com a unificação, entre as poucas coisas que a RFA absorveu da RDA, foi em termos de educação. No momento da unificação, todos os diplomas, desde técnicos à de graduação e pós foram prontamente reconhecidos.

criação dos Estados Unidos da Europa com a assinatura do Tratado de Maastricht. A Alemanha unificada então abriria mão da sua moeda forte, o DeutschMark, para, juntamente com a França, ser a potência condutora das políticas a nível de União Europeia, mas, principalmente, ser o fio condutor da economia da Zona do Euro.

Enquanto isso, com sua formação neoliberal, Kohl permitiu que as "forças de mercado[231]" conduzissem a economia sem maior intervenção do governo, fator que viria a ser crucial nas eleições em que a CDU sofreria sua primeira derrota após 16 anos, em 1998.

Quando o governo se posicionou ante os resultados negativos da economia alemã, inicialmente as empresas dos antigos estados experimentaram um *boom*, pois o consumo aumentou vertiginosamente, com isso o desemprego nos cinco novos estados cresceu mais que a média do país, a atitude tomada pelo chanceler foi efetuar uma série de cortes nas políticas sociais, que viriam a ser potencializadas tanto no seu governo a partir de 1994, quanto no seu sucessor a partir de 1998, com Schröder.

4.3 Política Externa

Após a unificação, a Alemanha era o país mais populoso e com maior extensão territorial do bloco econômico europeu. Adicionalmente possuía um extenso mercado interno a serem demandados pela população dos cinco estados anexados. O chanceler alemão tratou de estreitar os laços entre Bonn e Paris, agora com interesses de política externa.

Os movimentos nessa direção fizeram com que, em 7 de fevereiro de 1992, fosse assinado o Tratado de Maastricht que transformava a Comunidade Econômica Europeia em União Europeia. A Alemanha tinha nas mãos o poder de comandar os direcionamentos tomados pela UE e seguir com a proposta de formação dos Estados Unidos da Europa, sendo o centro geográfico, econômico e político desse empreendimento.

Acordado em Maastricht, a União Europeia seria gerida por cinco órgãos principais, a saber: um Parlamento Europeu, um Conselho, uma Comissão, um Tribunal de Justiça e um Tribunal de Contas. O Tribunal de Justiça tem como função velar para que a legislação da União Europeia seja

231 São as forças que fazem com que as economias de mercado funcionem. Determinam o preço e a quantidade vendida.

interpretada e aplicada da mesma forma em todos os países do bloco e garantir que as instituições e os países da UE respeitem a legislação comum.[232]

Este tribunal é dividido em três órgãos, o Tribunal de Justiça, composto por um juiz de cada país da União Europeia e onze advogados gerais, o Tribunal geral, composto por um juiz de cada país da União Europeia, e o Tribunal de Função Pública, composto por sete juízes. Cada juiz e advogado é nomeado por um período de seis anos de duração , que pode ser renovado, caso seja da vontade dos seus respectivos países. Em cada jurisdição é escolhido pelos juízes um presidente que permanece no cargo por até três anos.[233]

A centralização de políticas monetárias e o advento da moeda única, da forma como foram organizados, favoreceram a Alemanha, com seu poderoso banco central (*BundesBank)* e, por sua vez, com a instalação posterior da sede do Banco Central Europeu em 1998 na cidade de Frankfurt, estavam criadas as condições para que o território alemão se consolidasse como potência do bloco.

O governo da CDU estava focado em duas linhas: 1) incentivar e promover a integração europeia; e 2) estreitar laços econômicos com países do leste, em especial com a Rússia *à qual concedera recursos superiores a 33 bilhões de DM, que adensaram as gestões diplomáticas no processo de unificação.*[234]

Após a conquista de sua soberania, a Alemanha modificou não só seu status interno, mas, e principalmente, externo. O principal exemplo disso é o direcionamento dado as *Bundeswehr*[235]. Ao longo dos anos 1980 e 1990, a República Federal da Alemanha foi solicitada a enviar suas tropas em diversas situações, como no Golfo Pérsico em 1987, na Namíbia em 1989, em 1990 no Kwait, e Camboja em 1992. Em algumas dessas oportunidades a RFA se absteu, pois conforme a própria Lei Fundamental do país rege, em seu artigo 87 a :

> Artigo 87 a
> [Forças Armadas]
> (1)A Federação organiza as Forças Armadas para a defesa. A sua força numérica e as diretrizes da sua organização dependem do plano orçamentário.

232 Disponível no endereço http://europa.eu/about-eu/institutions-bodies/court-justice/index_pt.htm, acessado em 05-01-2015

233 Ibidem.

234 De acordo com Bandeira, L. A. M. A Política Exterior da Alemanha – 1949-1999. In: GUIMARÃES, S. (org), Alemanha: visões brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 2000. , p. 180

235 Forças Armadas em alemão.

> (2) Fora das funções da defesa, as Forças Armadas só podem intervir nos casos em que a Lei Fundamental o permita expressamente.
> (3) Na vigência dos estados de defesa ou de tensão, cabe às Forças Armadas proteger objetos civis e executar tarefas de regulamentação do tráfego, desde que isso seja indispensável para o cumprimento da sua missão de defesa. Além disso, na vigência do estado de defesa ou de tensão, também pode ser atribuída às Forças Armadas a proteção de objetos civis em apoio a medidas policiais; nestes casos, as Forças Armadas atuam em cooperação com as autoridades competentes.
> (4) Para proteger contra um perigo iminente que ameace a existência ou a ordem fundamental livre e democrática da Federação ou de um Estado, desde que se verifica quem as condições previstas no artigo 91 §2 e não sendo sufi cientes as forças policiais e a Polícia Federal de Proteção das Fronteiras, o Governo Federal pode recorrer à Forças Armadas para o apoio da polícia e da Polícia Federal de proteção das fronteiras para proteger objetos civis e combater rebeldes organizados e armados militarmente. A atuação das Forças Armadas deve ser suspensa, se o Parlamento Federal ou o Conselho Federal o exigirem.[236]

A ambição principal de política externa da Alemanha era um assento permanente no conselho de segurança da ONU, que faria o país ascender e traduziria para o mundo o status de potência mundial.

4.4 Últimos Anos da Era Kohl (1994-1998)

Em 1994, passados os primeiros anos da unificação, Kohl conseguiu sua mais apertada vitória para o Parlamento alemão pós-unificação, nesta, que seria sua última oportunidade de ocupar o cargo de chanceler. Assim, apesar das resistências, venceu o pleito por uma diferença de dois votos em relação ao seu oponente, o candidato do SPD, Rudolf Scharping.

Uma possível justificativa para esse resultado tão apertado pode ser atribuído à sua campanha ferrenha em prol da unificação e das promessas feitas à época da mesma. Assim, esperava-se que após três anos de unificação, os indicadores econômicos dos novos Estados apresentassem os mesmos patamares dos antigos Estados, o que não aconteceu.

A população que saiu às ruas para reivindicar reformas em 1989, não estava mais tão esperançosa de que as promessas de Kohl fossem de fato se concretizar. Essa descrença ficou evidenciada quando, em 1993, um levantamento mostrou que 85% dos habitantes da antiga República Democrática Alemã, e 71% daqueles que viviam no território da República Federal da Alemanha, ainda tinham interesses conflitantes[237]. Essas pesquisas faziam suscitar dúvidas se a derrubada do muro físico

236 Lei Fundamental, p. 77. Disponível em https://www.btg-bestellservice.de/pdf/80208000.pdf, acessada em 26-01-2016.
237 Conforme Kitchen, M. A História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje, Cultrix, São Paulo, 2013. p. 558

havia sido suficiente para eliminar seu significado nas mentes da população dos dois lados. Como resultado, essas divergências fortaleciam, mais uma vez, o nacionalismo e o ressentimento em todos os Estados.

O novo governo Kohl deu início ao desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social que fora um dos diferenciais da economia alemã ao longo do seu governo pretérito. Desse modo, o chanceler iniciou um processo que ficaria conhecido como a "demolição social"[238].

Uma de suas principais marcas era o respaldo dado pelo governo quanto à participação dos sindicatos no âmbito decisório das empresas. Estes davam maior estabilidade ao mercado de trabalho alemão, diferentemente do que ocorria em outros países como EUA e Inglaterra. Assim, no processo de demolição social, entre outras medidas, Kohl diminuiu os prazos do aviso prévio aos funcionários de empresas pequenas. Outro ponto sensível foi o aumento da idade para as aposentadorias, bem como a redução dos auxílios para desempregados e pensionistas.

Tais mudanças causaram insatisfação dos trabalhadores, houve mobilizações em todo o país, e a oposição ao governo no *Bundestag* trabalhou para bloquear a reforma tributária proposta por Kohl.

As medidas fizeram com que o SPD, em oposição ao governo da coligação CDU-CSU-FDP, de Kohl, se manifestasse contra as ações arquitetadas pelo governo e o assunto teve que ser avaliado pela Suprema Corte de Justiça:

> Tais ações militares, fora da área da OTAN, geraram enormes controvérsias, com o SPD a acusar o governo de Kohl de violar a Constituição. Entretanto, em 12 de julho de 1994, o *Bundesverfassungsgericht*, a Suprema Corte de Justiça, decidiu que a participação em missões multilaterais de paz não fora incompatível com os dispositivos da Lei Fundamental.[239]

Essa brecha aberta com a decisão da Suprema Corte permitiu que a política externa alemã contasse com mais um elemento, as Forças Armadas. Assim, a partir desse momento, estas passaram a ser utilizadas como instrumento ativo, fazendo com que o país retomasse a sua vocação militar, abandonando os anos de utilização das Forças Armadas como instrumento de defesa do seu território. Essa mudança exigiria investimentos não só na manutenção, mas também no aparelhamento das forças armadas. Os custos aumentariam na medida em que a ação externa das mesmas fosse acionada o que pode ajudar a explicar a tendência de crescimento do déficit das contas públicas.

---

238 Idem, p. 562.

239 Segundo Bandeira, L. A. M. A Política Exterior da Alemanha – 1949-1999. In: Alemanha Visões Brasileira, p. 184

Embora o discurso fosse de utilização das *Bundeswehr* como instrumento de defesa dos direitos humanos, a atuação destas poderia ir além do intuito inicial e suscitaram temores principalmente nos países do Terceiro Mundo. Segundo Moniz Bandeira:

> (…) o propósito aparentemente foi apresentar a Alemanha reunificada como potência mundialmente responsável, com a imagem contraposta àquela que o Terceiro Reich projetara. Essa doutrina, limitando a soberania nacional e admitindo a intervenção militar em outros Estados, a pretexto de defender direitos humanos ou prestar ajuda militar de intervenção, foi defendida também por líderes de outras potências ocidentais, e gerou enormes suspeitas e apreensões, nos países do Terceiro Mundo, sobretudo na América Latina, dado que a soberania nacional, conforme Rui Barbosa, em 1907, sustentara durante a Conferência de Haia "*est la base de tout le système de as defense juridique dans la sphère du droit des gens*", e sua violação, a pretexto de defender os direitos humanos e prestar ajuda humanitária, poderia justificar intervenção militar em Estados mais fracos, encobrindo desígnios imperialistas das grandes potências.[240]

Em síntese, o uso indiscriminado das Bundeswehr, os cortes no tocante ao Estado de Bem-Estar Social, somados ao desempenho insuficiente das variáveis econômicas frente às expectativas criadas quando da campanha pró-absorção da RDA foram determinantes para a derrota da CDU-CSU nas eleições de 1998.

4.5 O Retorno da Social Democracia e o Primeiro Governo Schöreder (1998-2003)

O partido SPD[241], defensor da Social Democracia na Alemanha, e principal concorrente da CDU-CSU na primeira metade da década de 1990, venceu as eleições para chancelaria em 1998, retirando Helmut Kohl do cargo após 16 anos. No início da década, o apoio popular foi perdido em função da posição que o partido adotara em relação à unificação alemã, bem como sobre a ampliação da atuação das Forças Armadas fora das fronteiras.[242] Este último ponto, em especial, fez com que o partido obtivesse um baixo número de assentos no Parlamento Federal nas eleições do início, e do meio da década, como se pode verificar na Tabela 4.1.

---

240 Ibidem, p. 184-5.

241 É um dos maiores partidos políticos da Alemanha e principal concorrente da coligação CDU-CSU.

242 O SPD, em especial, Oskar Lafontaine, principal representante do partido, assumiu uma postura dura diante da possibilidade de unificação da Alemanha no início da década, o partido solicitava uma anexação mais gradual e lenta, em contraposição ao que pretendia o Chanceler Kohl, além de criticar publicamente e enfaticamente o uso das Forças Armadas não somente para fins de defesa. Estes fatos, além de, ao longo dos anos, o partido ter perdido sua legitimidade internacional junto aos demais partidos sociais democratas, influenciou nos índices de votos menores para o SPD em comparação com o CDU-CSU.

Tabela 4.1: Composição do Parlamento alemão por partido, nas eleições de 1990, 1994 e 1998.

Data das Eleições	02-12-1990	16-10-1994	27-09-1998	Taxa de Variação (%)
CDU/CSU (%)	43,80 %	41,50%	35,10%	-19,86%
SPD (%)	33,50%	36,40%	40,90%	22,09%
FDP (%)	11,00%	6,90%	6,20%	-43,64%
Os Verdes (%)	3,80%	7,30%	6,70%	76,32%
PDS/A Esquerda (%)	2,40%	4,40%	5,10%	112,50%

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações das páginas 428 do livro DIRLMEIER, U., *et all*.. História alemã do século VI aos nossos dias. Lisboa: Edições 70, 2014.

No entanto, nas eleições de 1998, a situação se alterou. O candidato à Chancelaria pelo partido SPD foi Gerhard Schröder, concorrendo como oposição à coligação CDU-CSU, do então Chanceler Kohl. No entanto, um dos responsáveis pela política externa da Social-democracia, Gunter Verheugen, declarou que, caso o partido fosse vitorioso, não modificaria em grande proporção as linhas de política organizadas por Helmut Kohl nos 16 anos em que foi Chanceler[243]. As mudanças seriam voltadas para solucionar os problemas de estagnação econômica que a Alemanha passava no período final da Era Kohl. Deste modo, segundo a oposição, o modelo econômico adotado não mais satisfazia a concorrência internacional e exigia redirecionamento. Tal posicionamento deve ter acalmado as dúvidas da comunidade internacional e, em especial, dos parceiros da União Europeia.

Adicionalmente, para reforçar tal entendimento e apoio, nos discursos para as eleições de 1998, o SPD se posicionou favoravelmente ao alargamento das relações econômicas com os países do leste, bem como a instauração da moeda europeia (EURO) respeitando o cronograma previamente determinado. O fato de se posicionar favoravelmente aos acordos previamente assinados pelos países membros da União Europeia, proporcionou o apoio externo necessário à vitória nas eleições.

Confirmando as expectativas, Kohl e sua coligação CDU-CSU-FDP perderam as eleições para o Parlamento Federal de 1998, com o SPD de Schröder conseguindo a maioria no *Bundestag* por 5,8 pontos percentuais. A Social-democracia retomava a maioria no Parlamento em sua coligação com os Verdes, que conseguiram auferir 6,7% dos votos totais. Destaca-se o crescimento obtido pelo partido A Esquerda/PSD, remanescente do Partido Socialista Unificado da Alemanha, o SED da RDA, que mais do que dobrou a quantidade de cadeiras no Parlamento em relação à eleição de 1990. O diferencial

243 Conforme Bandeira, L. A. M. A Política Exterior da Alemanha – 1949-1999. In: GUIMARÃES, S. (org), Alemanha: visões brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 2000. , p. 191.

dessa eleição foi, sobretudo, os votos dos cinco novos Estados que, insatisfeitos com a elevada taxa de desemprego, deram ao SPD um voto de crédito.[244]

Diferentemente do que ocorreu em 1994, quando a população dos cinco novos Estados elegeu Kohl, representando a CDU-CSU-FDP, em 1998, a oposição foi favorecida, tanto em relação ao SPD como ao Partido a Esquerda, que teve nas eleições de 1998 a primeira oportunidade de emergir ao Bundestag.

Ainda na Tabela 4.1., observa-se que durante a década de 1990, houve perda de força, não só do CDU-CSU, mas também do FDP que, ao defender Kohl nas eleições anteriores, acabou perdendo força em 1998. Além do crescimento de 112,5% nos assentos obtidos pelo partido A Esquerda, os Verdes também cresceram cerca de 76% no período.

Schröder seria responsável pela transferência de capital de Bonn para Berlim, fato que para alguns facilitaria a integração europeia, uma vez que Berlim é o centro geográfico da União Europeia.

A coalizão SPD-Verdes, que fez sucesso no período que antecedeu a eleição para a chancelaria, posteriormente não estaria mais em conformidade com seus aliados. As divergências não se davam apenas no que diz respeito às questões de cunho ambiental, com destaque para o uso indiscriminado de energia nuclear. A discórdia reinava no âmbito fiscal com as propostas do governo de aumento de impostos, como os incidentes no consumo de combustíveis e energia elétrica. Tais aumentos podiam até se justificar como medidas de preservação do meio ambiente, mas tornariam o custo de vida ainda mais oneroso para a população. Assim, foi estabelecido um acordo entre Sociais Democratas e Verdes. Segundo Kitchen:

> O governo de coalizão, com Joschka Fischer como ministro das Relações Exteriores, o tradicional gabinete do parceiro menos importante, e outro Verde, Jürgen Trittin, como ministro do meio ambiente, concordou com um plano moderado intitulado "Aliança para o Trabalho e Treinamento". O plano prescrevia a cooperação entre o governo, os sindicatos trabalhistas e os funcionários, uma grande reforma tributária, uma "taxa de ecologia" e a ênfase na educação e na pesquisa, bem como um plano transparente para interromper o uso de energia nuclear. Os Verdes também concordaram que as forças armadas poderiam ser usadas para dar apoio a medidas do Conselho de Segurança da ONU, desde que essas medidas estivessem em conformidade com a Lei Fundamental.[245]

244 Idem, p. 194.

245 De acordo com KITCHEN, M. A História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje, São Paulo, Cultrix, 2013. p 563.

Em relação à política externa, em algumas ocasiões durante a década de 1990, a Alemanha foi solicitada a participar de intervenções militares em outros países como, por exemplo, ainda em 1998, quando a OTAN decidiu intervir na guerra entre a Sérvia e Kosovo. Dessa vez, ao contrário do ocorrido em 1991 – em que se absteve de enviar forças militares em apoio aos EUA na primeira Guerra do Kuwait – o país enviou um contingente militar de apoio às Forças da ONU.

Na época, mais de 50% da população se declarou favorável ao envio das Forças Armadas alemãs, abandonando de vez os princípios exclusivos de autodefesa e de missões de paz que estavam estipulados nos documentos que haviam permitido a unificação. Embora houvesse grande apoio da imprensa e da população, alguns companheiros de partido, bem como parte da oposição, criticaram duramente a posição de Schröder. Além disso, a Alemanha foi para a guerra sem a sanção da ONU, já que na votação ocorrida no Conselho de Segurança, a operação havia sido vetada pela Rússia.[246]

Ainda em 1999, alguns fatores adicionais modificaram a retomada na popularidade do SPD junto ao seu eleitorado. Tanto o SPD quanto o CDU enfrentavam problemas internos. O SPD passava por divergências de opiniões entre a sua coligação com os Verdes. Enquanto isso, no CDU, problemas provenientes de recebimentos indevidos e não declarados de contribuições para as campanhas de Kohl, fizeram com que este tivesse que pagar multa e fosse afastado da atuação política pela secretária do partido à época, Angela Merkel.

4.6 Ambiente Econômico (1990 - 2000)

Esse item tem por objetivo expor as principais variáveis, tanto das contas do governo quanto da conta das famílias, do país unificado. Assim, pretende-se mostrar qual foi o incremento que teve sobre os indicadores a união dos cinco novos estado que compunham a antiga RDA na última década do século XX. Destaca-se que a indisponibilidade de alguns dados nas fontes oficiais, especialmente para o ano de 1990, ano da união econômica, social e monetária, tornou impossível a inclusão desse ano nas séries estudadas.

246 Idem, p 565.

Salienta-se que, para os demais anos, permanece a metodologia utilizada nos capítulos anteriores em que buscou-se trabalhar com porcentagem do PIB, números índice e taxas de variação das variáveis apresentadas para facilitar a análise e interpretação das mesmas.

População, produto e distribuição de renda

De acordo com a tabela 4.2, é possível verificar que o número total de pessoas no conjunto dos Estados que a partir de 1990 passaram a formar a Alemanha deu um salto. Em 1989, ano em que houve a derrubada do muro de Berlim, e período decisivo para a consolidação da ideia de unificação dos dois Estados, a população da RFA era de 61,715 milhões de pessoas e da RDA 16,675 milhões.

Ao longo de toda a década, o aumento na população alemã foi moderado. Se comparados os anos de 1990 e 1999, tal crescimento foi em torno de 2.924.180. Só houve decrescimento nesse número entre os anos de 1997 e 1998, que pode ter ocorrido devido a um fluxo migratório em direção ao leste europeu e a países com maior oferta de trabalho.

Tabela 4.2: População em 1 de janeiro incluindo o antigo território da RDA em milhares de indivíduos, 1990 a 1999

		1990	**1991**	**1992**	**1993**	**1994**
Alemanha		79.112.831	79.753.227	80.274.564	80.974.632	81.338.093
		1995	**1996**	**1997**	**1998**	**1999**
Alemanha		81.538.603	81.817.499	82.012.162	82.057.379	82.037.011

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Base de dados http://ec.europa.eu/eurostat/data/database, acessado em 11-02-2016.

O Produto Interno Bruto alemão, cresceu de uma forma menos constante que na década anterior. Se observada a tabela 4.4, pode-se perceber que em toda a década não houve nenhum ano com variação negativa, se observada a Alemanha como um todo. Os valores brutos constantes na tabela 4.3 auxiliam a compreensão da capacidade de produção da economia alemã na década.

Tabela 4.3: Produto Interno Bruto em milhares de euros, 1991 a 2000

	1991	**1992**	**1993**	**1994**		**1995**
Alemanha	1506669,6	1641212,2	1766107,9	1860062,4		1982061,1
	1996	**1997**	**1998**	**1999**		**2000**
Alemanha	1973016	1958532	2004600,1	2064880		2116480

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Base de dados http://ec.europa.eu/eurostat/data/database, acessado em 05-02-2016.

Em termos de taxa de variação, medida que propicia uma comparação entre os anos de maneira mais clara, pode-se observar que no início da década, a Alemanha manteve seu crescimento em níveis altos. Assim, entre 1991 e 1994, o crescimento do PIB figurou sempre acima dos 5%, fator que evidencia o benefício dos primeiros anos de unificação para a produção de bens e consumo no território nacional.

A partir de 1995, o PIB inicia um período de decrescimento, fator que contribuiu para os questionamentos ao governo do chanceler Kohl, que se encaminhava para o término, em 1998.

Tabela 4.4: Taxa anual de Variação percentual do PIB, 1991 a 2000

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Taxa de variação 1991-2000
%	8,93	7,61	5,32	6,56	(0,46)	(0,73)	2,35	3,01	2,50	2,99	140,34

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Base de dados http://ec.europa.eu/eurostat/data/database, acessado em 05-02-2016. (*) valores entre parêntesis representam variações negativas.

Em termos de distribuição de renda, é possível perceber, observando a Tabela 4.5, que, em média, o desempenho dessa variável, se comparada com a década anterior, foi significativamente menor.

Tabela 4.5: Taxa de variação percentual do PIB per capita, 1991 a 2000

		1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Taxa de variação 1991-2000
%		8,22	6,68	4,85	6,30	(0,80)	(0,97)	2,30	3,03	2,34	2,87	36,35

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Base de dados http://ec.europa.eu/eurostat/data/database, acessado em 05-02-2016. (*) valores entre parêntesis representam variações negativas.

Se for feita a comparação somente com o antigo território da RFA, é possível notar que, em toda a década de 1980, as variações anuais foram positivas, em contraposição, em dois anos da década analisada nesse capítulo, a saber 1995 e 1996, foram observados desempenhos negativos.

Investimento

Quanto à variável Investimento, a variável a ser considerada é a formação bruta de capital fixo, a ser observada na tabela 4.6.

Tabela 4.6: Formação Bruta de Capital Fixo como porcentagem do PIB, 1991 a 2000

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Variação % 1991-2000
Alemanha	24,9%	25,1%	23,9%	24%	23,4%	22,8%	22,5%	22,6%	22,9%	23,2%	(6,83%)

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Base de dados http://ec.europa.eu/eurostat/data/database, acessado em 05-02-2016. (*) valores entre parêntesis representam variações negativas.

Os investimentos que encerraram a década de 1980 com uma variação positiva de 36,33% se considerado todos os estados, tanto da RDA, como da RFA, para a década de 1990 sofreu um decrescimento de 6,83%. Foi encontrada uma correlação linear entre as variações percentuais da Formação Bruta de Capital Fixo e do crescimento do PIB da ordem de 85,84%, indicando a relação estreita entre essas duas variáveis[247]. Isso significa dizer que, a intenção de investimento estava diretamente ligado ao comportamento do produto interno bruto do país.

Em 1989, o investimento foi de 20,16% do PIB para o território da RFA, vale ressaltar que foi 5% menor que o da RDA, e no ano de 1991, com o incentivo governamental no tocante a transformação da economia dos cinco novos estados em economia de mercado, essa porcentagem teve uma elevação de aproximadamente 4% e se manteve mais elevado que em toda a década anterior.

Consumo

Analisando-se o Consumo, tanto público, como privado, é possível observar o desempenho dessa variável na tabela 4.7.

247 Valores-P das estatísticas-t e F abaixo de 5% de risco de confiança, para uma equação linear do tipo:
Y = 2,370518 + 0,685756*I, em que Y = variação percentual da renda nos dados observados e I – variação percentual do investimento nos dados observados. R-Quadrado Ajustado de 85,84%, para um total de dez observações.

Tabela 4.7: Consumo Público e Privado na Alemanha como porcentagem do PIB, 1991 a 2000

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Taxa de variação 1991-2000
Consumo											
total	74,9%	75,6%	76,3%	76,0%	75,8%	76,4%	76,0%	75,3%	75,8%	75,8%	74,8%
Consumo											
Privado	55,0%	55,1%	55,8%	55,4%	55,1%	55,7%	55,6%	55,1%	55,4%	55,6%	54,6%
Consumo											
do Governo	18,5%	19,0%	19,1%	19,1%	19,1%	19,4%	19,0%	18,8%	18,9%	18,7%	17,7%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Base de dados http://ec.europa.eu/eurostat/data/database, acessado em 11-02-2016.

Ao contrário do que ocorreu na década de 1980, se observado a Alemanha como um todo, onde o consumo total teve uma redução de 9,82%, para a década de 1990, os valores apresentaram quase uma constante. Oscilaram para mais em alguns anos, para menos em outros, tanto que a variação 1991-2000 foi positiva em 74,8%.

O consumo das famílias, também se manteve em torno dos 55% e acompanhou a variação total, ficando em torno de 54,6%, assim como o consumo do governo que variou 1,08%.

Com a anexação dos cinco novos estados, o consumo na Alemanha não apresentou variação negativa para a década, ao contrário do ocorrido na variação 1980-89, que pode ser observada na tabela 1.6. Isso pode ser explicado pela abertura dos mercados do antigo bloco soviético, mercado amplamente explorado na década de 1990 por empresas alemãs, tanto como pela maior abertura comercial proporcionada pela assinatura do Tratado de Maastricht, em 1992, que estabeleceu a União Europeia.

Comércio Exterior

A análise de comércio exterior se faz importante, pois a economia alemã ficou mundialmente conhecida, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, como quase que exclusivamente pelo papel de exportadora de bens de consumo duráveis e de tecnologia. Para tanto, seguem as tabelas 4.8, 4.9 e 4.10 com dados referentes a esse segmento.

Tabela 4.8: Comércio Exterior Alemão como porcentagem do PIB, 1991 a 2000

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Variação % 1991-2000
Importações (1)	24,2	22,8	20,3	20,9	21,5	22,1	24,2	25,1	26,3	30,6	26,45
Exportações (2)	23,7	22,3	20,4	21,1	22,0	22,9	25,4	26,5	27,0	30,8	29,96
Termos de Troca (1)\(2)	1,0169	1,0234	0,9968	0,9906	0,9787	0,9641	0,9534	0,9499	0,9736	0,9935	-
Saldo da Balança Comercial	(0,5)	(0,5)	0,1	0,2	0,5	0,8	1,2	1,4	0,7	0,2	-

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Base de dados http://ec.europa.eu/eurostat/data/database, acessado em 05-02-2016. (*) Valores entre parênteses representam saldo deficitário da Balança Comercial.

A Balança Comercial alemã, seguiu o movimento da década de 1980 e registrou, em 1991 e 1992, deficit de 0,5 do PIB daqueles anos. A partir de 1993, foi superavitária em todos os anos seguintes. Isso significa que as exportações alemãs superaram as importações.

A variação percentual nas exportações para a década foi menor que a registrada para 1980-89. Na década de 1980, o incremento foi de 80,3%, enquanto que para a década de 1990, foi de 29,96%. Essa variação menor também pode ser observada quanto as importações, enquanto na década passada foi de 46,8%, para a analisada agora foi de 26,45%.

Em relação aos termos de troca, estes foram um pouco mais da unidade nos dois primeiros anos da década, acompanhando a tendência da década anterior para a RFA, o que significa dizer que, mesmo após a unificação e a anexação dos cinco novos estados, a economia alemã seguiu o seu ideal de país exportador.

A combinação de ampliação da participação do comércio exterior com queda no valor dos termos de troca é muito tênue para sugerir deterioração dos termos de troca, mas merece comentário. É provável que a expansão das forças produtivas causada pela unificação tenha favorecido a divisão do trabalho e aquecido a produção para o comércio exterior e a demanda por importações, ao mesmo tempo. O resultado é a leve desvalorização dos termos de troca combinada com o aumento da participação do setor externo na composição do produto e da demanda agregados.

Tabela 4.9: Fluxo Comercial por parceiro comercial em total de transações, anos selecionados

1990	1992	1994	1996	1998
França (12,72%)	França (12,63%)	França (11,09%)	França (10,82%)	França (10,82%)
Itália (9,02%)	Itália (8,99%)	Reino Unido (7,79%)	Reino Unido (7,91%)	EUA (9,21%)
Reino Unido (9,32%)	Holanda (7,99%)	EUA (7,62%)	EUA (7,39%)	Reino Unido (8,36%)
Holanda (8,10%)	Reino Unido (7,54%)	Itália (7,37%)	Itália (7,37%)	Itália (7,24%)
Bélgica-Luxemburgo (7,22%)	Bélgica-Luxemburgo (7,14%)	Holanda (7,36%)	Holanda (7,29%)	Holanda (6,69%)
EUA (7,11%)	EUA (6,15%)	Bélgica-Luxemburgo (6,55%)	Bélgica-Luxemburgo (6,12%)	Bélgica-Luxemburgo (5,52%)
Suíça (5,73%)	Áustria (5,83%)	Áustria (5,62%)	Áustria (5,64%)	Áustria (5,32%)
Áustria (5,62%)	Suíça (5,05%)	Suíça (5,11%)	Suíça (4,63%)	Suíça (4,38%)
Espanha (3,55%)	Espanha (4,06%)	Espanha (3,13%)	Espanha (3,58%)	Espanha (3,97%)

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Base de dados http://wits.worldbank.org/country-analysis-visualization.html, acessado em 12-02-2016.

Na tabela 4.9, é possível observar para quais países a Alemanha mais exportou nos anos selecionados da década de 1990. Em suma, a ordem de parceira comercial praticamente se manteve, alternando apenas a porcentagem de um ano para outro. A mudança em termos de total de transações é principalmente observado para os EUA que em 1990 e 1992 não estava entre os nove principais parceiros comerciais da Alemanha e em 1994 já aparece na terceira posição. Outro ponto a citar é o aparecimento da Itália, a partir de 1994, como quarto principal parceiro comercial alemão, isso pode ser explicado pela assinatura do Tratado de Maastricht, em 1992, que criou a União Europeia.

A França, que encabeça a lista em todos os anos, importou menos produtos alemães no final da década do que o fez no início, em 1990. Somente em 1998, um país fora da Europa ocupa o segundo lugar nas exportações alemãs, os EUA com 9,21% do total. No geral, os principais países exportadores de produtos alemães na década de 1990, foram países europeus, com exceção dos EUA, para todos os anos analisados.

Tabela 4.10: Exportações alemãs por produtos em porcentagem do total de transações, 1990 a 1999

1990	1991	1992	1993	1994
Máquinas e eletricidade (29,47%)	Máquinas e eletricidade (29,70%)	Máquinas e eletricidade (29,09%)	Máquinas e eletricidade (29,23%)	Máquinas e eletricidade (29,64%)
Transporte (17,53%)	Transporte (16,95%)	Transporte (12,92%)	Transporte (16,04%)	Transporte (17,20%)
Variados (9,96%)	Variados (10,18%)	Variados (10,36%)	Variados (12,35%)	Variados (10,59%)
Produtos Químicos (9,60%)	Produtos Químicos (9,74%)	Produtos Químicos (9,69%)	Produtos Químicos (10,03%)	Produtos Químicos (10,37%)
Metais 9,23%)	Metais (8,79%)	Metais (8,50%)	Metais (8,21%)	Metais (8,38%)
1995	**1996**	**1997**	**1998**	**1999**
Máquinas e eletricidade (30,10%)	Máquinas e eletricidade (30,66%)	Máquinas e eletricidade (30,58%)	Máquinas e eletricidade (30,76%)	Máquinas e eletricidade (30,29%)
Transporte (16,65%)	Transporte (17,15%)	Transporte (18,03%)	Transporte (19,59%)	Transporte (20,26%)
Variados (11,33%)	Variados (11,19%)	Variados (10,51%)	Produtos Químicos (10,04%)	Variados (10,59%)
Produtos Químicos (10,6%)	Produtos Químicos (9,98%)	Produtos Químicos (10,19%)	Variados (9,56%)	Produtos Químicos (10,06%)
Metais (8,77%)	Metais (8,05%)	Metais (8,33%)	Metais (7,98%)	Metais (7,33%)

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Base de dados http://wits.worldbank.org/country-analysis-visualization.html, acessado em 12-02-2016.

Com relação aos produtos exportados, é possível observar também que há um comportamento uniforme ao longo da década. No geral, os produtos que mais rendem a economia alemã em termos de exportações são máquinas e eletricidade, transportes, produtos químicos e metais, os produtos variados foram agrupados para uma maior noção do impacto dos demais no total das exportações.

Um terço das exportações na década foram de máquinas e eletricidade, sofrendo um leve aumento de 29,47% em 1990 para 30,29% em 1999. Do começo da década para o final, o seguimento de transportes contabilizou um aumento de cerca de 2,73%. Esses aumentos se deram a medida que as exportações de metais diminuíram entre 1990 e 1999.

Salários e Nível de Preços

Após a unificação monetária alemã e posteriormente a adoção do euro em contraposição das moedas locais em transações à nível de mercado comum europeu, a partir de 1992, as variáveis a seguir são importantes para análise do setor monetário da economia alemã .

Na tabela 4.11, é possível observar os valores dos salários e vencimentos. Após a unificação monetária, essa variável teve sua conversão de 1:1, que significa dizer que 1 DDRMark passou a valer 1 Deutsch Mark. Para 1990, os valores não constam nas contas nacionais.

Tabela 4.11: Salários e vencimentos como porcentagem do PIB, 1991-2000

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Taxa de variação 1991-2000
Alemanha	44,3	44,8	44,6	43,4	43,2	43,0	42,0	41,8	42,1	42,2	(4,60)

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Base de dados http://ec.europa.eu/eurostat/data/database, acessado em 05-02-2016. (*) valores entre parêntesis representam variações negativas.

A variação dos salários e vencimentos para a década foi negativa em cerca de 4,6%, o que significa que houve um achatamento das remunerações à medida em que a unificação foi se consolidando. O destino desse achatamento das remunerações encontra-se na poupança agregada dos capitalistas.

Na tabela 4.12, é possível notar a perda de poder do salário do trabalhador ano após ano.

Tabela 4.12: Taxa percentual de variação anual do salários reais, 1991-1999.

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Variação 1991-2000
%	1,13	(0,45)	(2,69)	(0,46)	(0,46)	(2,33)	(0,48)	(0,72)	(0,95)	1,90	(4,60)

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Base de dados http://ec.europa.eu/eurostat/data/database, acessado em 11-01-2016. (*) valores entre parêntesis representam variações negativas.

O ataque às remunerações, observadas entre 1992 e 1999 na tabela 4.12, resultou em um empobrecimento dos trabalhadores alemães, ainda mais insatisfeitos pela entrada da mão de obra estrangeira no país. Tal concorrência se dava não só no âmbito da remuneração mas também nas condições de trabalho mais precárias que eram aceitas por tais entrantes no mercado de trabalho. Adicionalmente, durante a década final do século XX, as consequências de longo prazo foram o recrudescimento do nacionalismo, xenofobia e racismo.

A Inflação na Alemanha decresceu de forma considerável na década de 1990, com exceção do ano de 1992. No ano 2000, o índice foi de -0,44 que representa deflação na economia alemã. Mesmo havendo essa análise positiva acerca do índice de preços, esses números são suprimidos pelo alto nível de desemprego e pelas sucessivas quedas no salário real, observado na tabela 4.13.

Tabela 4.13: Taxa de Variação no Índice de Preços ao Consumidor , 1995 a 2000.

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Alemanha	3,39	3,08	5,28	4,13	2,16	1,97	0,62	0,26	0,60	0,31	-0,44

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Base de dados World Development Indicators, acessado em 15-02-2016.

Emprego

A variável que mais contou para que o chanceler Kohl não prosseguisse no cargo foi a elevada taxa de desemprego. Assim, a mesma será analisada nas duas próximas tabelas.

Tabela 4.14: Desemprego na Alemanha, total, até 25 anos, de 25 anos a 74 anos, 1991 a 2000.

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Total	5,5	6,6	7,8	8,4	8,2	8,9	9,6	9,4	8,6	7,9
Até 25 anos	5,8	6,5	8,0	8,9	8,9	10,0	10,6	9,7	9,0	8,7
De 25 a 74 anos	5,5	6,6	7,7	8,4	8,1	8,8	9,5	9,3	8,5	7,9

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Base de dados http://ec.europa.eu/eurostat/data/database, acessado em 05-02-2016.

As taxas de desemprego na Alemanha permaneceram em níveis elevados em toda a década de 1990, tendo seu pico em 1997, último ano da chancelaria de Helmut Kohl e de instabilidade econômica no país. É possível notar que os níveis mais elevados foram registrados para jovens de até 25 anos.

Em termos de classificação do desemprego, aqueles chamados de longa duração[248] são cerca de 50% do total. Esse tipo de desemprego a partir de 1996, foi sempre maior na Alemanha que os níveis registrados na União Europeia, como pode-se observar na Tabela 4.15.

Tabela 4.15: Desemprego de longa duração na Alemanha e na União Europeia, em porcentagem do total de desemprego, 1993 a 2000.

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
União Europeia	-	47,7	48,9	48,3	48,6	48,6	47,1	44,7
Alemanha	40,8	44,8	48,2	48,4	50,3	51,3	51,2	51,2

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Base de dados http://ec.europa.eu/eurostat/data/database, acessado em 05-02-2016.

O total de emprego na economia alemã pode ser observado na tabela 4.16. O país seguiu uma tendência mundial do aumento do setor de serviços no total de empregos na sua economia. Em 1992, esse setor era responsável pela ocupação de 61,4% do total de empregos, passando para 69,6% em

248 Desemprego de longa duração é aquele com duração acima de um ano.

2000, um aumento de 8,2%. Esse aumento se deu em detrimento do decrescimento tanto no setor primário, que já não era grande, e o setor secundário. Entre 1992 e 2000, a agricultura teve uma redução de 1,5% enquanto a indústria registrou uma queda de 6,7%.

Tabela 4.16: Total de empregos na Alemanha em porcentagem da população economicamente ativa por setor, 1992 a 2000

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Agricultura	3,4%	3,2%	3%	2,9%	2,6%	2,5%	2,5%	2,5%	1,9%
Indústria	35,2%	34%	33,1%	32,6%	31,7%	31%	30,4%	29,5%	28,5%
Serviços	61,4%	62,8%	63,9%	64,6%	65,7%	66,5%	67,1%	68%	69,6%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Base de dados http://ec.europa.eu/eurostat/data/database, acessado em 05-02-2016.

Contas do Governo

As contas do governo devem ser observadas, pois os discursos contrários à unificação na Alemanha, argumentavam que a anexação da economia da RDA na economia de mercado da RFA oneraria de forma pesada as contas do governo. As principais despesas podem ser observadas nas tabelas 4.17 e 4.18.

Tabela 4.17: Contas do governo em porcentagem do PIB, 1995 a 1999

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Despesas	54,7	48,9	48,1	47,7	47,7	44,7
Receitas	45,2	45,4	45,1	45,2	46,0	45,6
Deficit/Excedente Público	-9,4	-3,5	-2,9	-2,5	-1,7	0,9
Dívida Bruta	54,5	56,5	58,4	59,8	60,0	58,9

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Base de dados http://ec.europa.eu/eurostat/data/database, acessado em 12-02-2016.

A partir de 1995, ao contrário do discurso pessimista, as contas do governo iniciam sua recuperação. Entre 1995 e 2000 as despesas se reduziram em 10%, fator que propiciou a diminuição do deficit nas contas do governo e até o superavit de 0,9 no ano 2000.

A variável que destoa nesse contexto positivo foi a dívida bruta do governo que sofreu uma elevação nos anos de análise, passou de 54,5% para 58,9%, contrariando inclusive as recomendações observadas no PEC da UE.

Os movimentos políticos contrários a unificação, inclusive no próprio partido governista, a CDU-CSU, argumentavam que a unificação seria demasiadamente onerosa para os cofres do governo, pois a economia da RDA não teria muito o que ser aproveitada na sua absorção pela economia de mercado da RFA, além disso, fora falado que os gastos com infraestrutura e aqueles com a unificação monetária seriam de grande impacto para a sociedade alemã ocidental que teria que arcar com a maior parte das despesas principalmente com aumentos de tributos.

Tabela 4.18: Transferências entre os Estados do Oeste e o Leste (1991-2003)

Tipos	Bilhões de euros
Despesas com o desenvolvimento de infraestruturas (estradas, trilhos,, vias navegáveis, construção de casas e urbanismo)	160
Despesas com o apoio à economia (apoio regional , agricultura, subsídios ao investimento)	90
Despesas com a política social (reformas, mercado de trabalho, abono de família, bolsas de estudo)	630
Dotações não ligadas a um fim específico (fundo de unificação alemã, porcentagens do imposto sobre o volume de negócios, compensação financeira entre Estados federados, dotações suplementares do governo federal)	295
Outras despesas (pessoal e defesa)	105
Transferências ilíquidas	1280
Contribuições na Alemanha do Leste (impostos e contribuições sociais)	300
Transferências Líquidas	**980**

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações do livro DIRLMEIER, U., GESTRICH, A., HERRMANN, U., HINRICHS, E., JARAUSCH, K. J., KLEßMANN, C., REULECKE, J. História alemã do século VI aos nossos dias. Lisboa: Edições 70, 2014 (pp. 423)

Um maior detalhamento das despesas do governo alemão pode ser observado na tabela 4.19.

Tabela 4.19: Despesas por categoria em porcentagem do PIB (1995 - 1999)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Consumo intermediário	6,8	7,5	7,5	7,5	7,8	8,1
Formação Bruta de Capital Fixo	4,8	5,1	4,8	4,8	4,9	5,1
Remuneração dos Empregados	15,9	17,8	17,8	17,6	17,6	18,4
Subsídios	3,6	3,9	3,6	3,6	3,6	3,6
Rendimentos de propriedades	6,3	7,0	6,9	6,9	6,4	7,0
Prestações sociais exceto transferências sociais em espécie	31,4	36,6	37,4	37,1	37,6	38,9
Transferências sociais em Espécie	13,3	15,4	15,3	15,2	15,3	16,3
Outras transferências correntes	3,6	4,0	4,1	4,1	3,9	4,5
Transferências de capital	14,4	2,9	2,8	3,2	3,1	3,6

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Base de dados http://ec.europa.eu/eurostat/data/database, acessado em 12-02-2016.

Todas as despesas registraram elevação, seja leve ou considerável, entre 1995 e 2000, a discrepância ficou por conta das transferências de capital que passou de 14,4% para 3,6%, uma diminuição de 10,8%.

4.7 Conclusão

A década que compreende os anos entre 1990 e 2000 registraram mudanças no cenário geopolítico da Europa. Com a consolidação da unificação alemã e a derrocada do socialismo soviético, o mundo já não tinha um modo de produção que competisse fervorosamente com o Capitalismo e, assim, todos os países, praticamente, foram sugados de forma brutal para este. Haja vista o desmembramento posterior sofrido por países como Iugoslávia e Tchecoslováquia durante às décadas de 1990 e 2000 que criaram uma série de países alinhados ao Capitalismo desde então.

Não foi diferente com a RDA. Ao longo da década, os *Wessis* tiveram que se adaptar ao sistema que estava (im)posto. Entre 1993 e 1994, quando Kohl conseguiu sua última reeleição como chanceler o clima já não era mais tão amistoso. Partidos de oposição cresciam e adquiriam cada vez mais cadeiras no Parlamento, tornando mais difícil para o governo fazer àquelas políticas ditas necessárias.

Em termos de economia, a oferta de trabalho não comportava toda a população economicamente ativa e isso criou um movimento até então pouco usual, o fluxo migratório dos alemães para além do seu território[249]. Essa migração ganhou força com a intensificação do mercado comum europeu, onde havia incentivo a livre circulação, entre outras coisas, da mão de obra. O PIB já não mais respondia aos estímulos do mercado conforme outras décadas e o governo fez diversas manobras para se ajustar as exigências da União Europeia.

Mediante isso, estima-se que a economia e o padrão de vida entre o leste e o oeste deve se tornar totalmente uniforme somente pós 2050, numa perspectiva otimista.[250] Do ponto de vista econômico, a unificação garantiu um novo fôlego para a Alemanha no contexto europeu, mas *com a introdução do Marco alemão (Deustch Mark, DM), a RDA não abdicou somente de sua política financeira e do dinheiro, como praticamente abriu mão da soberania política.*[251] Em 1991, primeiro

249 Até então esse movimento se dava, massivamente, entre o território das duas Alemanhas.

250 ZAWILSKA-FLORCZUQ, M. CIECHANOWICZ, A. One Country, Two Societies? Germany twenty years after reunification. Koszykova, 6a, warsaw, Polonia, 35, 1-76, 2011. p. 54

251 Langutt. G., Angela Merkel: Ascenção ao Poder. São Paulo, Editora Erfurt, 2009, p. 143

ano de fato da unificação e ano em que houve intensificação das características exportadoras do país, o comércio da Alemanha com os países componentes da UE foi de 22,3% do total do país. Com as políticas de incentivo ao comércio intrabloco, em 2000, dez anos após a unificação, os valores eram da ordem de 28,9%.[252]

No final da década, a eleição da Social-democracia para o cargo máximo deveria trazer segurança aos trabalhadores, porém não trouxe. O desmantelamento dos direitos dos trabalhadores alemães, que teve seu início em 1997, ainda no governos Kohl, se intensificou quando Schöreder assumiu a chancelaria.

A década de 1990 foi, por si só, um duro golpe para os alemães, principalmente, para os alemães da antiga RDA que, acostumados com pleno emprego, tiveram que não somente começar do zero, mas também aprender a lidar com a face mais dura do sistema social de mercado.

252 Dados originais obtidos em http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do. Acesso em 27/11/2015.

Capítulo 5. Conclusão

Quando a Segunda Guerra estava para acabar, com a iminência da vitória, os aliados impuseram ao país perdedor, a Alemanha, a divisão de seu território em quatro zonas de ocupação. Dessa maneira, a Alemanha veria o seu território devastado, por conta dos bombardeios dos anos de guerra, teria sua economia devastada e com uma população de milhões de pessoas praticamente sem estrutura para subsistir. Nesse contexto, EUA, URSS, Inglaterra e França, ocuparam o território alemão e formaram dois blocos antagônicos.

Cada bloco, a seu modo, direcionou a reconstrução dos dois países formados a partir da divisão. Assim, foram criados programas de transferências de dinheiro entre os países dominantes e suas zonas de influência. O Plano Marshall surgiu nesse contexto. Foi o plano estadunidense para reconstruir os países europeus e, em especial, a República Federal a seu reflexo. Adicionalmente, a criação da OCDE e do bloco econômico Europeu, Benelux e, posteriormente, CECA, serviram de base para a instauração do ideal Capitalista. Em contraposição, foi criado pela URSS, o Pacto de Varsóvia.

O Capitalismo estadunidense com seu foco na geração de lucro para a sua burguesia dominante e exploração da mão de obra prioritariamente pobre, bem como a manutenção do abismo social tanto externamente, entre países ricos e pobres, quanto internamente, com as suas respectivas populações, e o Socialismo Soviético com o enfoque voltado para a manutenção de uma sociedade minimamente igualitária entre seus componentes, não gozando, dessa forma, de total isenção quanto ao registro de algumas formas de desvios nesse fim.

A proposta soviética foi de um desenvolvimento planificado. Inicialmente eram de dois anos. Após o sucesso inicial, passaram a ser quinquenais. A Alemanha Democrática era o modelo para os demais países do bloco socialista em termos de prosperidade econômica e de aplicação dos preceitos socialistas.

Ao passo que os regimes socialistas são comumente identificados como ditatoriais, em contrapartida, o sistema de mercado proveniente dos EUA é indicado como modelo de democracia e defesa das liberdades. Porém, enquanto nos países alinhados com a União soviética, e em especial a

RDA, os simpatizantes do nazifascismo foram perseguidos e combatidos, na Alemanha Federal, alinhada com os EUA, os mesmos foram aproveitados em vários cargos do alto escalão. Quando EUA, Inglaterra e França criaram a Alemanha Ocidental, em maio de 1949, o católico medieval Konrad Adenauer (1876-1967) foi indicado como primeiro Chanceler da RFA, já com a idade de 73 anos. Seu principal conselheiro, Chefe de gabinete da Chancelaria e Secretário de Estado, Hans Globke (1898-1973), era o renomado formulador jurídico das "Leis Raciais" do nazismo, editadas em Nuremberg em 1935. Globke foi denunciado por Rudolf Augstein, editor do Der Spiegel, ainda em 1953, mas não perdeu o posto até a renúncia de Adenauer, em 1963. O cientista responsável pelas bombas V-2 na base militar de Peenemünde, foi prontamente transferido para os EUA, acompanhado de seus 130 colegas. Segundo o relato amargo das "Memórias" de Willy Brandt (1913-1992), diante da complacência ocidental com o passado nazista, não se deveria estranhar a naturalidade com que burocratas, juízes, gerentes nazistas e oficiais da Gestapo se incorporaram ao governo Adenauer. O general nazista Reinhard Gehlen (1902-1979), profissional da matança na campanha do Leste, em estreita colaboração com a então nascente CIA, foi criador e chefe da espionagem (Bundesnachrichtendienst – BND) da RFA de 1946 até 1968. Klaus Barbie, o "açougueiro de Lyon" que destroçara a cúpula da Resistência Francesa no momento da invasão Aliada da Normandia, foi inicialmente recrutado em Munique pelo Counterintelligence Corps (CIC). Como dezenas de outros oficiais nazistas, foi imediatamente incorporado à CIA, onde serviu como um renomado instrutor de tortura até 1951. Acossado por antigas vítimas francesas, ele fugiu para a Bolívia com a ajuda do Vaticano. De lá seria deportado somente em fevereiro de 1983 para ser julgado e condenado na França em 1987.

A educação era o alicerce das sociedades do bloco Comecon. Havia incentivo por parte do Estado para que a mulher fosse inserida no mercado de trabalho. A RDA foi uma experiência bem sucedida de curto prazo do ideal socialista. As dificuldades surgiram a medida que reformas conjunturais não foram realizadas e, assim, o sistema se desgastou e não houve capacidade organizacional dos representantes do Estado, tanto da URSS, quanto da RDA, para ajustar a Demanda da população.

Em contrapartida, a República Federal, financiada pelos EUA, tinha a estrutura organizacional do típico capitalismo estadunidense. Assim, o alto consumo público e privado, bem como o incentivo ao lucro eram o princípios básicos dessa sociedade.

Ao seu modo, cada um dos Estados alemães queriam ser reconhecidos como verdadeiro representante do povo alemão. Com isso, a disputa entre Capitalismo e Socialismo adquiria contornos mais particulares dentro das fronteiras dos dois países.

Com a aproximação havida entre RFA e RDA, em termos de relações interestatais, no final dos anos 1960 com a ostpolitik, bem como, as relações entre EUA e URSS seguindo o mesmo caminho nos anos 1980, a proposta da unificação dos dois países se viu fortalecida por membros da CDU, em especial, seu chanceler eleito em 1982, Helmut Kohl.

A unificação da Alemanha foi então uma jogada política visando principalmente a manutenção do poder, tanto da Alemanha no cenário interno, na disputa entre os verdadeiros representantes do solo alemão, quanto externamente, no cenário europeu e mundial, com o fortalecimento que a economia, a política e a imagem da Alemanha junto ao mundo iriam adquirir com a junção dos dois territórios. Nesse caso, a manobra deu sobrevida política e um novo fôlego ao Chanceler Kohl que, ao longo da década de 1980, teve sua imagem desgastada entre os companheiros de partido, os seus opositores, que utilizavam de sua decaída de popularidade e sua posição conflitante entre as políticas de Reagan e Thatcher, e com o povo pela queda nos índices econômicos mais representativos como consumo e os níveis de emprego das famílias.

Com a queda do muro de Berlim, criou-se o ambiente propício para que a opinião pública entendesse a anexação como uma "reunificação". A campanha de Kohl, apoiado por Gorbachev para promover a "unificação" como "caminho salvador" da RDA infestou o senso comum da população dos dois lados. As manifestações contra o regime do SED ao longo de 1989 foram cruciais. Assim, quando os antigos representantes do Partido Comunista Alemão foram depostos de seus cargos abrindo passagem para que fossem efetuadas as reformas "reivindicadas pelo povo", a imagem do sistema Socialista já estava abalada em sua base sustentadora, a União Soviética.

Assim, a unificação foi apresentada como solução única. O processo foi absorvente, uma vez que a estrutura organizacional que se manteve foi a da República Federal. Sistema político, moeda, e, principalmente, as características do Capitalismo. Apenas a constatação desse fato afasta a idenia de uma "unificação", termo eufemístico para a subjugação do regime socialista da RDA. Não existe "unificação" ou mesmo "fusão" de território em toda a História que resulte em destruição de todas as instituições de um dos lados. O nome para tal fato é anexação, o que fica bem claro na Alemanha de 1989.

A mudança total para o Capitalismo se verificou com a organização de uma classe proprietária dos meios de produção, concentrada principalmente no lado acidental; uma grande massa de trabalhadores, com uma ficção de igualdade jurídica com os da RFA, mas despossuídos de tudo que não fosse sua própria força de trabalho, numa economia integrada pelo mercado.

Quando a URSS não fazia mais frente aos EUA e o Socialismo soviético já não se mantinha mais como opção na Europa, a RDA permitiu a Gorbachev auferir vantagens econômicas para a URSS que iniciou o processo onde se dissolveu e os países membros do COMECON modificaram radicalmente o sistema econômico e político dos seus países. Sem contar o seu espaço físico, pois alguns países, como a Iugoslávia, se dissolveram em outros territórios menores.

A sociedade alemã ocidental mudou, com a anexação do território da RDA ao seu, algumas, poucas, influências dos sistemas até então existentes se mantiveram, como o acesso a educação superior e a maior participação da mulher no mercado de trabalho. Vale ressaltar que essas duas característica se sobressaíram não necessariamente por serem do antigo território da República Democrática, mas sim, pela necessidade que o Capitalismo impunha.

O governo então unificado, tomou uma série de medidas para compor o cenário desejado nas mentes do povo, a descentralização do poder em instâncias estaduais e municipais, bem como a mudança da capital do país de Bonn para Berlim, fez com que o ideal de unidade fosse trabalhado junto, e principalmente, aos Ossis.

No primeiro momento, com a abertura de mercado e a introdução de cerca de 16 bilhões de pessoas a economia alemã, o mercado interno teve um crescimento no consumo, uma vez que os produtos ofertados na economia socialista da RDA não eram os mesmos ofertados no mercado capitalista da RFA. Mas, ao longo dos anos, a demanda por bens supérfluos diminuiu juntamente com as medidas predatórias do governo diante dos direitos dos trabalhadores.

Esse movimento complementou a proposta da fundação dos Estados Unidos da Europa, proposta reconhecidamente promovida pelos governos de Alemanha e França com a assinatura do Tratado de Maastricht.

A unificação da RFA e RDA foi, assim, um processo de anexação da segunda pela primeira, com os antigos territórios da República Federal sendo o centro do país e a unidade sendo mantida como barreira aos cidadãos de segunda classe, como assim se sentiam a grande maioria dos Ossis. O

processo dado na Alemanha então foi a colonização do Oeste capitalista predador diante do Leste falso representante do povo alemão.

Ao absorver os estados da antiga RDA, a RFA agiu para adquirir vantagens econômicas e políticas para o seu mercado saturado e que não crescia a uma taxa satisfatória para os padrões de potência econômica. A unificação foi então a oportunidade de Kohl satisfazer seu ego, colocando em prática a proposta do seu mentor, Adenauer a saber, além de abrir espaço para os produtos de consumo produzidos na RFA. Após a anexação, a RFA pôde eliminar benefícios e direitos trabalhistas que lhe garantiriam diminuir custos de produção e aumentar a competitividade de seus produtos nos mercados internacionais, isso foi impulsionado pelo apoio obtido junto aos demais países componentes da UE. A depredação desses direitos serviu para aumentar a margem de lucro do empresariado que sucateou tanto os benefícios quanto os direitos trabalhistas, além de isentar o governo do seu papel fiscalizador junto a condução de tais relações entre trabalhador e empregado. O Mercado capitalista acabou destruindo a economia da Alemanha Democrática. Com isso, o centro da unificação foi o ataque as conquistas sociais.

Desse modo, em primeiro lugar, a RDA é uma criação da Segunda Guerra Mundial. Em nível mais profundo de entendimento, a cisão da Alemanha em 1944 em quatro territórios, posteriormente agregados para dois, é uma decorrência da "Era da Catástrofe" hobsbawniana. A existência de uma "Alemanha Democrática", socialista, se deve, assim, à fratura da Alemanha do reich, o que é resultado direto da evolução histórica das disposições da primeira fase do "breve" século XX. Sem uma Alemanha derrotada, ocupada e dividida, não existiria uma RDA.

Em segundo lugar, a RDA pode ser considerada uma "criação" da URSS, dados alguns parâmetros de análise. Por exemplo, não é correto do ponto de vista da análise histórica considerar a RDA um mero estado-satélite da URSS. Isso significaria ignorar não apenas a disposição do socialismo real em estender-se pelo planeta, como a antítese do capitalismo, mas também excluir toda uma cultura socialista preexistente na Alemanha, não somente antes de 1914, mas também durante as Guerras. Hitler não colocou a culpa do incêndio do Reichstag nos banqueiros alemães ou industriais judeus, senão nos bolcheviques. Contribuições intelectuais como as de Rosa Luxemburgo e Rudolf Hilferding mostram uma cultura socialista existente na Alemanha pré-URSS.

O caminho tomado pelo socialismo na RDA também fornece outra pista do real peso da URSS no processo de "invenção" e desenvolvimento da RDA. O socialismo real desta evidentemente se

colocou em um território político dominado pelos soviéticos, qual seja o Pacto de Varsóvia. Sua alternativa, como parte de um território derrotado na Segunda Guerra Mundial, seria a de submeter-se à OTAN e ao imperialismo estadunidense, o que não aconteceu, graças ao Exército Vermelho e à diplomacia soviética em Yalta, no imediato pós-guerra. Opções como a chinesa, vietnamita ou mesmo cubana ou angolana, não se encontravam ao alcance dos alemães em virtude de razões de contexto histórico e territorialidade geopolítica, restringindo-se o pensamento a uma ordem mais imediata.

Então, tanto a interferência soviética como o papel da RDA no Pacto de Varsóvia e no cenário europeu da segunda metade do século XX devem ser vistos sob a perspectiva do papel territorial estratégico exercido pela Alemanha Oriental na Europa da Guerra Fria. Em resumo: a URSS não pode ser culpada do crime de "auto-defesa" do imperialismo estadunidense. Fazer isso não é apenas negar o socialismo real, mas negar a própria História.

Nesse sentido, um dos grandes influenciadores do desenvolvimento, não apenas econômico, mas também das contradições que levaram à crise e capitulação da RDA, foram os próprios EUA e o bloco capitalista, atuando em antítese às questões da construção do socialismo real na RDA. Às conquistas materiais do socialismo, o ocidente capitalista buscava contrapor as idéias ilusórias de liberdade jurídica e igualdade pseudo-meritocrática do capitalismo.

Diz o popular que "a grama do vizinho é sempre mais verde". O trabalho de gerações da indústria cultural do ocidente capitalista não fez outra coisa no tocante à RDA enquanto esta existiu, mostrando uma RFA próspera, livre, autodeterminada e absolutamente distante da realidade do capitalismo, sobretudo em sua periferia. Estados derrotados na Segunda Guerra como o Japão e a Alemanha Federal seriam "criações" muito menos autônomas do imperialismo dos EUA no pós-guerra. Seriam verdadeiros "estados-mascotes", sem a menor ficção de autodeterminação política, com pseudodemocracias engordadas economicamente através de generosos aportes de capital, a título de reserva de mercado, lastreados por bases militares apontadas para Moscou. Nesse *pet shop* podemos incluir a Coreia do Sul, Taiwan, Porto Rico, e praticamente toda a Europa do Plano Marshall. Então, com igual peso da URSS, pode-se dizer que os EUA foram também "criadores" da RDA.

Referências Bibliográficas

Documentos:

Tratado do Atlântico Norte (1949)

Tratado da Amizade, Cooperação e Assistência Mútua (1955)

Tratado de Paris (1951)

Tratado de Roma (1957)

O Programa de Dez Pontos de Helmut Kohl

O Tratado de Estado entre a RFA e a RDA e a criação de uma União monetária, econômica e Social (1990)

Tratado de Unificação (1990)

Tratado Dois Mais Quatro (1990)

Acordo Gorbachev-Kohl (1990)

Pacto de solidariedade I (1993)

Livros, teses, dissertações, artigos:

ALBUQUERQUE, C. A. R., *Perestroika em curso: uma análise da evolução do pensamento político e econômico de Gorbachev (1984-1991).* São Paulo, 2015. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponíveis/8/8138/tde-29092015-151257/en.php>. Acessado em 20-01-2015

ALLISON, G., ZELIKOW, P. Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis. 2ªed. Nova York: Longman, 1999.

ALMEIDA, P. *Um outro mundo possível: Alternativas históricas da Alemanha, antes e depois do muro de Berlim.* Revista Espaço Acadêmico, Brasil, 9 out. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/8586/4777>.

ALMEIDA, R., L., A.. *Portugal e a Europa: ideias, factos e desafios*. Lisboa: Edições Sílabo, 2005

ANDERSON, P. *A New Germany?*.New Left Review, Londres, 57, 5-40, 20 de Abril de 2009.

ÁVILA, C. F. D. *A Queda do Muro de Berlim: visões brasileiras.*Revista sociologia Política, Curitiba, v 18, n-37, p. 93-110, out. 2010.

BANDEIRA, L. A. M. *A Política Exterior da Alemanha – 1949-1999. In: GUIMARÃES, S. (org), Alemanha: visões brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 2000.*

BARAN, P. *A economia política do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1984.

BENDER, P. Die Neue Ostpolitik und ihre folgen: Vom Mauerbau bis zur Vereinigung. 3ª edição revista e aumentada. Munique:Deutscher Taschenbuch Verlag, 1995.

BEREND. I, (org), A Transição para a Economia de Mercado. São Paulo: Hucitec, 1998.

BURDA, M. C., HUNT, J. *From Reunification to Economic Integration: Productivity and the labor market in eastern Germany.* Brookings papers on Economic Activity, Washington D.C., 1-92, 2001. Disponível em <http://www.brookings.edu/~/media/Files/Programs/ES/BPEA/2001_2_bpea_papers/2001b_bpea_burda.pdf>

BLOCH, M. *Apologia da História ou o ofício de historiador.* São Paulo: Jorge Zahar, 2002.

BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História.* São Paulo: Perspectiva, 2ª.edição, 1992.

CALVOCORESSI,P. *Política Mundial a partir de 1945.* Porto Alegre: Penso. 9º. Edição, 2012.

CARDOSO, C. F. & BRIGNOLI, *Os métodos da história.* Rio de Janeiro: Graal, Biblioteca de História – 3º ed. 1983

CARDOSO, C.F. e BRIGNOLI, H. *Os Métodos na História*. Rio de Janeiro: Graal, 6a. Edição, 2002.

CORKER, R., FELDMAN, R. A., HABERMEIER, K., VITTAS, H., WILLIGEN, T. *United Germany: Performance and Policy Issues.*Washington DC. International Monetary Fund, 1995.

COSTA, C. G. *O modelo alemão e a "economia social de mercado" num contexto de globalização.* Lisboa, Informação Internacional, 1999.

COSSERON, J. *Alemanha: da divisão à reunificação.* São Paulo: Ática, 1994.

DIRLMEIER, U., GESTRICH, A., HERRMANN, U., HINRICHS, E., JARAUSCH, K. J., KLEßMANN, C., REULECKE, J. *História alemã do século VI aos nossos dias*. Lisboa: Edições 70, 2014.

FERGUSON, N., *The War of the World: Twentieth-Century Conflict and the Descent of the West*, New York: Penguin Press, 2006.

FLACH, E., *A diplomacia da unificação: as relações germano-soviéticas e a dissolução da RDA*. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 46, p. 31-49, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>

GLUCKSTEIN, D. *Lutte des classes et mondialisation : le XXe siècle s'achève*. França: Selio, 2000.

GRAUBER, L., BORELLA, P. *O Muro de Berlim. São Paulo*: Maltese Ltda., 1990, p. 18.

GUIMARÃES, *A. O capitalismo coordenado alemão: do boom do pós-guerraà agenda 2010. Lua Nova [online]. 2006*

GUIMARÃES, S. (org), *Alemanha: visões brasileiras.* Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 2000.

HANRIEDER, W. F., *Deutschland-Europa-Amerika – Die Außenpolitik der BDR – 1949 – 1989, Munique-Viena, R. Oldenburg Verlag, 1991.*

HARDING, R., PETERSON, W. E., *The future of the german economy: an end to the miracle?*. Manchester. British Library, 2000.

HEILBRONER, R. *O Capitalismo do Século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1991.

HEYMAN, N., M., *World War I, Guides to historic events of the twentieth century*, Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1997.

HOBSBAWM, E. J. *A Era do Império (1875-1914)*, 1ª ed., Lisboa: Presença, 1990.

HOBSBAWM, E. *A era dos extremos*: o breve século XX. 1941-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

HOOK, J. C., *Rebuilding Germany: The Creation of the Social Market Economy 1945-1957.* New York. Cambridge, 2004.

HORST, S. *The german economy: beyond the social market.* New Jersey. Princenton, 2005.

JUDT, T. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945.* Rio de Janeiro: Objetiva. 2007 *apud* RAIMUNDO, Lício da Costa. *Alemanha: mitos, fatos e desafios para o século XXI.* Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2009. Disponível em <http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1413.pdf> Acesso em 25/02/2014.

KENNEDY, P. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*.5ª.Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KITCHEN, M. *A História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje, São Paulo,* Cultrix, 2013.

KOSTHORST, D. *Brentano und die deutsche Eiheint: die Deutschland und Ostpolitik des Außenministers im kabinett Adenauer – 1951 – 1951,*Dusseldorf, Droste, 1993.

KLEßMANN, C. Zwei Staaten, eine Nation. Eine Geschicht des geteilten Deutschland. Berlim: Deutsche Geschi, 2000.

KRUGMAN, P., R. ; OBSTFELD, M. *Economia Internacional*. São Paulo: Pearson. 2004

KULA, W. *The Problems and Methods of Economic History.* Sydney: Ashgate, 2001.

LANGHE, T., SHACKLETON, J. R.*The Political Economy of German Unification.*United States of America. Berghahn Books, 1998.

LANGGUTH. G., *Angela Merkel: Ascenção ao Poder*. São Paulo:Erfurt, 2009

LANGGUTT, G., *Em Busca de Seguridades: Los alemanes después de la reunificación*. Buenos Aires: Konrad Adenauer Stifitung, 1996.

LOHBAUER, C. *Os desafios da política externa alemã contemporânea.* IN:_____ GUIMARÃES, S. P. (org.). *Alemanha: visões brasileiras.* Brasilía: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 2000.

MAGDOFF, H. *Imperialismo: da era Imperial ao Presente*. Rio de Janeiro:Zahar editores, 1978.

MAGNOLI, D. *O Mundo Contemporâneo*. São Paulo: Atual, 2008.

MAIA, J.M. *Economia Internacional e comércio Exterior.* 7ª edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2001

MARINHO, A. Z. *Alemanha reunificada: seu desenvolvimento econômico*. Belo Horizonte, 2010. Disponível em https://unibhri.files.wordpress.com/2010/12/amanda-marinho-alemanha-reunificada-seu-desenvolvimento-econc3b4mico.pdf

NjøLSTAD, O. *The Last Decade of Gold War: From conflict escalation to Conflict Transformation.* New York: Frank Cass London and New York, 2004.

NUNES, I., F. O*s Conflitos Regionais e a Segurança Internacional.* Nação e Defesa, Lisboa, nº 80, p. 149-172, 1996.

OLIVEIRA, G., C., MAIA, G., MARIANO, J. *O Sistema de Bretton Woods e a Dinâmica do Sistema Monetário Internacional Contemporâneo.* Pesquisa & Debate, SP, v. 19, número 2, pp. 195-219, 2008.

ORTEGA, J., B. *La Formacion del "Mecanismo económico Stalinista"* (M.E.E) en la antiga URSS y su imposicion en la Europa del este; el caso de Hungria. Disponível em https://correio.usp.br/service/home/~/tese%20forma%C3%A7%C3%A3o%20mecanismo%20economico%20URSS%20planifica%C3%A7%C3%A3o.pdf?auth=co&loc=pt_BR&id=7805&part=2

PEREIRA, R., D., ALENCAR, D., M. A Criação da OTAN e sua permanência no período pós-Guerra Fria. Fronteira, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 83-103, jun. 2004

PFETSCH, F., R. *A Política Externa da Alemanha após a reunificação.* Rev. bras. polít. int.1997, vol.40, n.1, p. 178-192.

POHL, G., *Economic Consequences of German Reunification: 12 months after the Big Bang*. Washington DC, Policy Research Dissemination Center, 1991.

POLANYI, K. *A grande Transformação, as origens de nossa época*. 2ª.Ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PREVIDELLI, M.F.S.C. *Expansão e Crise da União Europeia: um olhar para a economia da Zona do Euro, 2000-2010*. Disponível em http://www.teses.usp.br /teses/disponíveis/8/8137/tde-11062015-141653/, Acesso em 26-09-2015.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, R., N, A *Geopolítica de distribuição de gás natural europeia/asiática e a Rússia como grande protagonista deste cenário.* Rio de Janeiro: Setembro de 2011.

SANDRONI, P. Novissimo Dicionário de Economia. São Paulo: Editora Best Seller, 11ª edição, 2003.

SOUZA, L.E.S. Contas Nacionais. São Paulo: LCTE, 2007.

SOUZA, L, E, S. A importância dos métodos quantitativos na História Econômica. Disponível em http://nepheusp.googlepages.com / OusodeMtodosQuantitativosna HistriaEconmica.pdf acesso em 24-09-2015.

SOUZA, L.E.S. Elementos de Demografia Econômica. São Paulo: LCTE, 2005.

SOUZA, L.E.S. O Estudo das Crises na Análise Econômica e Histórico - Econômica. Terceira Margem: Economia, v. 3, p. 67-80, 2010.

SOUZA, L.E.S. O Lugar das Crises: reflexões sobre meio ambiente e população a partir da perspectiva territorial. In OJIMA, R. e GUEDES, G. (orgs.)Território, Mobilidade Populacional e Meio Ambiente. Governador Valadares: Editora Univale, 2012. pp. 23 – 58.

SOUZA, L.E.S. Uma perspectiva sobre a historiografia econômica quantitativa. Caminhos da História (UNIMONTES), v. 12, p. 9-28, 2008.

VASCONCELLOS, C. E., MANSANI, R., S. *As Conferências Internacionais de Yalta e Potsdam e sua Contribuição à Construção da Hegemonia econômica Internacional Norte Americana no Capitalismo do após 2a Guerra Mundial.* 2013

VASCONCELLOS, M., A., S. Economia Micro e Macro. São Paulo, Editora Atlas, 2004

VELASCO e Cruz, Sebastião C.. Entre normas e fatos: desafios e dilemas da ordem internacional.Lua Nova [online] 2003, (Sin mes) : [Date of reference: 18 / octubre / 2015] Available in:<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67313612009> ISSN 0102-6445

WAACK, W. Conferências de Yalta e Potsdam (1945). In: MAGNOLI, Demétrio (org.). História da Paz. São Paulo: Contexto, 2008.

WEBER, H. (org.), DDR. Dokumente zur Geshichte der Deutschen Demokratischen Republik 1945-1985. Munique: Deutscher Taschenbuch Verlag , 1987.

ZAWILSKA-FLORCZUQ, M. CIECHANOWICZ, A. One Country, Two Societies? Germany twenty years after reunification. Koszykova, 6a, warsaw, Polonia, 35, 1-76, 2011.